

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

BIANCA PAVAN PICCOLI

**RIO DOCE, LUGAR DE MEMÓRIA: TRAJETÓRIAS DOS
PESCADORES DE ITAPINA E REJEITOS DE MINERAÇÃO DA
SAMARCO**

VITÓRIA

2020

BIANCA PAVAN PICCOLI

**RIO DOCE, LUGAR DE MEMÓRIA: TRAJETÓRIAS DOS
PESCADORES DE ITAPINA E REJEITOS DE MINERAÇÃO DA
SAMARCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de estudos Espaço, Cultura e Linguagens.

Prof^a. Orientadora: Gisele Girardi

Prof^a. Coorientadora: Sonia Missagia de Mattos



**REGISTRO DE JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO DE CANDIDATA AO GRAU DE
MESTRE PELO PPGG/CCHN/UFES**

Nº da matrícula da candidata: **2018130300**

A Comissão Julgadora da Dissertação de Mestrado ***“RIO DOCE, LUGAR DE MEMÓRIA: TRAJETÓRIAS DOS PESCADORES DE ITAPINA E REJEITOS DE MINERAÇÃO DA SAMARCO”***, elaborada por **BIANCA PAVAN PICCOLI**, recomendou, após apresentação da Dissertação, realizada no dia 25 de maio de 2020, que esta seja:

☒ (x) Aprovada

☐ () Reprovada

Vitória/ES, 25 de maio de 2020.

Dr.^a Gisele Girardi (Orientadora)

Dr.^a Sonia Missagia Mattos (Coorientadora)

Dr. Ernandes de Oliveira Pereira (IFES)

Dr.^a Maria Cristina Dadalto (UFES)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
GISELE GIRARDI - SIAPE 2286315
Departamento de Geografia - DG/CCHN
Em 26/05/2020 às 10:26

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/25404?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
SONIA MISSAGIA DE MATOS - SIAPE 2292818
Departamento de Ciências Sociais - DCS/CCHN
Em 17/06/2020 às 08:32

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/31215?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por

MARIA CRISTINA DADALTO - SIAPE 3291783

Departamento de Ciências Sociais - DCS/CCHN

Em 17/06/2020 às 14:00

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:

<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/31338?tipoArquivo=O>

P591" piccoli, bianca, 1975-
"RIO DOCE, LUGAR DE MEMÓRIA: TRAJETÓRIAS DOS
PESCADORES DE ITAPINA E REJEITOS DE MINERAÇÃO
DA SAMARCO" : Rio Doce / bianca piccoli. - 2020.
162 f. : il.

Orientadora: Gisele Girardi.

Coorientadora: Sonia Missagia de Matos.

Tese (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Rio Doce. 2. Crime Ambiental. 3. Rompimento da
barragem Fundão de rejeitos de mineração da empresa mineradora
Samarco VALE/BHP Billiton. 4. Pescadores de Itapina. 5.
Espaço da pesca demarcado. 6. lugar de memória, espaço por Doreen
Massey, memória, narrativas. I. Girardi, Gisele. II. Missagia de
Matos, Sonia. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro
de Ciências Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 91

DEDICATÓRIA

▪

Às pessoas que, por gerações, construíram suas trajetórias de vida às margens do rio Doce e após a ruptura da barragem de Fundão, buscam referenciais para recomeçar suas vidas.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Espírito Santo, por tornar possível o meu sonho de realizar o mestrado em Geografia e de poder registrar fatos e acontecimentos significativos para a história do estado do Espírito Santo através de narrativas de pessoas que em Itapina viveram.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, aos docentes, coordenação e secretaria, pelo carinho e atenção.

Em especial, a ela que segura meu choro e faz leituras incansáveis dos meus pedaços de papéis: sem palavras para agradecer à Prof^a. Dr^a. Gisele Girardi.

À Prof^a. Dr^a. Sonia Missagia de Mattos, grande amiga, que afirmou que “tudo dará acerto”.

Ao Prof. Fabio Pavan Piccoli, que foi o primeiro a me fortalecer nesta caminhada.

À Prof^a. Ester Barreto, pela contribuição na revisão dessa dissertação.

À Prof^a. Dr^a. Cristina Dadalto, pelo apoio desde o começo dessa trajetória.

À Prof^a. Dr^a. Eliana Creado e ao Prof. Dr. Cassio Boechat, pelas aulas ministradas, que muito contribuíram para minha formação.

Ao graduando Uriel Amaral, pelas contribuições, guiando-me no aprendizado da cartografia.

Aos profissionais da Biblioteca Central da UFES, sempre disponíveis.

Devo agradecer ainda ao LEMM (Laboratório de Estudos do Movimento Migratório) o apoio para iniciar os estudos sobre Itapina.

Ao POESI (Política Espacial das Imagens e Cartografias), que me acolheu e muito contribuiu para compreensão das questões espaciais.

À minha família, em especial minhas filhas Isabel, Pepe e Ledinha e ao Daniel Guerreiro, companheiro e amor de minha vida.

À Fabi, Maria Rita, Cione, Ademildo, Leo e Douglas, meus amigos que em muito me apoiaram.

À comunidade de Itapina, em especial João Castiglioni, Ferro Velho, Valdir Castiglioni e o senhor Arlindo da Barca, e à comunidade de Regência, que me escutaram e narraram com tanta gentileza suas trajetórias durante a pesquisa de campo. Espero que este trabalho sirva como de partida para novos horizontes sobre o mundo dos invisíveis, mas não menos importantes, PESCADORES DE ITAPINA.

À CAPES, pelo financiamento.

*“[...] e até o rio sujar era assim”.
(João, pescador do rio Doce)*

RESUMO

Esta dissertação apresenta a trajetória dos pescadores da comunidade de Itapina, localizada no município de Colatina (ES), às margens do rio Doce. Os pescadores vivenciam um processo de descontinuidade de suas tradições, decorrente do derramamento de rejeitos de mineração, causado pelo rompimento da barragem de Fundão (propriedade da Samarco/VALE/BHP Billiton) em 15 de novembro de 2015, o que ocasionou a interrupção das atividades exercidas no rio Doce, incluindo a pesca. Com isso, os hábitos que se mantiveram preservados por meio de fortes vínculos afetivos, econômicos, culturais e sociais poderão se extinguir. Visando contribuir para o registro da trajetória desses pescadores, que até a presente data não havia sido documentada, esse trabalho teve como meta fundamental a coleta de narrativas sobre as memórias e lembranças vividas no espaço da pesca de Itapina. Buscou-se nesses relatos como foi a formação desse espaço, quem são os personagens envolvidos, como se mantiveram ativos no local, os acordos feitos entre os pescadores, os vínculos entre eles a comunidade, a relação dos pescadores com o patrimônio cultural e ambiental de Itapina e, finalmente, a situação da comunidade e do rio Doce após o rompimento da barragem de Fundão. As pesquisas para coleta desses testemunhos foram feitas através de pesquisas de campos, entre os anos de 2015 e 2017 e, posteriormente, entre 2018 e 2020. Para recolhê-los, utilizou-se a metodologia da história oral, associada à análise do contexto em que se inserem os pescadores e suas tradições em Itapina, compreendendo o local como um “lugar de memória”. A partir da análise dessas narrativas, foi possível notar que elas trazem pontos relevantes e reveladores sobre o local, como a demarcação da área de pesca para cada família de pescadores, estabelecida por meio de acordos orais estabelecidos entre gerações.

Palavras-chave: Espaço. Rio Doce. Pescadores de Itapina. Lugar de memória. Cartografia afetiva. Memória. Trajetórias.

ABSTRACT

This dissertation presents the trajectory of fishermen in the community of Itapina, located in the municipality of Colatina (ES), on the banks of Doce River. The fishermen experience a process of discontinuity of their traditions, resulting from the spillage of mining waste, caused by the rupture of the Fundão Dam (owned by Samarco / VALE / BHP Billiton) on November 15, 2015, which caused the interruption of activities on the Doce River, including fishing. As a result, habits that have been preserved through strong affective, economic, cultural and social ties may be extinguished. Aiming to contribute to the record of the trajectory of these fishermen, which until the present date had not been documented, this work had as a fundamental goal the collection of narratives about the memories lived in the fishing space of Itapina. We sought in these reports how the formation of this space happened, who are the characters involved, how they remained active on the spot, the agreements made between the fishermen, the links between them and their community, the relationship of the fishermen with the cultural and environmental heritage of Itapina and, finally, the situation of the community and the Doce River after the Fundão Dam failure. The researches for collecting these testimonies were carried out through field research, between the years of 2015 and 2017 and, later, between 2018 and 2020. In order to collect them, we used the methodology of oral history, associated with the analysis of the context in which the fishermen and their traditions are inserted in Itapina, understanding the place as a "place of memory". From the analysis of these narratives, it was possible to notice that they bring relevant and revealing points about the place, such as the demarcation of the fishing area for each family of fishermen, established through oral agreements throughout generations.

Keywords: Space. Doce river. Itapina fishermen. Place of memory. Affective cartography. Memory. Trajectories.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Itapina e sua localização às margens do rio Doce.....	48
Mapa 02: Bacia hidrográfica do rio Doce.....	51
Mapa 03: O caminho da lama até o litoral do Espírito Santo.....	65
Mapa 04: Localização geográfica do município de Colatina.....	68
Mapa 05: Localização do distrito de Itapina.....	75
Mapa 06: Mapa da área de pesca de Itapina.....	81

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: A trajetória do rio Doce, de Mariana (MG) até Linhares (ES).....	17
Figura 02: Pescador de Itapina situado no espaço da pesca, em sua canoa artesanal.....	18
Figura 03: Fotografia e esquema interpretativo de trecho do rio Doce, na região de Itapina.....	24
Figura 04: Fotografia aérea do rio Doce e esquema interpretativo do espaço da pesca de Itapina.....	32
Figura 05: Pescadores do rio Doce participando da Romaria das Águas.....	49
Figura 06: Rio Doce e a Serra do Mar, na região de Itapina.....	52
Figura 07: Pescador de Itapina com sua canoa.....	57
Figura 08: Ilustração de Manoel S. Pereira, representando a passagem dos rejeitos de mineração pelo rio Doce.....	61
Figura 09: Representação cartográfica da passagem dos rejeitos de mineração pelo rio Doce.....	62
Figura 10: Fotografia aérea e esquema interpretativo área urbana de Colatina.....	69
Figura 11: Fotografia e esquema interpretativo da rua principal de Itapina.....	76
Figura 12: Pescador de Itapina percorre o rio com sua canoa.....	83
Figura 13: Dona Sebastiana, moradora de Itapina.....	86
Figura 14: Vista área e esquema interpretativo do espaço da pesca de Itapina.....	94
Figura 15: Foto e esquema interpretativo da estação ferroviária de Itapina.....	103
Figura 16: Neta do pescador Firmino com peixe.....	110
Figura 17: Área de preservação ambiental e cultural de Itapina e pontos turísticos do distrito.....	119
Figura 18: O pescador Ozir conta a trajetória da pesca em Itapina.....	126
Figura 19: Pescador de Itapina observa o rio Doce.....	128
Figura 20: Morador do rio Doce indo buscar água para consumo.....	134
Figura 21: O pescador Zirin mostra sua rede tingida de laranja pelos rejeitos de mineração.....	149
Figura 22: Representação gráfica da passagem dos rejeitos de mineração pelo rio Doce.....	150

LISTA DE SIGLAS

APAC – Área de Proteção do Ambiente Cultural em Itapina.

FINDES – Federação das Indústrias do Espírito Santo

GIAIA – Grupo Independente para Análise do Impacto Ambiental.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

LEMM/UFES - Laboratório de Estudos do Movimento Migratório da Universidade Federal do Espírito Santo.

MBML – Museu de Biologia Prof. Mello Leitão.

POESI – Política Espacial das Imagens e Cartografias.

QGIS - Quantun Gis

Samarco/VALE/BHP – Samarco Mineração S.A/ Companhia Vale do Rio Doce/Billiton Limited & Plc.

SIG – Sistema de Informação Geográfica

UFES – Universidade federal do Espírito Santo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. CONSTRUÇÕES TEÓRICAS: ESPAÇO, MEMÓRIA E LUGAR DE MEMÓRIA ..	32
1.1 ESPAÇO E MEMÓRIA.....	33
1.2 ESPAÇO DEMARCADO.....	36
1.3 RELAÇÃO ENTRE LUGAR E MEMÓRIA.....	37
1.4 O LUGAR DE MEMÓRIA.....	42
1.5. NARRATIVAS E HISTÓRIA ORAL.....	44
1.6 GÊNERO DE VIDA.....	46
2. PESCADORES DE ITAPINA	49
2.1 RIO DOCE: CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E HISTÓRICA GERAL..	51
2.2 PESCA ARTESANAL.....	57
2.3 ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE REJEITOS.....	61
2.4 COLATINA.....	68
2.5 ITAPINA.....	75
3. LUGAR DE MEMÓRIA: TRAJETÓRIA DOS PESCADORES DE ITAPINA	81
3.1 IMIGRANTES ITALIANOS: PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESPAÇO DA PESCA DE ITAPINA.....	86
3.2 IMIGRANTES E A FAMÍLIA ALEMÃ: A DIVISÃO DO RIO.....	94
3.3 O TREM E A CHEGADA DA FAMÍLIA MINEIRA.....	103
3.4 PEIXES DO RIO DOCE	110
3.5. PATRIMÔNIO.....	119
3.6. PESCADORES E MORADORES: ROMPIMENTO DA BARRAGEM.....	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	153
REFERÊNCIAS	157
ANEXO A – COMENTÁRIO E CONTRIBUIÇÕES DO PROFESSOR ERNANDES DE OLIVEIRA PEREIRA, MEMBRO DA BANCA	161

Figura 01: A trajetória do rio Doce, de Mariana (MG) até Linhares (ES)



Fonte: PICCOLI et al. (2016)

As imagens retratam cada momento vivenciado durante as idas à campo que representam os momentos sem palavras e sentidos. Então que as imagens tragam a expressão do silêncio, vivenciado por todos nós entre momentos do antes e depois da pesquisa do mestrado, da passagem do rejeito de mineração pelo rio Doce.

Estas imagens pretendem proporcionar ao leitor sensações e emoções que possibilitem pensamentos sobre os acontecimentos e fatos históricos que a pesquisa levantou.

INTRODUÇÃO

“Existir é diferir; na verdade, a diferença é, em um certo sentido, o lado substancial das coisas, o que elas têm ao mesmo tempo de mais próprio e de mais comum.”
(TARDE; VARGAS, 2007, p. 98)

Tendo por base a afirmação de Gabriel Tarde de que “existir é diferir” penso que, se existem sujeitos produtores de conhecimento, como o pescador retratado abaixo (figura 02), é necessário evidenciá-los em sua diferença, independentemente de serem muitos ou poucos. Isso porque, em seus cotidianos, eles produzem culturas e costumes outros e, por isso, representam parte da sociedade na qual vivem e interagem.

Figura 02: Pescador de Itapina situado no espaço da pesca, em sua canoa artesanal.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

A partir dessa reflexão, justifica-se a escolha dos pescadores de Itapina que são, nesta dissertação, os narradores de suas trajetórias, uma vez que, em seus cotidianos, foram produtores do lugar de memória dessa localidade. Atualmente, há seis pescadores que permaneceram no local de assentamento de seus antepassados, às margens do rio Doce, conservando e reproduzindo saberes e práticas tradicionais necessárias à sua sobrevivência. Embora sejam poucos, as ações que desenvolvem em suas trajetórias não devem ser descartadas ou ignoradas, pois estão repletas de significados. Segundo os próprios pescadores, são práticas e saberes herdados, os quais, rememorados, atravessam o tempo e o espaço, dando significado à história de Itapina.

Assim, a proposta desta dissertação é apresentar a trajetória de alguns pescadores de Itapina através das narrativas dos próprios pescadores, moradores e ex-moradores, buscando compreender o que aconteceu nesse espaço e o que está acontecendo agora, após a passagem dos rejeitos de mineração provindos do rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da empresa Samarco/VALE/BHP¹.

Itapina poderia ser apenas mais um lugar situado às margens de um rio; porém, o local apresenta especificidades, observadas em certas situações mantidas por seus moradores, a saber: o uso da barca para atravessar o rio; as lendas contadas pelos moradores para afastar as crianças do rio; os pescadores que não sabem nadar; as canoas com seus estilos peculiares, adaptadas àquele trecho do rio; as construções históricas; a linda paisagem no trecho de areia grossa e os banhos de rio que se tomam ali. São essas e outras características de Itapina que são preservadas pelos moradores e passadas de geração em geração.

Histórias como essas fazem parte do conjunto de memórias que compõe as lembranças de minha infância, vivenciada num lugar tal como aquele descrito por Pollak: “pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real

¹ A barragem denominada Fundão, situada no município de Mariana, em Minas Gerais, rompeu em 5 de novembro de 2015, carregando 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos ao longo do rio Doce até sua foz no mar de Regência. O fato causou uma alteração drástica no ecossistema do rio e alterou a rotina das cidades e comunidades situadas à margem do rio Doce, entre elas Itapina.

em que a vivência se deu” (POLLAK, 1992, p. 01-02). Essa vivência trouxe significados que contribuíram para analisar uma realidade que, ao mesmo tempo, se mantém distante daquela configurada no passado, pelas memórias. Por isso, como pontua Candau, a memória vivida não é simplesmente reproduzida, mas é atualizada:

[...] a história [...] não se dedica a reproduzir as narrativas feitas pelos homens contemporâneos dos acontecimentos passados, mas adapta-os à maneira de pensar e reproduzir o passado dos homens de hoje [...]. [O] historiador [...] não produz um saber frio: ele participa da construção e, logo, da transmissão da memória social. (CANDAU, 2016, p. 169).

Reproduzir a memória a partir de pensamentos passados, associados a uma fundamentação teórica pertinente, possibilitou a compreensão sobre o que de fato é o mundo vivido pelos pescadores, como produto tanto de memórias transmitidas ao longo do tempo por esses sujeitos quanto das relações sociais estabelecidas entre eles. Confirma-se, então, a localidade de Itapina como um lugar de memória, representado a partir do conjunto de significados que formaram a atividade da pesca nesse local às margens do rio Doce, local que não é apenas um espaço, mas também um tempo. Trata-se, portanto, de um espaço-tempo, que na definição de Doreen Massey, configura-se como:

“lugar-encontro”, sempre dinâmico e em aberto conectado ao mundo; ele está também mergulhado na densa espaço-temporalidade da própria natureza, nunca estática, que se reconstrói permanentemente em sua indissociável vinculação ao igualmente complexo mundo dos homens (MASSEY, 2012, p. 18).

A motivação de escrever sobre essa temática fundamenta-se sobre a perspectiva de analisar e apresentar, na medida do possível, a trajetória de vida dos pescadores, construída e mantida entre as gerações, com suas permanências nesse espaço de assentamento. Ao mesmo tempo, nele também são vivenciadas profundas transformações, uma vez que os pescadores da região foram afetados pelo crime ambiental, provocado pela empresa mineradora Samarco/VALE/BHP.

Deve-se esclarecer que, entre os anos de 2015 e 2017, logo após o rompimento da barragem de Fundão, iniciei pesquisas de campo junto a um grupo de pesquisadores independente², criado para registrar e desenvolver estudos sobre o

² Trata-se do GIAIA, formado por pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, com apoio da Universidade Federal do Espírito Santo: “O GIAIA atua organizado por distintos grupos de trabalhos e visa levantar dados do impacto do desastre ambiental nos diferentes subsistemas ecológicos, para assim integrá-los e fornecer uma visão integradora dos aspectos ambiental, social e

dano e a perda vivenciada pelos moradores de Itapina após a poluição do rio Doce. A partir desta trajetória, no ano de 2018, com o ingresso no mestrado em Geografia, foi possível dar continuidade à pesquisa e iniciar uma nova etapa de estudos, fundamentados em analisar e apresentar a trajetória dos pescadores de Itapina. Com este novo caminho aberto, foi possível entender, por meio das narrativas dos pescadores, como eles e o crime ambiental se conectam, a partir das relações sociais, culturais e espaciais estabelecidas após os acontecimentos.

Assim, o objetivo geral deste trabalho foi, a partir da pesquisa de campo, analisar e apresentar a trajetória dos pescadores de Itapina, seus possíveis agenciamentos sobre a noção de espaço, considerando as subjetividades que emergiram de suas narrativas dentro do contexto do crime ambiental no rio Doce, com o propósito de contextualizar a existência da pesca nesta localidade, estabelecida a partir dos ensinamentos passados entre gerações, mas transformada pelo crime ambiental.

Quanto aos objetivos específicos, considerados como desdobramentos do objetivo geral, são estes: primeiro, coletar narrativas dos pescadores e moradores de Itapina, sob a perspectiva metodológica da história oral, nas quais seja possível perceber aspectos das espacialidade agenciados pela memória e suas relações com o rio Doce, antes e após o crime ambiental; segundo, analisar também as práticas estabelecidas pelos pescadores no espaço em que vivem, a partir das narrativas deles e de outros moradores, considerando os conceitos de “espaço” e “lugar”, através da perspectiva de Doreen Massey, principal referência teórica no campo da Geografia; terceiro, analisar e apresentar, na medida do possível, a trajetória dos pescadores de Itapina a partir das relações estabelecidas com a comunidade, de seus vínculos familiares, dos acordos mantidos, que se mantiveram por meio dos ensinamentos passados entre gerações, os quais tornaram o espaço da pesca também um lugar de memória; quarto, apresentar a importância de se preservar a história local, considerando que os pescadores vivenciam a descontinuidade de suas tradições e que registrar suas histórias se torna relevante para manter a memória de um passado interrompido.

As vozes, as lembranças, a memória fazem parte do ser humano; logo, por meio de sua subjetividade, elas também integram o espaço e dão vida às vidas. Pretende-se apresentar, a partir das vozes, lembranças e memórias, o que os pescadores foram capazes de produzir no espaço da pesca, incluindo suas práticas sociais, espaciais e culturais, que se mantiveram resistentes em Itapina.

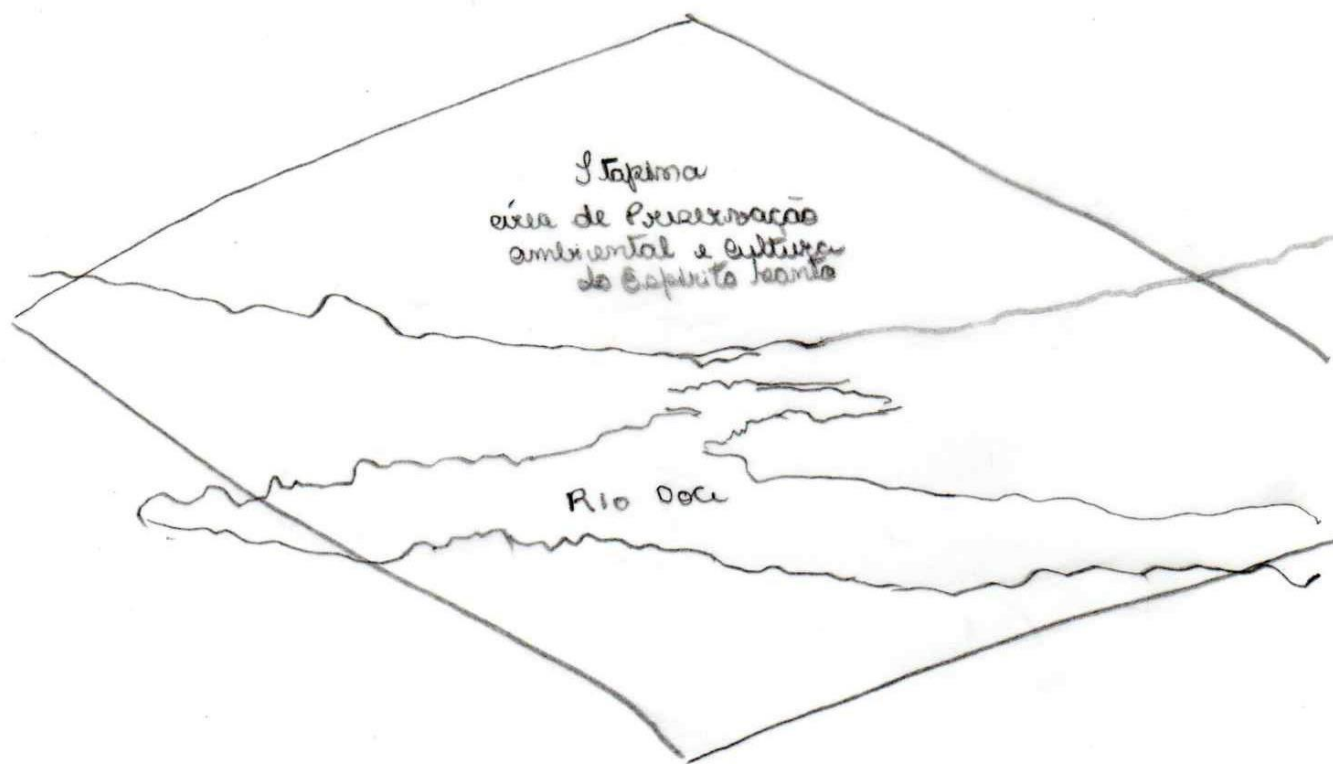
Para tanto, o título “Rio Doce, lugar de memória: trajetórias dos pescadores de Itapina e rejeitos de mineração da Samarco” busca representar as trajetórias dos que vivem em função do rio Doce e que, no momento, resistem a permanecer no espaço da pesca, que se tornou lugar de memória. Para os pescadores, o rio Doce é lugar não só de lazer, mas também de usufruto socioeconômico. No entanto, o crime ambiental vem afetando o cotidiano e as práticas tradicionais estabelecidas ao longo da trajetória dos pescadores no rio. Registrar as histórias de memórias passadas e as memórias estabelecidas no espaço da pesca antes e durante o crime ambiental dão sentido à construção deste trabalho.

Valorizam-se, neste trabalho, as narrativas dos pescadores, pois elas colocam-se como o fio condutor que viabiliza o registro histórico do espaço da pesca como lugar de memória. Além disso, foi a partir delas que se deu o primeiro passo para a pesquisa, vindo apenas *a posteriori* a articulação dos relatos com a metodologia e os conteúdos teóricos que nortearam esse trabalho. Segundo Walter Benjamin (1985), o narrador constrói sua narrativa com a intenção de garantir a transmissão da experiência como se fosse um registro do passado, sem a qual haveria um esvaziamento da história, o que justifica a realização deste trabalho a partir das narrativas. Considerando que a história de Itapina preserva memórias antepassadas como fator relevante para permanência dos laços entre o passado e o presente, justifica-se, mais uma vez, a construção desta pesquisa a partir de narrativas dos pescadores. De fato, memórias e lembranças não são apenas conteúdos passados, mas também constroem o presente, fazendo com que passado e presente interajam, dando um sentido de continuidade à história de vidas que ocupam um espaço-tempo.

Conjuga-se a este fato o histórico da localidade, pois se trata de um espaço que se configurou à margem sul do rio Doce e que, por conta do contexto histórico, cultural e ambiental, tornou-se patrimônio histórico, cultural e ambiental do estado do

Espírito Santo. Entre as narrativas e os poucos documentos que contam a história de Itapina, constatou-se que seu espaço-tempo foi moldado pelo próprio rio Doce, a partir do processo de ocupação do interior do Espírito Santo (figura 03). Mesmo com o declínio econômico, a partir da década de 1960, Itapina se manteve preservada com uma faixa verde ao longo do núcleo urbano do município de Colatina. Esses elementos, juntamente com os demais aspectos geográficos, garantem à Itapina uma qualidade paisagística peculiar, dada pela integração harmoniosa entre o ambiente construído e o natural (ESPÍRITO SANTO, 2013).

Figura 03: Fotografia e esquema interpretativo de trecho do rio Doce, na região de Itapina.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

As vozes, as lembranças, a memória, fazem parte do ser humano, logo, por meio de seu eu integram o espaço e dão vida às vidas. Pretende-se apresentar a partir de vozes, lembranças e memória o que os pescadores foram capazes de reproduzir no espaço da pesca, incluindo suas práticas sociais, espaciais e culturais, que se manteve resistente em Itapina, comunidade localizada no município de Colatina/ES, vítima do crime ambiental, causado pelo rompimento da barragem de rejeitos.

A justificativa recorre as lembranças, laços afetivos, relações sociais e culturais estabelecidas no espaço de Itapina que abriga o espaço da pesca como lugar de memória. Para tanto, o título – “Rio Doce, lugar de memória: trajetórias dos pescadores de Itapina e rejeitos de mineração da Samarco” - representa as trajetórias dos que vivem em função do rio Doce e que no momento desafiam sua permanência no espaço da pesca que se tornou o lugar de memória. Esta história é contada através das narrativas e representada por meio das memórias sobre o lugar.

Para os Pescadores o rio Doce é lugar de lazer e de usufruto socioeconômico. No entanto, o crime ambiental vem afetando o cotidiano e as práticas tradicionais estabelecidas ao longo de suas trajetórias no rio. Registrar as narrativas envolvidas com as histórias de memórias antepassadas e as memórias estabelecidas no espaço da pesca antes e durante o crime ambiental dão sentido à construção deste trabalho.

Valorizam-se, neste trabalho, as narrativas dos pescadores, pois elas estão como o fio condutor que viabilizam o registro histórico do espaço da pesca como lugar de memória. Além disso, foi a partir delas que se deu o primeiro passo para a pesquisa, só depois foram articulados a metodologia e os conteúdos teóricos. Segundo Walter Benjamin (1985), o narrador constrói sua narrativa com a intenção de garantir a transmissão da experiência como se fosse um registro histórico, sem a qual haveria um esvaziamento da história. Este é o argumento que implica a realização deste trabalho por meio de narrativas.

A conjugação descrita acima analisa e apresenta trajetórias estabelecidas, considerando as práticas herdadas dos pescadores desenvolvidas por eles no decorrer do tempo, no espaço da pesca que representa o lugar de memória de Itapina.

Considerando que a história de Itapina preserva memórias antepassadas como fator relevante no sentido de permanência dos laços entre o passado e o presente, justifica-se, como já dito, a construção desta escrita por meio de narrativas. Conjugam-se a este fato o histórico sobre a localidade, pois se trata de um espaço que se configurou às margens sul do rio Doce, no qual, por conta do contexto histórico, cultural e ambiental tornou-se patrimônio histórico cultural e ambiental do estado do Espírito Santo.

Entre as narrativas e os poucos documentos que contam a história de Itapina, constatou-se que seu espaço/tempo foi moldado pelo próprio rio Doce estruturada entre como mostra a figura a arquitetura, o rio, o trilho, a ponte e o morro de Itapina, formada a partir do processo de ocupação do interior do Espírito Santo. Mesmo com o declínio econômico, a partir da década de 1960, na segunda metade do século XX, Itapina se manteve preservada com uma faixa verde ao longo do núcleo urbano. Esses elementos, juntamente com os demais aspectos geográficos, garantem à Itapina uma qualidade paisagística peculiar, dada pela integração harmoniosa entre o meio ambiente construído e o natural (RESOLUÇÃO CEC Nº 003/2013, p. 15).

No ano de 2015, Itapina foi um cenário importante de pesquisa, por conta da passagem dos rejeitos de mineração vindos da barragem Fundão. Nesse período, vivenciou-se uma verdadeira corrida contra o tempo para registrar a cultura local, visto que, diante do crime ambiental ocorrido, muitas trajetórias de vida sofreriam serias modificações ou até se encerrariam. Neste período, foram realizadas muitas pesquisas de campo, fato que despertou meu interesse em registrar as trajetórias que serão narradas posteriormente. Com efeito, o despejo dos rejeitos de mineração interrompeu subitamente o que se instituiu durante gerações. Por conta dessa

descontinuidade é que se justifica escrever sobre o assunto proposto, a fim de deixar registrado a trajetória ainda não escrita dos pescadores de Itapina.

É importante assinalar que “um único objeto é percebido de inúmeras maneiras pelos vários observadores que, por sua vez, estão em processo contínuo de construção e reconstrução da relação que mantêm com tais objetos” (PEREIRA, 2012, p. 21). Essa observação contribui para refletir sobre as memórias apresentadas por meio das narrativas, posto que cada indivíduo conta histórias a partir de suas vivências e sentimentos individuais.

Baseados em práticas herdadas de seus antepassados, que envolvem a relação com o rio Doce como lugar de lazer e de usufruto socioeconômico, os pescadores de Itapina vivenciam momentos de dúvidas, se devem dar ou não continuidade aos ensinamentos recebidos, já que, atualmente, são vítimas do crime ambiental já mencionado. Diante desse fato, que envolve a prática herdada e o rompimento da barragem Fundão, duas dimensões constitutivas se estabelecem: a primeira se pauta no registro da trajetória dos pescadores; e a segunda se fundamenta na importância de analisar e apresentar o espaço da pesca não como lugar de prática laboral sem significado, mas como lugar de memória e significação, que vivencia a incerteza sobre sua continuidade diante do crime ambiental, que causou o fim da pesca.

São fatos que nos levam a refletir sobre as condições em que se encontram os pescadores criados às margens do rio Doce e que não estão exercendo suas atividades. No momento, o que restou foram suas narrativas, através das quais é possível confirmar a trajetória da pesca em Itapina desde a chegada dos primeiros imigrantes. A partir das narrativas desses pescadores, é possível acompanhar o desenvolvimento de sua cultura, a constituição de sua história e de sua memória, as quais, segundo Portelli (2010), são sempre relevantes: mesmo que muitas vezes não ditas, não devem por isso ser descartadas.

Considerando a relevância de se preservar a história de pessoas e lugares, esta dissertação busca, através da memória recuperada e expressa por meio de narrativas, analisar e apresentar a trajetória desses pescadores, que mantiveram suas técnicas de pescaria baseadas nos ensinamentos tradicionais, passadas entre

gerações desde a chegada dos primeiros colonizadores na região. Para tanto, buscou-se suporte na história oral, uma vez que:

a história oral vem se constituindo como uma boa alternativa metodológica para a compreensão das problemáticas dos sujeitos, das memórias, culturas e identidades. Esta prática é, portanto, uma alternativa crítica à análise das novas questões históricas e sociais que se colocam no século XXI (PORTELLI, 2010, p. 258).

Por meio das narrativas, tentarei apresentar a história, reproduzida individual e coletivamente, da construção das trajetórias neste espaço, considerado pelos pescadores como herdado, a fim de perceber a permanência de suas técnicas antepassadas. Por isso, esta dissertação recorre à história oral, pois é através dela que será possível entender como acontece a combinação entre narrativa em primeira pessoa e seu reconhecimento coletivo. É na história oral que busquei suporte para entender a construção de uma determinada memória cultural, estruturada em lembranças passada que são ativadas na memória presente, embora ainda não estejam registradas.

Para isso, estruturou-se essa dissertação a partir de fontes e procedimentos, os quais, segundo Corrêa (2003), são dois aspectos necessários para a operacionalização da pesquisa, que se propõe a analisar seu objeto por meio da pesquisa de campo. Assim, as narrativas utilizadas nesse trabalho foram recolhidas a partir de pesquisas de campo realizadas em dois momentos: o primeiro deles foi anterior ao ingresso no mestrado em Geografia e foi fundamental para a definição do objeto analisado. Entre os anos de 2015 e 2017, após a poluição no rio Doce causada pelo rompimento da barragem de Fundão, com a formação do GIAIA, criado para registrar e desenvolver pesquisas sobre o dano e a perda vivenciada pelos moradores do rio Doce. Por meio de muitos registros feitos durante as idas a campo, produziu-se um relatório científico, intitulado “Ribeirinhos do Baixo Rio Doce” (PICCOLI et al., 2016), que objetivou:

a produção de um arquivo oral e visual com ribeirinhos residentes em comunidades localizadas no Espírito Santo – Regência (Linhares), Maria Ortiz e Itapina (Colatina) e Mascarenhas (Baixo Guandu) – afetadas pelo rompimento da barragem da Samarco. A proposta desta pesquisa com os ribeirinhos do baixo Doce foi construída por meio do desenvolvimento de um estudo de percepção, utilizando a realização de entrevista de história oral.

[...]

A construção desta pesquisa se constitui, assim, com o propósito de apreender os ribeirinhos como protagonistas ativos de um processo

histórico, portanto, sujeitos capazes de agir, de organizar estratégias, de fazer escolhas e de tomar decisões. Concomitantemente à pesquisa, o projeto criará um acervo com as fontes orais, visuais e escritas coletadas, que ficará sob a guarda do LEMM/UFES, e disponibilizados ao público (PICCOLI et al., p. 06, 2016).

A partir dos registros feitos, foi possível estabelecer o recorte que será apresentado adiante, o qual configura a trajetória dos pescadores de Itapina. Com o objeto de estudo da pesquisa definido, passou-se ao segundo momento da pesquisa de campo, iniciada em 2018, após o ingresso no mestrado em Geografia.

Entre os dois momentos da pesquisa de campo, analisaram-se os acontecimentos vivenciados em diferentes tempos (primeiro, no período em que os rejeitos haviam acabado de ser lançados; depois, três anos após o rompimento da barragem). Em cada um deles, constatou-se o que os pescadores e moradores locais vem sofrendo em função da degradação do rio. Além de vivenciarem a perda econômica, eles sofrem com o espaço degradado, que, frente ao dano irreparável, corre o risco de perder-se para sempre. Sem perspectiva para o retorno da pesca no rio Doce, é pertinente o registro desse espaço memorável, tal como apresentado nas narrativas dos pescadores, no sentido de proporcionar reconhecimento social e histórico.

No primeiro momento de pesquisa de campo, anterior ao mestrado, as narrativas coletadas envolveram pescadores diretamente afetados pelo crime ambiental. Já no segundo momento, as entrevistas levaram em conta não só os pescadores, moradores e seus familiares, mas também ex-moradores, um representante da comunidade de Itapina e moradores de outras comunidades afetadas, como a região de Regência, situada no município de Linhares.

A seleção dos narradores foi feita de acordo com a disponibilidade e conhecimento deles a respeito do objeto de estudo. Eles estiveram presentes durante toda a pesquisa, disponibilizando tempo e atenção para terem suas histórias registradas. Nas narrativas, foi possível perceber os eventos, personagens e imagens mais significativos do local, que são lembrados e transmitidos de geração a geração, tornando o espaço da pesca um “lugar de memória”, assim definido por Michael Pollak: “dos acontecimentos e das personagens, podemos finalmente arrolar os lugares. Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança” (POLLAK, 1992, p. 01-02).

Por determinação própria, as identidades dos narradores foram preservadas e substituídas por nomes fictícios. Mesmo assim, as falas são reais e foram estruturadas a partir da metodologia da história oral, o que garante o registro da memória, que a comunidade faz questão de preservar ao longo da história, transmitindo-a de geração a geração. Assim, o percurso desenvolvido entre as duas observações de campo e a releitura dos dados colhidos por meio de referências teóricas, dando o suporte técnico e acadêmico, que complementa as narrativas para compor o cotidiano “historificado”, foi o caminho escolhido para escrever a história do espaço que será apresentado nesta dissertação.

Entre os procedimentos de revisão bibliográfica que se seguiram à coleta desses dados, citamos a leitura e a pesquisa teórica, bem como a análise de livros, artigos científicos, relatórios, diagnósticos e revistas, objetivando sempre uma maior compreensão referente ao recorte temático. De acordo com Corrêa (2003, p.13), “a revisão bibliográfica pode estar presente na construção do objeto do conhecimento, isto é, na problemática, nos questionamentos e na própria análise empírica”. Para Gil (1994), a revisão bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto. O material adquirido teve o suporte técnico e o apoio do LEMM/UFES - Laboratório de Estudos do Movimento Migratório e do POESI - Política Espacial das Imagens e Cartografias, além de documentos do Arquivo Público do Espírito Santo, da Secretaria de Estado da Cultura e da Prefeitura Municipal de Colatina.

A dissertação é composta por três capítulos, estruturados a partir das conexões implícitas dadas pelos conceitos norteadores, que são “espaço” e “memória”, e na tentativa epistemológica de análise e representação do espaço por meio das narrativas dos pescadores e moradores. Cada um dos capítulos será aberto com trechos de narrativas ou poesias de minha autoria, escritas especialmente para esta dissertação ou durante a pesquisa de campo, que representam o momento da pesquisa de campo. No primeiro capítulo, apresentam-se os conceitos de espaço-tempo, lugar, memória, lugar de memória, todos fundamentais na análise do recorte temático, que é o espaço da pesca em Itapina. No segundo capítulo, apresenta-se o rio Doce, Colatina e Itapina e a contextualização da pesca no local. O terceiro capítulo compõe-se das narrativas dos sujeitos envolvidos na pesquisa, destacadas

do restante do texto em itálico e com fonte maior (Arial 14), relatando suas histórias sobre a pesca, o rio Doce, a imigração, o trem, os pescadores, os pontos de pesca, o patrimônio que compõe o espaço da pesca e a trajetória dos pescadores de Itapina. Por fim, segue-se as considerações finais, as referências bibliográficas e os anexos.

CAPÍTULO I

CONSTRUÇÕES TEÓRICAS: ESPAÇO, MEMÓRIA E LUGAR DE MEMÓRIA

Figura 04: Fotografia aérea do rio Doce e esquema interpretativo do espaço da pesca de Itapina.



Fonte: Acervo pessoal da autora

Para entender o porquê da busca do conhecimento sobre o espaço, esse capítulo inicia-se com uma foto aérea do rio Doce e um esquema interpretativo do espaço da pesca (figura 04), o qual chamou minha atenção por causa de seu processo de construção, feito através da organização e demarcação entre as famílias assentadas das margens do rio Doce, o que não é uma prática comum.

Neste capítulo objetiva-se realizar uma revisão bibliográfica para a compreensão do conteúdo que forma o recorte temático do trabalho. Para isso, serão convocados os conceitos de “espaço” e “memória”, propostos aqui para compreender a prática social da pesca como lugar de memória. A discussão desses termos foi feita através da Geografia e da Sociologia, levando em conta principalmente as obras de Doreen Massey, que considera a construção do espaço a partir da memória.

1.1 ESPAÇO E MEMÓRIA

No livro *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*, Doreen Massey afirma que o espaço é muito mais que o solo, o mar ou a terra que se estendem ao nosso redor. Segundo a autora, essas noções que atribuímos ao espaço fazem-no “parecer uma superfície, contínuo e tido como algo dado” (MASSEY, 2012, p.23); além disso, essas concepções servem também a um propósito ideológico de desqualificação do espaço do Outro, que, transformado em *tabula rasa*, se esvazia assim de sua memória e de sua história. Um exemplo disso, segundo Massey, foi a chegada de Hérnan Cortés à Tenochtitlán, capital do Império Asteca, posteriormente destruída para se transformar no que posteriormente seria a atual Cidade do México:

Não é uma manobra inocente; desta forma, eles ficam desprovidos de história. Imobilizados, esperam a chegada de Cortés (ou a nossa, ou a do capital global). Lá estão eles, no espaço, no lugar, sem suas próprias trajetórias. Tal espaço torna mais difícil ver, em nossa imaginação, as histórias que os astecas estavam vivenciando e produzindo. O que poderia significar reorientar essa imaginação, questionar este hábito de pensar este espaço como uma superfície? Se, em vez disso, concebêssemos um encontro de histórias, o que aconteceria às nossas imaginações implícitas de tempo e espaço? (MASSEY, 2012, p. 23).

De acordo com a autora, é no espaço que ocorre a construção das trajetórias dos sujeitos, que se fazem através dos encontros de fenômenos sociais e culturais. Em outras palavras, para Doreen Massey o espaço é a dimensão social construída a

partir da relação das pessoas no espaço:

O espaço é uma dimensão implícita que molda nossas cosmologias estruturantes. Ele modula nossos entendimentos do mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política. Afeta o modo como entendemos a globalização, como abordamos as cidades e desenvolvemos e praticamos o sentido de lugar. Se o tempo é a dimensão da mudança, então o espaço é a dimensão do social [...] (MASSEY, 2012, p. 9).

Doreen Massey considera que é possível pensar o espaço a partir de relações de fenômenos, associados à imaginação, ao passado e ao processo de multiplicidade:

As trajetórias de outros podem ser imobilizadas, enquanto prosseguimos com as nossas; o desafio atual da contemporaneidade dos outros pode ser desviado ao relegarmos a um passado retrógrado, antiquado, arcaico: os fechamentos defensivos de um lugar essencializado parecem permitir um descomprometimento mais amplo e fornecer um alicerce seguro. Nesse sentido, cada uma das considerações anteriores fornecem um exemplo de algum tipo de fracasso (deliberado ou não) da imaginação espacial. Fracasso no sentido inadequado para enfrentar os desafios do espaço, fracasso por não incluir suas multiplicidades coetâneas, por não aceitar sua contemporaneidade radical, por não lidar com a complexidade de sua constituição. O que aconteceria se tentássemos nos desvencilhar de tais compreensões, entretanto quase intuitivas? (MASSEY, 2012, p. 28).

Isso nos permite pensar sobre como é visto o espaço e como devem ser consideradas as possibilidades de vê-lo a partir de uma nova perspectiva, que não o considere como mera superfície, mas como espaço-tempo, isto é, uma superfície que implique também uma relação com o passado.

Assim, Doreen Massey (2012) sugere algumas reflexões sobre o espaço, considerando três proposições. A primeira delas é o reconhecimento do espaço como produto das inter-relações entre entidades e sujeitos. A segunda proposição considera que o espaço é uma esfera de possibilidades de existência de multiplicidades. Aqui, a discussão se estende à heterogeneidade e à diferença, pelas quais o espaço é estudado e entendido a partir de discursos que vão além dos conceitos de espaço construídos pelo pensamento ocidental. A terceira proposição consiste em imaginar o espaço como um processo em constante formação, e não um sistema fechado: para Doreen Massey, no espaço há sempre conexões e interações. O espaço, então, é compreendido como produto de inter-relações e está em constante processo de construção.

Aplicando as proposições de Massey ao objeto de estudo deste trabalho, pode-se afirmar que o espaço da pesca em Itapina, constituído a partir da intervenção

humana, configura-se a partir das relações entre os elementos que se integram no processo de formação deste espaço (o pescador, a canoa, o remo, o rio, as técnicas de pescaria herdadas, entre outros). Entre esses elementos, a memória aparece exercendo um papel importante, pois é ela que mantém vivo o fio de ligação da comunidade com o passado e, com isso, contribui com os conteúdos e significados que preenchem o espaço. Como assinala Joel Candau, a memória se esforça no sentido de reconstruir o presente e manter viva a história que se passa no espaço:

[...] a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo: a memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um “estar aqui” que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos. A ideia segundo a qual as experiências passadas seriam memorizadas, conservadas e recuperadas. (CANDAU, 2016, p. 09).

A memória permite juntar o passado ao que está no presente, como um intercâmbio que integra os sujeitos e as construções sociais. Assim, garante-se a interlocução entre as gerações, as pessoas e as culturas, o que possibilita o diálogo do passado e do presente, para manter vivo o espaço historicamente construído: “A memória contribui para que o sujeito não se esvazie, no qual tenha o passado alimentando o momento presente e, assim, configurando suas capacidades conceituais e cognitivas.” (CANDAU, 2016, p.59).

Este espaço historicamente construído, segundo Bento (2014), pode ser compreendido através da Geografia como espaço feito por meio da leitura do cotidiano e das realidades do dia-a-dia, que dão significado aos diferentes lugares projetados. Dessa forma, a comunidade passa a ser o lugar de expressão do conhecimento, que se associa ao significado do tempo e do espaço na construção das relações sociais. Por sua vez, essas relações abrangem um tripé, formado por homem, natureza e espaço. Sendo assim, deve-se considerar, com Massey (2012, p. 14), que “o espaço é uma dimensão implícita [...] [no qual] desenvolvemos e praticamos um sentido de lugar. Se o tempo é a dimensão da mudança, então o espaço é a dimensão social”.

Uma vez que a construção do espaço pode ser pensada a partir do cotidiano, torna-se possível produzir uma reflexão teórica sobre fatos simples e corriqueiros.

Assim, os pescadores e sua permanência no espaço, ao longo do tempo, podem ser observados por meio de suas práticas cotidianas, que revelam saberes destinados à sobrevivência. Assim, o espaço dos pescadores de Itapina passa a ser um lugar de expressão de conhecimentos ancestrais e, portanto, lugar de memória. Isso nos faz pensar no espaço como algo relacional, instituído pelo pescador do rio Doce a partir dos vínculos que ele estabelece com a memória herdada.

1.2. ESPAÇO DEMARCADO

O espaço da pesca de Itapina está localizado no território pertencente à área rural do município de Colatina. Nele, foram desenvolvidas relações de permanência, a partir da organização por meio da divisão do rio. Em outras palavras, as famílias demarcaram seus locais de pescaria como forma de sobrevivência. As relações locais se constituíram mantendo a tradição, em que o fio condutor é a palavra que demarcou o espaço da pesca. Assim, conforme Massey, o espaço da pesca “é compreendido como relacional e, portanto, estabelecido, real” (MASSEY, 2013, p. 272), pois se qualifica como espaço de multiplicidades, lugar designado para o trabalho, mas que também reproduz os acordos de limites para pescaria, estabelecidos pelas famílias dos pescadores como forma de garantir a permanência das famílias e a convivência harmoniosa entre elas.

Considerando a construção do espaço da pesca a partir de pressupostos simbólico-culturais, é possível reconhecer a relação entre memória e espaço através da ocupação cultural e simbólica do rio, a fim de exercer a apropriação econômica num espaço demarcado. Toda essa multiplicidade de variações transcende os mapas, as legislações de zoneamento e até mesmo a rigidez do espaço.

Nesse sentido, é possível aproximar o espaço de pesca de Itapina ao conceito de “espacialidade”, proposto por Doreen Massey, que transcende o conceito de espaço como plano homogêneo, destinado à reprodução do capital. No caso dos pescadores, houve a construção de múltiplos processos de subversão a uma ordem agenciada por uma macropolítica. Com efeito, desde o final do século XIX até os tempos atuais, a espacialidade dos pescadores foi conduzida por uma perspectiva

fortemente marcada pelo político local. Os pescadores encontraram mecanismos de sobrevivência a partir de suas múltiplas micropolíticas e os espaços de pesca são possíveis resultados desses agenciamentos.

É neste contexto que o objeto da pesquisa seguirá e será comentado no capítulo três, sobretudo considerando a história local, construída pelos pescadores ao longo do tempo, com estratégias de pescaria adaptadas ao trajeto que cada família demarcou e exerceu sua atividade de sobrevivência. O trajeto demarcado se estabeleceu ao longo do tempo, foi passado entre gerações e mantido com o propósito de manter o espaço organizado entre as famílias que vivem da pescaria.

1.3. RELAÇÃO ENTRE LUGAR E MEMÓRIA

De acordo com os movimentos ocorridos durante o processo de formação do espaço da pesca, os pescadores de Itapina e seus descendentes mantêm a memória viva, passando-a de tempos em tempos entre as gerações. Suas construções estabelecidas nesse espaço seguem reproduzindo ensinamentos; porém, mesmo com a tradição mantida, ela está aberta para possíveis transformações.

O espaço em aberto, para Massey (2012), implica em um desacordo entre tempo e espaço. Segundo a autora, se limitarmos a construção do espaço à dimensão do tempo, o mesmo se fecha, torna-se imóvel e fixo, diferentemente do que ocorre no espaço da pesca em Itapina, pois mesmo que os pescadores sigam guardando tradições, seu espaço está em constante processo de criação, reconhecido através de “[...] sua capacidade de possibilitar novas relações-umas-com-as-outras de trajetórias previamente discrepantes” (MASSEY, 2012, p.70). Dessa forma, seguem significando o espaço da pesca por meio de suas relações de coexistência, construindo suas trajetórias de vida às margens do rio Doce.

Outra forma de complementar o pensamento sobre o espaço da pesca de Itapina é considerando-o como “lugar praticado”, que, segundo Certeau (1998) é a condição de vivência temporal do indivíduo, a qual depende de dinâmicas coletivas. O espaço

se constrói enquanto vivenciado, a partir da composição homem e natureza, integrados ao conjunto de fatos sociais³. Ou seja, o “espaço” só se torna “lugar” à medida que os indivíduos se movimentam nele através de seu uso. Quando ocupado, o lugar é imediatamente ativado e transformado, passando à condição de “lugar praticado”:

É um lugar a ordem (qualquer que ela seja) segundo a qual os elementos são distribuídos em relações de coexistência. Encontra-se aqui, então, excluída a possibilidade de duas coisas estarem no mesmo lugar. A lei do “próprio” aí reina... Há espaço desde que se considere vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis... O espaço estaria em relação ao lugar da mesma forma que a palavra quando é pronunciada. Em suma, o espaço é um lugar praticado (CERTEAU, 1998, p.172).

Através dos pensamentos de Milton Santos, também é possível compreender a formação do espaço da pesca de Itapina. Para o autor, as relações sociais, tais quais são estabelecidas a partir de práticas locais, sociais, culturais e costumes herdados, são entendidas como um campo de forças e não somente como um reflexo da sociedade: “O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares” (SANTOS, 1978, p.122).

Seguindo o pensamento de Milton Santos (1978), o espaço pode ser analisado a partir do conjunto de relações que se estabelecem nele, por meio de suas funções e formas apresentadas historicamente e que estão vinculadas a um processo que é configurado tanto no passado como no presente. Para esse autor, o espaço, além de instância social, construída pelas relações entre o processo passado e o presente, tem também uma estrutura que corresponde à organização feita pelo homem, considerado como uma instância da sociedade.

Na formação do espaço feita a partir da função do tempo e do homem social, se inserem os significados, a memória e o lugar como elementos formadores do espaço. Segundo Milton Santos (1978), o espaço é organizado a partir de formas e acontecimentos resultantes da interação de diferentes variáveis, no qual este se

³ Com base na teoria durkheimiana, os “fatos sociais” se distinguem dos fatos naturais por serem criações humanas. Ao mesmo tempo, se distinguem dos fatos individuais, estudados pela psicologia, por serem uma realidade exterior ao indivíduo. É o caso dos valores, normas e padrões sociais e também da linguagem: ao falar, o indivíduo exterioriza um pensamento, sentimento, conceito etc., mas, para isso, utiliza uma língua, que já existia antes de seu uso individual.

manifesta como espaço social. É nesse espaço social que se produzem as condições humanas de sobrevivência, conceituadas pelo autor como produto das prioridades humanas, formando assim o espaço humano, lugar de vida e trabalho, representado como morada do homem, mas sem definições fixas.

Falando agora da memória, observa Candau (2016) que ela é constituída pelas lembranças, que são pensamentos sem tempo de duração; por isso, ela é a condição necessária para a consciência e o conhecimento de si. A partir de seu significado, a memória garante a construção do ser individual. A memória individual expressa o eu como sujeito de conteúdo. Para Candau (2016), a construção do sujeito de conteúdo se faz a partir das relações que se estabelecem entre a memória, as vivências presentes e os projetos futuros, configuradas na expressão, na preocupação e na formação do próprio sujeito e entre os sujeitos:

A consciência de si [...] não seria possível sem a lembrança ou a expectativa, o lamento ou a impaciência, pelos quais, o tempo nos coloca, de alguma forma, a distância de nós mesmos. As relações de si para si mesmo, o trabalho de si, supõem um trabalho da memória que se realiza em três direções diferentes: uma memória do passado, aquela dos balanços, das avaliações, dos lamentos, das fundações e das recordações; uma memória da ação, absorvida num presente sempre evanescente; e uma memória de espera, aquela dos projetos, das resoluções, das promessas, das esperanças e dos engajamentos em direção ao futuro (CANDAU, 2016, p. 60).

Assim, a relação do eu com o tempo é tridirecional, pois somente a ação conjugada e unificadora desses diferentes vértices temporais “pode nos ajudar a conceitualizar, para aceitá-la, nossa inscrição em um tempo” (CANDAU, 2016, p.60). Isso significa que cada ser humano, de fato, constrói sua história de vida ao longo do tempo, de maneira a permanecer viva sua história. Os pescadores de Itapina são povoados por estas questões importantes, pois desejam manter viva a história de suas trajetórias, do eu individual e do grupo. Portanto, a memória é o conteúdo que preenche o espaço, o tempo e a subjetividade individual e que coordena a construção da história de trajetórias de vida. Porém, aqui não se trata apenas de memória individual, mas principalmente de memória coletiva.

A memória individual, definida como conteúdo individual, é componente para a construção da memória coletiva e, como tal, a antecede, visto que seu conteúdo cognitivo contribui para estabelecer relações entre outros conjuntos de memórias individuais para formar a memória coletiva). Assim, segundo Ferreira e Amado

(2006) a memória coletiva é a construção estabelecida entre o que foi vivido individualmente e as outras memórias individuais. Ainda que compartilhem a mesma história ou convivam no mesmo ambiente, elas relacionam-se por meio de uma gama de modos e práticas diferentes, pois “são conservadas e transmitidas através do tempo, não só por meio da experiência, mas também [por] construções culturais administradas e mediatizadas” (FERREIRA; AMADO 2006, p. 76).

A memória coletiva é o primeiro estrato de relevância para a pesquisa, pois abarca questões sociais no espaço coletivo. A partir da memória coletiva, é possível resgatar a história da trajetória dos pescadores de Itapina, pois é nela que o conteúdo passado e presente forma o conjunto de acontecimentos que compõe o espaço coletivo e de convivência. Dessa forma, o espaço está representado por meio da memória dos pescadores pela relação estabelecida entre o tempo passado e presente, nos quais eles fizeram e fazem suas histórias. Suas trajetórias, construídas a partir dos movimentos de lugar e sentido, possibilitaram suas permanências e são o lugar de memória de Itapina. Portanto, através da memória coletiva, o processo de contar a história se concretiza:

A concepção tanto da história e da memória, nas quais o processo de dar sentido ao passado é entendido como uma capacidade mais geral, expressa de várias formas e modos, que podem ser mais bem entendidas como organizados em vetores de diferentes espectros, em vez de estarem agrupados em torno de noções polarizadas de história e memória (FERREIRA; AMADO 2006, p.78).

O segundo estrato é formado pela memória individual, que complementa a memória coletiva para formar o conteúdo dessa pesquisa, pois a partir da interação entre elas é que se pode analisar o indivíduo em si, como ser subjetivo que compõe o espaço coletivo. Assim, cada memória individual, repleta de significados, representa as relações contidas no espaço da pesca, as quais dão sentido ao lugar. O lugar é o lugar de memória, preenchido de conteúdos formados a partir das lembranças, que são as responsáveis por construir a história de vida ali estabelecida, reconhecidas como um conjunto de elementos afetivos, culturais e sociais que descrevem a trajetória da pesca.

Portanto, lugar e espaço estão coordenados à memória e à herança, pois através dos valores afetivos construídos, os lugares e espaços se tornam lugares

valorizados. Reciprocamente, os lugares valorizados são a matéria-prima para se preservar os costumes e valores afetivos herdados, tornando o lugar reconhecido pela memória parte da herança transmitida de geração a geração.

Segundo Tuan (1983), reconhecer o espaço como lugar valorizado é essencial para a subsistência humana. O espaço como lugar valorizado é construído pelos indivíduos e por seus conteúdos, práticas sociais e culturais. Este espaço se molda de acordo com o movimento dinâmico do tempo, baseado em fatos que ocorrem a cada momento. Segundo Marquez (2009), o espaço, em sua dinâmica de movimento, é ocupado e esta ocupação está representada através de diversas escalas, que vão do mínimo ao máximo, do mais local ao mais abrangente. Logo, o componente espacial de uma visão de mundo também é estabelecido através dos valores locais, por meio das quais as pessoas realizam suas atividades práticas. Neste sentido, vale destacar que os pescadores de Itapina são sujeitos que persistem ali habitando, mesmo com toda dificuldade.

Portanto, o espaço, o lugar e a memória articulam-se mutuamente: sem o espaço não há lugar e sem a memória não se constrói o espaço. Halbwachs (2004) demonstra que a memória e o espaço se estabelecem por meio do processo de construção, configurado na relação do sujeito com instituições sociais, como a família, por exemplo. De acordo com Pollack (1992) e Halbwachs (2004), por meio do trabalho de rememoração, quando ocorre uma negociação entre o individual e o social, as memórias são permanentemente reconstruídas e os indivíduos passam a ter o sentimento de pertença a um determinado grupo, uma vez que dividem experiências, escolhem o que deve ser lembrado e o que merece ser esquecido. Portanto, a memória e o espaço possuem um caráter social e são expressas pela linguagem, narrando prescrições sociais variadas.

A contextualização do espaço, lugar e memória, pensados a partir do indivíduo enquanto sujeito das experiências vividas, sugere também reflexões referentes ao crime ambiental, enquanto marco na vida dos pescadores, pois passou a compor o repertório de experiências que devem ser transmitidas, junto com aquelas que já estão estabelecidas na memória, por ser tratar de um dano irreparável (e, ao mesmo tempo, que deve ser esquecido, por causar sofrimento). Deve-se considerar o crime não só como dano irreparável envolvendo conteúdos ambientais,

mas também sociais e culturais, através do contraste estabelecido entre o antes e o depois desse acontecimento. Como pontua Candau (2016), isso implica na compreensão de que a memória das tragédias é muitas vezes uma memória tanto de destruição quanto de afirmação: a tragédia, ao mesmo tempo que provoca dor, também é o substrato a partir do qual um grupo se mantém e se reconstrói. Em outras palavras, as práticas sociais e culturais após a tragédia permanecem vivas na memória de um grupo social, atualizam-se, são reconstruídas e reelaboradas. Assim, compreende-se que a experiência dos sujeitos de Itapina, enquanto prática cultural e social que lhes permeia o cotidiano, pode ajudar os pesquisadores a compreender o processo experienciado por outros grupos sociais, vítimas do apagamento de suas memórias.

1.4. O LUGAR DE MEMÓRIA

Considerando o percurso de construção desse trabalho, iniciado na pesquisa empírica, a análise recorre aos conceitos de “memória” e “espaço” como recurso para compreender o lugar de memória do pescador de Itapina. O lugar de memória aqui reconhecido é o conjunto de conteúdos da memória individual e coletiva que se concretizou no espaço, através do tempo passado e presente.

No espaço que é o recorte desta pesquisa, histórias reais são formadas a partir da abstração do fato, tornando-se um complemento do tempo vivo. Neste contexto, entram os conteúdos da memória e do espaço como elementos para a construção deste trabalho, que mescla histórias verdadeiras pessoais e coletivas. As histórias desse lugar de memória abarcam conflitos de tempo e espaço, num movimento de memória. Tempo vivido e espaço construído, por sua vez, se modificam, em um movimento constante de reconfiguração através do tempo e da memória passada entre gerações.

São as trajetórias de vida que compõem a história de pessoas integradas no espaço que, por sua vez, representa o lugar de memória. Trajetórias de vidas que se estabeleceram através do tempo, no espaço construído entre gerações, reconhecido pelos pescadores como espaço herdado. Assim sendo, o espaço da pesca compõe a memória do lugar, que pertence à história de Itapina e no qual a pesca está

relacionada aos ensinamentos herdados, tais quais são reconhecidos coletivamente. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo, pois, como afirma Bosi (2018, p. 11), a memória se relaciona “através de índices comuns”.

Segundo Nora (1993) o lugar de memória é construído a partir de dois movimentos, o de seu lugar e o de seu sentido: um é o movimento propriamente histórico da duração; o outro é o movimento reflexivo da história sobre si mesma. Este processo de interação entre ambos contribui com o que já está configurado na herança consolidada, se integram a eles e seus sentidos se combinam, a fim de nos remeter a objetos simbólicos na memória coletiva, que, para os pescadores de Itapina, está presente no rio Doce, na canoa do pescador e na divisão do rio em seu espaço herdado, os quais são conteúdos formadores de seu lugar de memória.

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos: museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações. São marcos, testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória (NORA, 1993, p. 13).

Cabe, então, afirmar que o lugar de memória configura o que tem de melhor numa história, pois nele estão as memórias que, em sua expressão, compõem a história de um determinado lugar. Daí a importância, segundo Nora (1993), do aprofundamento do trabalho referente à história ainda não escrita dos lugares, ou seja, a história feita através da memória e de seu sentido.

1.5 NARRATIVAS E HISTÓRIA ORAL

As narrativas, que incluem todo o conteúdo vivenciado pelos pescadores no espaço da pesca do rio Doce, integram o percurso de construção dessa dissertação, principalmente considerando as proposições relacionadas ao tempo-espaço. Por isso, neste item do capítulo, se discutirá o conceito de narrativa e sua relação com a metodologia da história oral.

A partir da coleta de narrativas, realizada por meio da metodologia da história oral, é possível descrever práticas e saberes de sujeitos e grupos sociais, num processo que, conforme Debray (1992), ordena o visível e organiza a experiência⁴. Para o autor, o pesquisador que utiliza esta metodologia descreve tradicionalmente em diários, relatos ou notas de campo seus pensamentos ao agir no tempo-espaço histórico do Outro-observado, delineando as formas que revestem a vida coletiva.

Já as narrativas orais são formadas a partir de vozes, ações, objetos, sentimentos, figurações vivenciadas pelos indivíduos ou grupos sociais. Assim, segundo Ewald, Gonçalves e Bravo (2008), para analisar o espaço, deve-se considerar as subjetividades de seus ocupantes:

O olhar que o delimita [o espaço] e concentra a escolha é a relação sujeito-objeto, de onde emerge um projeto existencial. Sendo assim, as relações espaço-temporais se realizam em fluxos expressivos de como se observa, compreende e interage. Tais relações se manifestam através de trocas seletivas e hierarquizantes. O espaço deve ser considerado como um conjunto unificado de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, naturais e sociais, e, de outro, a vida que os preenche e que os transforma. [...] Mas entendemos que o espaço é o resultado e a condição da totalidade das relações sociais. Para tanto, é preciso observar, conhecer e viver este "espaço social", que ultrapassa o espaço físico. O espaço deve ser analisado, se quisermos privilegiar a subjetividade de seus ocupantes, como algo estruturado socialmente, onde são trocados (em direção à preservação ou à mudança) objetos, ideias, intenções e afetos (EWALD; GONÇALVES; BRAVO, p. 04).

Nesse trabalho, foram usadas as falas subjetivas dos pescadores para analisar e apresentar o espaço em que vivem. Isso possibilitou a compreensão das relações espaço-tempo, as relações sociais e a relação sujeito-objeto. Segundo Alberti (2004) trazer o sujeito como participante da construção de sua história faz com que entrevistado e entrevistadores trabalhem conscientemente na elaboração de

⁴ Segundo Debray (1992, p. 56): "L'image tire son sens du regard, comme L'écrit de La Lecture, et ce sens n'est pas spéculatif mais pratique".

projetos de significação do passado. O esforço é muito mais construtivista do que desconstrutivista, visto que a técnica da história oral possibilita encontros de vozes do passado e do presente, compondo as narrativas pela permanente construção e reconstrução do passado vivido:

O campo da história oral é acentuadamente totalizador; entrevistado e entrevistadores trabalham conscientemente na elaboração de projetos de significação do passado. O esforço é muito mais construtivista do que desconstrutivista (inúmeras vezes ouvimos, com efeito, que o entrevistado “constrói o passado”) e tem como base a experiência concreta, histórica e viva, que, graças à compreensão hermenêutica, é transformada em expressão do humano (ALBERTI, 2004, p. 14).

Segundo Alberti (2004), por meio das narrativas, é possível reconhecer o presente a partir das lembranças passadas e ouvi-las possibilita a construção da história que foi lembrada, o que a autora denomina “vivacidade do passado” no presente:

Em muitos casos, a entrevista de história oral nos acena com a chance, ou ilusão, de suspendermos, um pouco que seja, a impossibilidade de assistir a um filme contínuo do passado. Quando isso acontece é porque nela encontramos a “vivacidade” do passado, a possibilidade de revivê-lo pela experiência do entrevistado. Não é à toa que a isso muitos dão o nome de história (ou memória) “viva”. Mas concordamos todos que a impossibilidade de restabelecer o vivido é coisa dada. Não existe filmes sem cortes, sem edições, mudanças de cenário. Como em um filme, a entrevista nos revela pedaços do passado, encadeados em um sentido no momento em que são contados e em que perguntamos a respeito. Através desses pedaços temos a sensação de que o passado está presente. A memória, já se disse, é a presença do passado. (ALBERTI, 2004, p.15).

É possível aproximar esse pensamento das reflexões lévi-straussianas sobre a relação entre mito, de um lado, e ritual, de outro, em que o viver e o pensar sobre a repetição do vivido configuram o presente⁵. Então a história oral, em seu papel, é capaz de resgatar a continuidade do vivido, mesmo se não estiver mais disponível pela passagem do tempo. Por meio de narrativas, mesmo fragmentadas, ela dá sentido ao que a memória presente considera essencial, para manter as lembranças e o que foi feito no espaço. Isso significa que as narrativas dão manutenção ao espaço, e as técnicas e métodos da história oral, ao legitimarem as narrativas como fontes orais, permitem o reconhecimento de um espaço que,

⁵Para Lévi-Strauss, o real nunca é apreendido intuitiva e diretamente. Mito e ritual correspondem a dois eixos de apreensão do real, um metafórico, da ordem do pensado, do concebido, que opera descontinuidades, e outro metonímico, da ordem do vivido, que procura, sem sucesso, refazer a continuidade do vivido por meio de fragmentações e repetições, tentando eliminar as rupturas operadas sobre o vivido pelo pensado. Assim, segundo o antropólogo, “a oposição entre o rito e o mito é aquela do viver e do pensar” (LÉVI-STRAUSS, 1971, p. 603).

anteriormente, era desvalorizado pela história oficial:

[...] a história do tempo presente, perspectiva temporal por excelência da história oral, é legitimada como objeto de estudo do historiador, é recuperado e recriado por intermédio da memória dos informantes; a instância da memória passa, necessariamente, a nortear as reflexões históricas, acarretando desdobramentos teóricos e metodológicos importantes, [...]. O fato de a história oral ser largamente praticada fora do mundo acadêmico, entre grupos e comunidades interessados em recuperar e construir sua própria memória, tem gerado tensões, pois as perspectivas, os objetivos e os modos de trabalho de acadêmicos e não-acadêmicos podem diferir; essa pluralidade (uma das marcas da história oral em todo mundo), quando aceita, pode gerar um rico diálogo, raramente presente em outras áreas da história [...]; a narrativa, a forma de construção e organização do discurso [...] são valorizadas pelo historiador, pois, como lembrou Alessandro Portelli, fontes orais são narrativas históricas, seja as dos entrevistados, seja as do entrevistador, o que pode acarretar mudanças de perspectivas revolucionárias para o trabalho históricos (FERREIRA; AMADO, 2006, p. 58).

A partir desta metodologia, foi possível conciliar a história contada por meio de narrativas com a análise teórica, que, juntas configuraram este trabalho como fonte “oficial” da trajetória dos pescadores de Itapina. Segundo Ferreira e Amado (2006), a história oral estabelece e ordena procedimentos de trabalho (tais como os diversos tipos de entrevistas e as implicações de cada um deles para a pesquisa), montando e remontando a história de um grupo ou comunidade e tornando-a fonte oficial.

1.6 GÊNERO DE VIDA

Analisar a trajetória de vida dos pescadores possibilitou compreender suas relações sociais integradas ao espaço de pesca, a partir dos gêneros de vida da existência humana, que serão os pontos discutidos nesse item do capítulo. De acordo com a abordagem proposta, sigo as observações de Gomes (1996), para quem os gêneros de vida se manifestam nos grupos sociais ao longo do tempo em uma cadeia continua:

É nessa relação com o meio que, historicamente, os grupos humanos se constituíram enquanto gêneros de vida diferenciados ao longo do tempo, constituindo uma “herança” em que cada grupo superou obstáculos e exigências específicas. Por isso, insere-se a noção de contingência: “Os gêneros de vida atuais são, portanto, resultados contingentes dos gêneros de vida anteriores, ao longo de uma cadeia

contínua, regida não por uma ideia de necessidade, mas somente de possibilidade” (GOMES, 1996, p. 205).

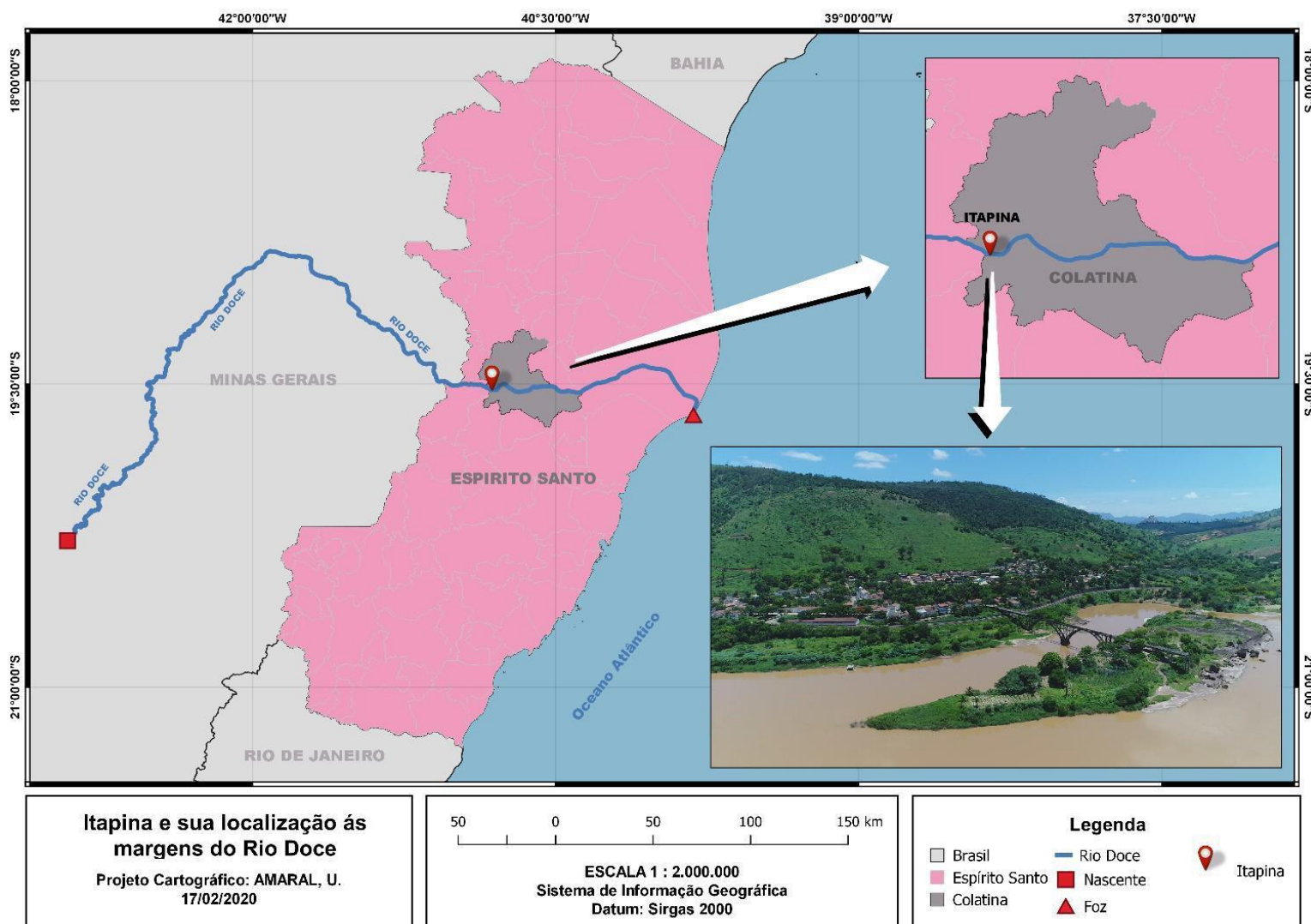
No que se refere ao tema dessa pesquisa, vemos que os pescadores desenvolveram formas para se relacionarem com o meio, mediante várias influências físicas, históricas e sociais, na luta para superar criativamente os obstáculos da natureza, para controlá-la e transformá-la. É assim que cada gênero de vida adquire uma feição específica, que relaciona as características do meio às técnicas utilizadas para a manterem no espaço (GOMES, 1996). Assim, aplicando o conceito de gênero de vida ao objeto desta dissertação, podemos compreendê-lo como a forma, a vivência, o jeito e a cultura do pescador de Itapina em seu espaço.

O gênero de vida também pode ser pensado a partir da evolução interna no próprio grupo, observando-se como a força e a resistência coletivas se desenvolveram e se mantiveram ativas, de acordo com a necessidade e com os meios disponíveis. Segundo Sorre e Megale (1984), o gênero de vida é capaz de evoluir devido a uma espécie de necessidade interior. No caso da organização interna dos pescadores, percebem-se traços marcantes de evolução entre eles, ou seja, eles permaneceram no local exercendo suas atividades baseadas em ensinamentos herdados, mas também modificaram sua relação com o ambiente, a partir das mudanças trazidas pela poluição do rio Doce. Logo, tanto a memória quanto o gênero de vida fazem o espaço do homem (SOUZA, 2013).

CAPÍTULO II

PESCADORES DE ITAPINA

Mapa 01: Itapina e sua localização às margens do rio Doce.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

2. PESCADORES DE ITAPINA

Figura 05: Pescadores do rio Doce participando da Romaria das Águas.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

É nas margens do rio Doce que os pescadores de Itapina vivem (figura 05), na pequena comunidade que se insere na área rural do município de Colatina (mapa 01). Nesse espaço, os pescadores têm uma importância fundamental, pois foram eles que deram início à construção do distrito.

Neste capítulo, a construção dos itens está estruturada a partir de elementos contextuais retirados de recortes temporais diversos, que são requisitos para a caracterização do espaço analisado na pesquisa. Assim, podem ser comparados ao que Massey (2012) afirma sobre a construção do espaço, em que a produção deste se faz por meio da simultaneidade de trajetórias múltiplas, a partir da interação entre os seus vários componentes:

Se o tempo se revela como mudança o espaço se revela como interação. Neste sentido o espaço é a dimensão social não no sentido da sociabilidade exclusivamente humana, mas no sentido do envolvimento dentro de uma multiplicidade. Trata-se da esfera da produção contínua e da reconfiguração da heterogeneidade, sob todas as suas formas - diversidade, subordinação, interesses conflitantes. À medida que o debate se desenvolve, o que começa a ser focalizado é o que isso deve trazer à tona: uma prática política relacional para uma prática relacional (MASSEY, 2012, p. 98, 99).

A autora considera que a construção do espaço se associa à prática relacional, envolvendo todas as formas de subordinação, diversidades e interesses. Considerando o processo histórico a partir dos recortes temporais, revelam-se as formas, as subordinações, os interesses produzidos ao longo do tempo no rio Doce. A partir desse contexto, far-se-á a caracterização do espaço da pesca através de recortes histórico-temporais não necessariamente sequenciados, mas que permaneceram muitas vezes esquecidos e são agora reativados e rememorados nos itens propostos.

Entre os assuntos relevantes ao objeto da pesquisa, estão questões relacionadas ao espaço geográfico e histórico do rio Doce, à pesca artesanal e ao rompimento da barragem Fundão de rejeitos de mineração.

Figura 06: Rio Doce e a Serra do Mar, na região de Itapina.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

O rio Doce, [...] é um dos rios mais importantes do Brasil central. O comprimento de seu curso é de aproximadamente 750 km e a área por ele banhada abrange em torno de 97.500 km², no declive leste da serra do Espinhaço, na província de Minas Gerais. No início, o seu curso segue na direção nordeste, em seguida sudeste e, a partir do limite do Espírito Santo, onde ele atravessa a serra do Mar, corre predominantemente na direção leste. No seu curso superior, o rio é praticamente inútil para a navegação por causa das correntezas, quedas de água e recifes. Somente cerca de 220 km antes do emboque as condições de sua navegabilidade começam a melhorar. [...] trafegam somente canoas, já que as tentativas de navegação regular de vapores fracassaram por esse ou por outros motivos. (BAVIERA, 2013, p. 84).

Neste item do capítulo, são apresentados dois tópicos: a caracterização geral do espaço geográfico e os recortes temporais históricos que mostram o rio Doce como espaço de trajetórias.

Considerando o espaço geográfico, o rio Doce (figura 06) nasce na Serra da Mantiqueira, no município de Ressaquinha, em Minas Gerais. Com uma extensão de 879 quilômetros, ele percorre os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, passando por 228 municípios até desaguar no Oceano Atlântico, em Linhares, Espírito Santo. O rio Doce é dividido ao longo seu percurso hidrográfico em três regiões com diferenças nas delimitações: Alto Curso (região compreendida entre as cabeceiras e a foz do rio Matipó); Médio Curso (entre a confluência com o rio Matipó e a divisa dos estados de MG-ES) e Baixo Curso (da divisa dos estados até a foz). A população da bacia é estimada em torno de 3,5 milhões de habitantes, sendo que a maioria dos municípios (85%) conta com até 20 mil habitantes. As cidades com mais de cem mil habitantes são Governador Valadares (278.363) e Ipatinga (257.345), em Minas Gerais, e Colatina (122.646) e Linhares (163.662) no Espírito Santo, segundo o último censo do IBGE.

De acordo com o relatório “Ribeirinhos do Baixo Rio Doce” (PICCOLI et al., 2016), as principais atividades econômicas da bacia hidrográfica do rio Doce (anexo B) são a agricultura (lavouras de café e cana-de-açúcar), a pecuária (criação de gado), o extrativismo (pesca artesanal) e o agroturismo. Cabe destacar ainda que o maior complexo siderúrgico da América Latina está situado às margens do rio Doce, com a presença de empresas mineradoras, reflorestadoras e indústrias de celulose. Além disso, aproximadamente 3.600 indústrias de diversas atividades situam-se na região (COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE, acesso em 03 abr. 2019). Por fim, vale ressaltar que, pelo número de municípios e regiões nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo que a bacia do rio Doce abrange, ele se destaca como uma importante fonte hídrica para a manutenção de polos industriais de expressão nacional, além de alimentar muitas famílias com sua rica e diversificada fauna aquática.

A maioria dos estudos disponíveis sobre a composição e distribuição das espécies na bacia do rio Doce se concentra no seu curso médio, em Minas Gerais (VIEIRA, 2006). O terço inferior do rio Doce tem sido pouco estudado; porém, cabe destacar

que a região do baixo rio Doce é a única em que foram encontradas espécies invasoras marinhas, sendo elas importantes recursos para a atividade de pesca esportiva e profissional, bem como muitas espécies exóticas, que também são amplamente exploradas pela pesca em detrimento das espécies nativas (ALVES et al., 2007). A bacia é constituída também por um território marcado por uma rica biodiversidade, pois 98% do rio Doce se localiza no bioma de Mata Atlântica, sendo o restante de cerrado.

Segundo Coelho (2009), ocorrem na bacia hidrográfica do rio Doce vários processos físicos, como alterações climáticas, intemperismo e erosão, além das interferências humanas por fatores socioeconômicos, como irrigação, despejo de resíduos, construção de barragens, transposições e desmatamentos, que promoveram, ao longo do tempo, significativas alterações nos processos hidrológicos (como mudanças na velocidade e no volume das correntes, além de transformações nas características bióticas) dos cursos d'água. O autor considera lamentável a ação humana, que geralmente é efetuada sem um conhecimento prévio adequado das condicionantes naturais do ambiente transformado (COELHO, 2009).

Sobre as alterações ambientais provocadas pela ação humana às margens do rio Doce, Strauch (1955) assinala que os cinquenta anos de construção da EFVM, iniciada em 1901, após anos de tentativas sem sucesso de escoar os produtos de mineração via rio, foram paralelos à retirada da mata nativa, incluindo a ciliar, da região. Hora a madeira nativa era utilizada na produção dos dormentes da via férrea, ora para suprir a demanda de madeireiras instaladas nas aglomerações humanas instaladas a partir da obra de construção. O volume de mata derrubada era tamanho que no município de Nanuque, a 251 Km do rio Doce, se instalou uma indústria madeireira multinacional, aumentando ainda mais o volume de floresta retirada. Era comum ainda encontrar às margens da ferrovia recém-construída, pilhas de carvão vegetal aguardando serem embarcadas com destino às caldeiras de indústrias mineradoras e siderúrgicas que se instalavam no Vale do Rio Doce

A construção da estrada de ferro inicia a ocupação de fato do rio Doce, que foi durante muitos anos impedida devido às dificuldades de navegação, às doenças

tropicais e à presença de tribos indígenas aguerridas, os botocudos⁶. O francês Saint-Hilaire⁷, que visitou a região do rio Doce em 1819, comenta que “na época da minha viagem, alguns mulatos de Minas Gerais apenas ousavam descer o rio Doce, em pirogas para comprar sal [...]” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 85). Os relatos do autor mostram a região do rio Doce como de difícil acesso, comprometendo o avanço de sua exploração por meio da navegação:

A insalubridade é causada pelas estações chuvosas, que transbordam as águas do rio, formando poças. As espessas florestas que sombreiam suas margens impedem a ação do sol [...] e em qualquer estação é perigoso descer ou subir o rio. Para resguarda-se, das febres [...] é preciso não dormir às margens... (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 86)

Em seus relatos, fica evidente a forte impressão que o rio e a Mata Atlântica, então praticamente inexplorada nessa região, causaram no estudioso francês, o que permite pensar também as construções culturais e sociais estabelecidas sobre o deslocamento pelo rio. O rio Doce, segundo os pescadores de Itapina, se revelou enigmático e majestoso a seus antepassados, assim como foi para Saint-Hilaire:

[...] o rio corria majestoso entre as escuras florestas que margeiam. Completa calma reinava em toda a natureza e o silêncio do remo era apenas perturbado pelo canto de umas pequenas cigarras e pelo barulho dos remos de que se serviam meus canoieiros. Solidões vastas assim tem qualquer coisa de imponente e eu me sentia humilhado diante desta natureza tão possante e austera; minha imaginação se assustava, quando eu pensava que as matas imensas que me cercavam se estendiam para norte, muito além do Rio Grande de Belmonte; elas ocupavam toda a parte leste da Província de Minas Gerais; que cobrem, sem qualquer interrupção, as do Espírito Santo (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 90).

Apesar dessas dificuldades, a ocupação do rio começa após o ano de 1786, quando as primeiras entradas na região foram autorizadas pelo governo do Espírito Santo (ESPINDOLA, 2007), permitindo a qualquer indivíduo que desejasse ocupar o interior do estado, incluindo a região do rio Doce. A partir desse período, inicia-se a chegada dos imigrantes por meio da navegação, que dá início ao processo de formação da região que abriga os pescadores de Itapina. Assim, a partir de 1800, estabeleceu-se o serviço de navegação a vapor do rio Doce, entre os trechos de

⁶ Nome genérico dado pelos portugueses a várias tribos não-tupis, que habitavam o interior do Espírito Santo e Minas Gerais.

⁷ Saint-Hilaire era parte do grupo de cientistas vindos da França a convite da corte portuguesa erradicada no Brasil, para estabelecer estudos sobre a fauna, a flora e a geografia brasileiras.

Regência, em Linhares, e o Porto da Vila de Mascarenhas, no único trecho navegável para embarcações maiores (TEIXEIRA, 1974).

Apesar disso, o transporte mais indicado para cruzar o rio Doce é aquele feito com canoas, capazes de se deslocarem e deslizarem mesmo nos trechos mais difíceis. Era comum o seu uso para transportar pessoas e também mercadorias, e a estrutura apropriada desse meio de transporte fez com que os imigrantes que chegavam nas localidades de assentamento também adotassem o sistema já existente. Assim, a canoa e os demais apetrechos relacionados a ela se incorporaram ao cotidiano dos primeiros imigrantes que ocuparam o rio Doce, chegando até aos pescadores artesanais que ainda hoje habitam o rio.

Atualmente, a navegabilidade no rio Doce só é possível nessas embarcações de pequeno porte, devido ao assoreamento e ao baixo nível da água. Mesmo assim, o rio ainda abriga milhares de ribeirinhos, marcados pela resistência em se manterem no local, entre eles o grupo localizado às margens Sul e Norte do baixo curso do rio Doce, em Itapina. Neste trecho do rio, estabeleceu-se a relação entre as gerações de pescadores e seus descendentes e o espaço da pesca como lugar de memória, preservada tanto nas lembranças transmitidas quanto nas histórias registradas. Porém deve-se considerar que esse é um espaço em constante movimento: mesmo com a memória preservada, ele sofre com as ações de sujeitos e coisas que o compõe. Como afirma Doreen Massey (2016), o espaço conflita com a ideia de sistema fechado e o rio Doce é um espaço de multiplicidades e interações diversas, diante de tantas transformações que envolvem o tempo.

2.2 PESCA ARTESANAL

Figura 07: Pescador de Itapina com sua canoa.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

A atividade do pescador consiste em reconhecer indícios – a água calma que é perturbada por uma trilha quase imperceptível na superfície, a presença de paus que indicam uma tronqueira subterrânea – e em usar técnicas e instrumentos, como canoa, tarrafa, arpão, um corpo que mergulha sob paus nas águas barrentas. Já que não basta que haja peixes pressupostos – é preciso, com efeito, apanhá-los (ALMEIDA, 2013, p.13).

A trajetória dos pescadores de Itapina (figura 07) é uma entre outras existentes às margens de rio, que surgiram devido à necessidade de sobrevivência e/ou de ocupação do espaço a partir do ponto de vista econômico e cultural. Para falar dos pescadores e trazer suas narrativas, far-se-á uma breve síntese da pesca e de seu significado, principalmente no Brasil.

Segundo Diegues (1983), a pesca é considerada uma das atividades mais antigas exercidas pelo homem. O acúmulo de conhecimento adquirido pelos pescadores ao longo do tempo contribui para a preservação da relação humana com os recursos pesqueiros, tornando a pesca artesanal uma atividade de valor econômico e social, que também pode contribuir com outros setores, como o turístico, por exemplo.

De acordo com Fabris (1997), a pesca está historicamente incorporada ao espaço brasileiro, pois mais da metade da população vive a menos de 60 quilômetros das águas costeiras, para não falar dos assentamentos às margens de águas fluviais, como é o caso de Itapina. Apesar disso, a pesca artesanal no Brasil vem sendo bastante desvalorizada, mesmo com a grande disponibilidade de rios presente no território brasileiro. Nosso país enfrentou e ainda enfrenta dificuldades no que diz respeito ao reconhecimento da importância econômica da pesca artesanal. Por isso, “não é novidade o fato de a atividade artesanal ter sido, ao logo desse processo, preterida em prol da indústria da pesca, e os modos de vida e trabalho dos pescadores, desvalorizados” (CYRINO; TRIGUEIRO, 2018, p. 47). Contudo, mesmo com essa falta de prestígio, a pesca artesanal ainda representa o sustento de muitas famílias.

De acordo com Araújo, Lima e Sassi (2015), a comunidade tradicional de pesca pode ser definida como um espaço historicamente habitado por profissionais que há gerações se dedicam a essa atividade e nas quais se observa um acervo de cultura material e imaterial tradicional, cuja origem está em um sistema ecológico local. Trata-se, portanto, não de algo estático, mas que muda com o tempo, permitindo não só a continuidade do conhecimento, mas também a sua adaptação aos novos contextos. Oficialmente, a pesca artesanal é conceituada em uma cartilha, intitulada “Pesca artesanal legal”, de responsabilidade do Ministério Público Federal, que regulamenta a atividade pesqueira nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, como uma

categoria profissional autônoma, desenvolvida principalmente em regime de economia familiar, no qual seus ensinamentos são passados entre as gerações:

Pesca comercial artesanal: é aquela praticada por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado ou podendo utilizar embarcações com Arqueação Bruta (AB)¹ menor ou igual a 20 (art. 8º, inciso I, “a”, da Lei Federal nº 11.959/2009 e art. 2º, inciso IV, da Instrução Normativa Interministerial 10/2011). A Lei nº 11.959 incluiu no conceito de pesca artesanal também os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal [...]. O pescador artesanal que comercializa o produto da sua atividade é considerado pela Lei como pescador profissional e deverá obter as devidas licenças, na Capitania dos Portos e na Superintendência Federal da Pesca, sob pena de multa e apreensão da embarcação e dos petrechos. (BRASIL, 2017, p. 09-10).

No Brasil, essas comunidades estão espalhadas por todo o território, o que fez com que o interesse político e econômico dos governantes estabelecesse a regulamentação da pesca, que, inicialmente, baseou-se em um ajuste da conduta dos pescadores aos princípios da “civilização”:

As pesquisas nos mostram que tais atos foram iniciados a partir do projeto de nacionalização da pesca, empreendido pela Marinha brasileira, que tinha por objetivo central regular e controlar a atividade pesqueira no país. Essa empreitada foi iniciada em 1919 com a expedição *Missão do Cruzador José Bonifácio*, que percorreu todo o litoral brasileiro, criando mais de 800 colônias, a fim de conduzir os pescadores à “civilização” e ao “progresso” através da modernização da sua atividade. Essa condução, iniciada de forma tutelar e disciplinadora pela instituição naval, acionou um discurso que marcava a urgência da modernização não apenas da atividade da pesca, mas do modo de vida dos pescadores. [...]

A consulta e análise dessas fontes nos permitem entender os meandros desse processo histórico de formação da política pesqueira e o quanto ele foi — e ainda continua sendo — muito mais pautado na exclusão do pescador e de suas práticas que na sua valorização, de fato. [...]

Conforme o registro feito da trajetória da política pesqueira — encontrado no documento do Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE, 1980), [...] —, durante esses quatro anos (1919 a 1923), os militares percorreram o litoral brasileiro cadastrando mais de 100.000 pescadores e organizando-os em colônias cooperativas com espaços para serviços de ensino e saúde, dos quais resultaram o “Serviço de Pesca e Saneamento do Litoral”, em 1923 (CYRINO; TRIGUEIRO, 2018, p. 48-49).

O projeto de nacionalização da pesca, cujo propósito foi organizar os pescadores

considerados distantes da “civilização”, possibilitou a formação de colônias de pescadores que se mantém até hoje. Inicialmente o projeto pretendia tutelar, ajustar e modernizar os métodos tradicionais de pescaria e organizar os pescadores por meio de colônias, mas com um objetivo mais excludente do pescador e de suas práticas tradicionais que propriamente inclusivo. No entanto, com o passar dos anos, mediante muita luta e sofrimento, ensaia-se a tentativa de reconhecimento desse saber tradicional:

[...] reconhecimento da subjetividade do saber intrínseco das populações tradicionais nas mais diversas manifestações incluem aquelas decorrentes da tradição cultural e espiritual, evidenciadas na transmissão oral e nos sistemas de produção voltados para a subsistência. Superado o debate em torno da importância das comunidades tradicionais na manutenção harmônica entre ser humano x natureza, foi definida no aparato jurídico através da Lei nº 9.985/2000 Art. 5º, inciso X do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC garantindo à essas populações provisão de subsistência alternativa ou a justa indenização pelos recursos perdidos em caso de desequilíbrio e perda ambiental dos seus recursos. (VASCONCELOS, 2018, p. 178)

Os pescadores de Itapina se incluem nesse processo de distanciamento da inclusão e do reconhecimento, uma vez que não há registros sobre a forma como se exerce a pesca artesanal nessa localidade, como se os projetos governamentais de nacionalização da pesca e os meios de acesso a políticas de direitos desconsiderasse ou ignorasse a existência dos que pescam com a tradição herdada neste ponto do rio Doce. Apesar disso, é mister considerar que as trajetórias dos pescadores de Itapina compõem a história de formação desse espaço, no qual estabeleceu-se a relação com a pesca desde o início de sua formação, devido a sua localização às margens do rio Doce⁸.

⁸ Sobre tudo deve-se considerar que o espaço em questão esteve ocupado por indígenas anteriormente a chegada dos imigrantes, por volta do ano de 1886. Isso exigiria uma discussão mais ampla, que não será levantada no momento.

2.3 ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE REJEITOS

Nada e ninguém existe neste mundo cujo próprio ser não pressuponha um espectador. Em outras palavras, nada do que é, à medida que aparece, existe no singular; tudo o que é, é próprio para ser percebido por alguém. (ARENDT, 1993, p.17).

Figura 08: Ilustração de Manoel S. Pereira, representando a passagem dos rejeitos de mineração pelo rio Doce. Fonte:



Acervo pessoal da autora.

Figura 09: Representação cartográfica da passagem dos rejeitos de mineração pelo rio Doce.



Fonte: PICCOLI et al., 2016.

O rio Doce é cercado por uma região onde se concentra grande território minerador. Nessa região, como já foi dito, instalou-se o maior complexo siderúrgico da América Latina, cuja intensa atividade produtiva de exploração e extração do minério de ferro ocorre nos estados brasileiros do Espírito Santo e de Minas Gerais. Tudo isso não aconteceu sem um imenso impacto ambiental, principalmente com o desmatamento da mata ciliar.

Os itens anteriores permitiram pensar nas trajetórias de vida construídas no rio Doce e que permaneceram na região mesmo diante das transformações do espaço produzidas pela atividade mineradora e pela construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas. Já este item está associado a relatos que revelaram as dificuldades de permanência dos moradores após o maior impacto já vivenciado entre os processos de degradação do rio, o derramamento dos rejeitos de mineração provindo do rompimento da barragem de Fundão, em 2015 (figuras 08 e 09), o que determinou o fim provisório da pesca na região.

Inicialmente deve-se mencionar o principal elemento afetado, a água atingida pelos rejeitos de mineração, que interferiu na estrutura econômica, social e cultural de quem dependia dela. Os moradores do rio Doce, sem poderem utilizá-la, passaram a buscar outras possibilidades de sobrevivência em seu local de assentamento. A continuidade principalmente da atividade pesqueira no rio está comprometida, ou seja, pode deixar de existir, por conta da água contaminada e pela incerteza sobre o que esperar daqui para frente.

Assim, o rio Doce passou a configurar um cenário de sofrimento para quem dele dependia, já que os descartes provenientes da barragem de Fundão ocasionaram perdas não só econômicas, mas também afetivas. Segundo Flavia Bottino⁹, pesquisadora do GIAIA:

O rejeito deixou um rastro de metais ao longo do rio: ferro, alumínio, manganês, cobre, chumbo, cromo, arsênio, selênio e etc. [sic] Todos esses metais foram analisados principalmente na fração dissolvida utilizando-se espectrofotômetro de emissão atômica com plasma indutivamente acoplado em laboratório na Universidade de Brasília. Os resultados foram comparados com a resolução CONAMA 357 de 2005, a qual estabelece

⁹ Flavia Botino é doutora em Engenharia Hidráulica e Saneamento pela Escola de Engenharia de São Carlos. É Professora Designado da Universidade do Estado de Minas Gerais e integrante do GIAIA.

padrões para os cursos de água de acordo com os seus usos. As águas de abastecimento coletadas em poços na região de Regência também apresentaram contaminação no que diz respeito a alumínio, ferro, manganês e arsênio. [...] [O]s dados foram comparados com a Portaria 2914 que estabelece padrões de potabilidade para consumo humano. Porém documentos oficiais ambientais de iniciativa de órgãos ambientais referentes à situação da água do rio Doce, ainda não haviam sido disponibilizados, dificultando acesso às informações necessárias as comunidades atingidas. [sic] Neste sentido, avalia que a redução das condições de vida dos organismos aquáticos tende a ser fortemente influenciada por alterações no ambiente terrestre adjacente, o que incide diretamente na redução da diversidade biológica. [...] [P]erceber-se no Doce que um material mais denso e de coloração mais escura (marrom) está sendo depositados [sic] nas margens, podendo causar assoreamento e dificultar o reestabelecimento da vegetação ripária, por exemplo. Na estação chuvosa esse material pode descer pelo leito do rio, assim como toda a lama que tomou as margens, realimentando o quadro de contaminação (PICCOLI et al, 2016, p. 10-11).

Logo que ocorreu o derramamento de rejeitos no rio Doce, surgiram muitas dúvidas, questionamentos e incertezas, da parte de moradores, ex-moradores e pesquisadores. Afirma-se que aquele derramamento foi o pior de sua espécie na história do Brasil e um dos maiores derramamentos em volume de rejeitos no mundo. Segundo Creado et al. (2017), foi ainda o pior crime ambiental cometido por uma empresa de mineração no mundo, que afetou direta e indiretamente vários moradores nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo (mapa 03).

No Espírito Santo, o crime ambiental da Samarco/VALE/BHP afetou principalmente os moradores dos municípios de Colatina (em especial os residentes no distrito de Itapina e nos bairros de Barbados e Maria Ortiz, cujas atividades econômicas e as relações de sociabilidade estão interligadas cotidianamente com o rio) e Linhares, que construíram suas histórias de expansão econômica, seus conflitos sociais e culturais tendo o rio Doce como elemento central (DADALTO, 2009).

Esse crime também é sintomático das relações estabelecidas entre o Estado brasileiro e o setor privado frente às questões econômicas e sociais, que não serão aprofundadas neste trabalho, mas que merecem ser mencionadas.

Mapa 03: O caminho da lama até o litoral do Espírito Santo.



Fonte: <http://www.epsjv.fiocruz.br>

Segundo Kurz (acesso em 06 mar. 2019), ao proteger as empresas privadas, o Estado ignora o sofrimento humano, consequência da busca do lucro a todo custo:

[...] são os problemas sociais e ecológicos, resultantes da economia de mercado [...]. O lugar de sistemas sociais locais, pessoais, familiares e naturais de educação dos filhos, de amparo dos doentes e das pessoas necessitadas de cuidados especiais, bem como de garantia do sustento na velhice, precisou ser ocupado cada vez mais por sistemas sociais nacionais, impessoais, públicos, que tinham a forma da mercadoria e do dinheiro. Não o mercado, mas tão somente o Estado, podia assumir essa tarefa, pois a economia de mercado, enquanto tal, não tem nenhuma sensibilidade e nenhum órgão para as etapas da vida humana, que são expulsas para fora do processo incessante de transformação do trabalho em dinheiro, ou que não podem, por sua própria natureza, coincidir com este processo [...].

Além disso, os processos de destruição do meio ambiente são processos de longo prazo e estendem-se por várias gerações, ao passo que o horizonte temporal do mercado sempre é apenas de curto prazo. (KURZ, acesso em 06 mar. 2019).

Como aponta Kurz no trecho citado, a destruição ambiental é irrelevante diante do ganho econômico. Assim a ação inadequada da empresa, visando apenas o lucro imediato, determinou um crime ambiental, que causou sérios desdobramentos ecológicos e sociais. Após o crime ambiental, os moradores do rio Doce vivenciam o que Michael Pollak (1992) considera como “memórias destruídas”, pois impossibilitados de usufruírem de seu espaço, os sujeitos tornam-se incapazes de manter a memória antepassada:

Hoje, numerosas memórias são destruídas ou elas próprias desaparecem [...]. Mas, ao mesmo tempo, outras memórias nascem menos expansivas, mais particulares, mas frequentemente abundantes e robustas [...] [E]ssas memórias são os fundamentos de identidades em recomposição (POLLAK, 1992 p. 193).

A perda da memória significa a perda dos ensinamentos passados de geração para geração, estabelecendo incertezas e criando uma descontinuidade, que pode, apesar de tudo, ser recomposta, como afirma o autor no trecho mencionado acima. De fato, os moradores do rio Doce se esforçam para manterem viva a história construída e herdada e agora se esforçam para sobreviverem num espaço em transformação, usando a criatividade para mediar o que um crime ambiental poderá apagar:

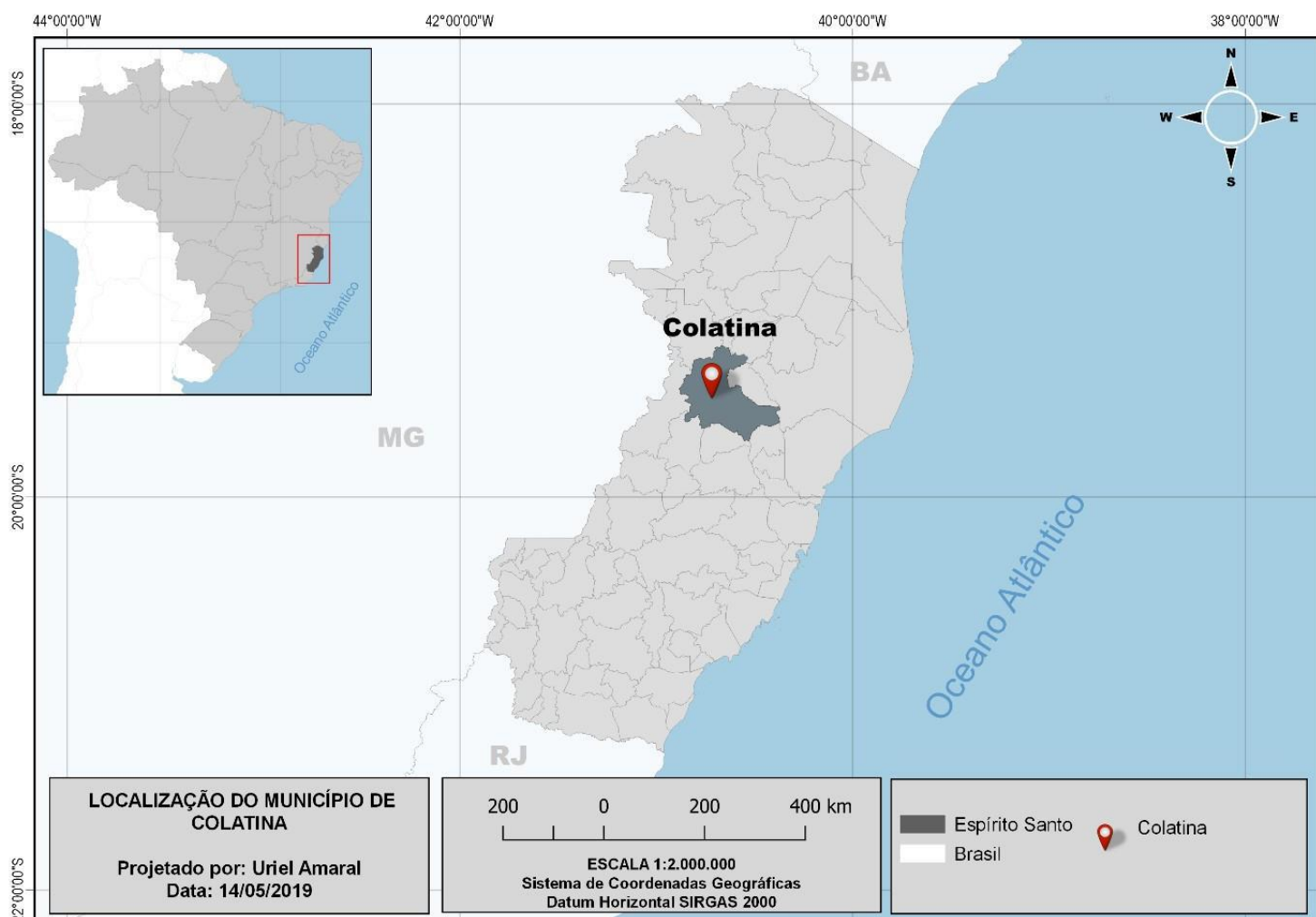
[...] o que importa é a capacidade dessa memória em criar laços entre os homens. Por isso é necessário que ela seja criativa e mediadora e que dela participem todos os membros da comunidade. Mas a memória é cada vez menos isso. A técnica [...] nos eximiu do papel de sermos

nós mesmos depositários vivos da memória e nos remetemos cada vez mais a essas memórias sempre disponíveis, ainda que mortas.” (CANDAU, 2016, p. 191).

Com efeito, para a comunidade de Itapina e seus pescadores, o que importa agora é manter a memória viva apesar do acontecido, através da ressignificação do espaço em transformação.

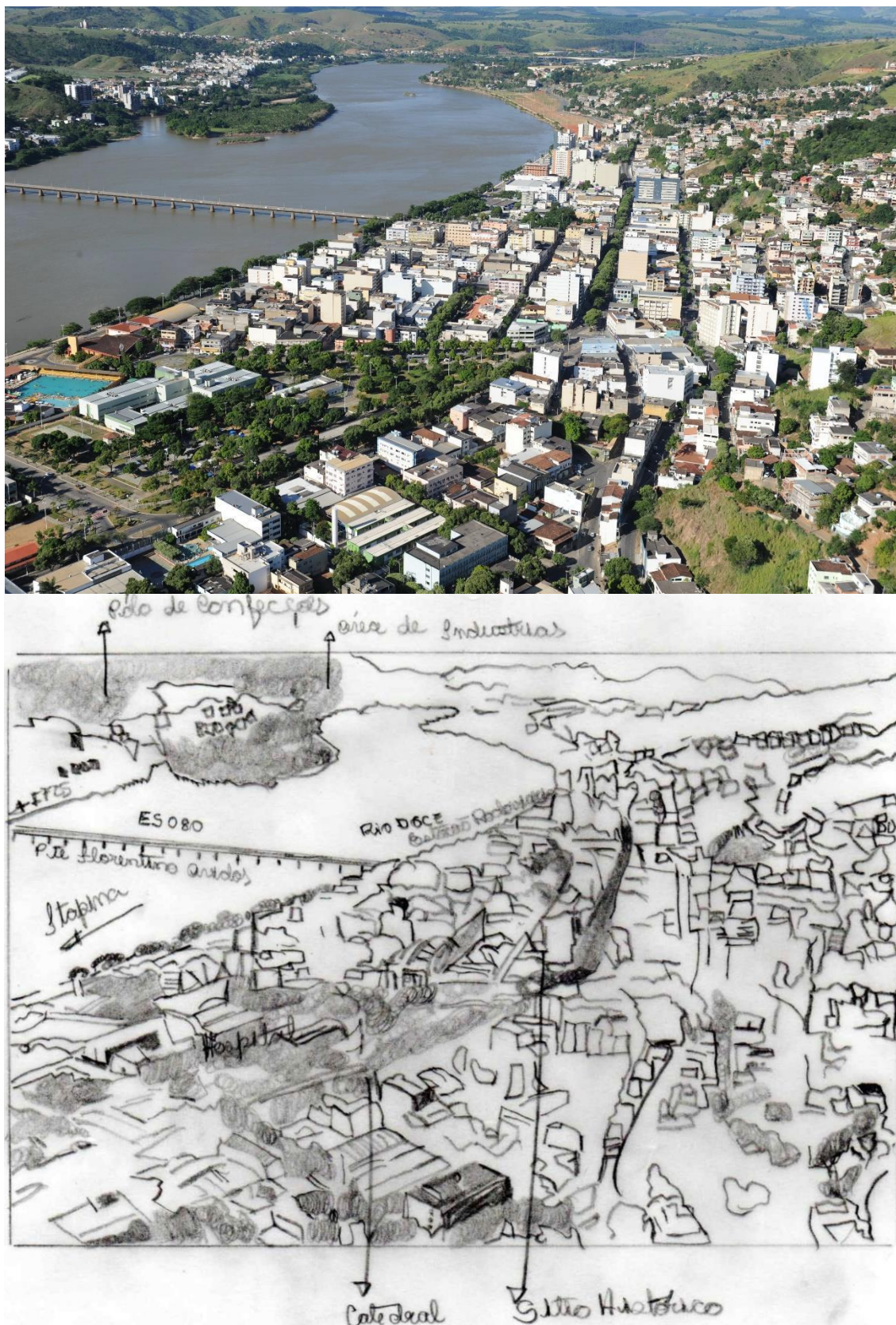
2.4 COLATINA

Mapa 04: Localização geográfica do município de Colatina.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 10: Fotografia aérea e esquema interpretativo área urbana de Colatina.



Fonte: <http://www.colatina.es.gov.br> e acervo pessoal da autora.

Colatina (mapa 04) está localizada na região noroeste do Espírito Santo, a 135 km da capital do Espírito Santo, Vitória, com população estimada de 122 mil habitantes, segundo dados do IBGE. O município desempenha um papel econômico polarizador nos municípios vizinhos, por causa de sua movimentação têxtil industrial crescente desde o declínio do café.

O município, segundo Scalzer (2015, p. 57), inclui-se entre as várias regiões brasileiras que receberam a imigração italiana, sendo a região do rio Doce que mais acolheu imigrantes europeus entre os séculos XIX e XX. Isso estava associado ao objetivo do governo do Espírito Santo, de ocupar e desenvolver o interior da província, foram os principais fatores que motivaram a ocupação desse espaço por meio da imigração. Sua formação econômica se deu através da venda de lotes a imigrantes italianos, possibilitando o incentivo do cultivo do café.

Assim, o município formou-se a partir da chegada dos imigrantes e teve seu desenvolvimento marcado pela heterogeneidade e pela miscigenação étnica: assim, italianos, alemães, poloneses, pomeranos, entre outros e seus descendentes misturaram-se aos migrantes nacionais (DADALTO, 2009). Todos eles vinham motivados pela produção de café, que nesta época, cumpria um papel fundamental na economia local.

Colatina ganhou destaque neste momento histórico: segundo Campos Júnior, (2004) aqueles tempos eram de extrema efervescência econômica. Em 1947, Colatina tornara-se o 13º município maior produtor de café do país, com uma produção de 300 mil sacas. Graças ao lucro com o café, o município “iniciava seu crescimento urbano, preenchendo toda a margem do rio Doce com construções de moradia e construções comerciais” (DADALTO, 2009, p. 81).

Colatina foi, assim, ganhando força e se dinamizou mais ainda após a chegada da EFVM, que facilitou o deslocamento de pessoas e mercadorias, até então bem prejudicado. Com esse crescimento, a cidade (figura 10) foi se estruturando de acordo com sua movimentação local, deixando para trás as características de um espaço colonial herdado de seus antepassados imigrantes. Dessa forma, Colatina, como outras cidades brasileiras, expressa uma história coletiva, configurada num passado que ainda se faz presente e em sua realidade espacial.

É neste sentido que a movimentação histórico-espacial de Colatina pode ser definida:

A cidade expressa uma história coletiva. Anunciada nas medidas do espaço presente e dos acontecimentos do passado, tal patrimônio comum reflete na geografia urbana, na arquitetura, nas ruas e nos traçados das praças. Mas também impregna as biografias individuais, as finalidades humanas a configuração de suas atividades produtivas, os relacionamentos pessoais e institucionais estabelecidos, bem como a visão geral da coletividade, deixando marcas e reforçando seu desenvolvimento. É, pois, na organização espacial da cidade, que se revela sua especificidade histórico-cultural, onde tipos de cidade dizem da acumulação de seus tempos históricos. Em tempos da moderna sociedade industrial, se acentua o desaparecimento das antigas significações, ao mesmo tempo que outras emergem. Nelas estão contidas escolhas, aspirações, estratégias e novos conflitos. De modo geral, estes processos acontecem tanto na ordem próxima, quanto na ordem distante das cidades e a dinâmica entre elas afirma a idéia de cidade moderna ligada a uma rede de cidades e a um sistema econômico com suas ordenações jurídicas. (DADALTO, 2009, p.88).

Como já foi mencionado, em Colatina o crescimento da área urbana e das áreas rurais se estruturaram de acordo com o crescimento econômico, social e espacial a partir da movimentação do café e da chegada da estrada de ferro. Porém, esta conquista econômica e social foi comprometida por volta da década de 1960, marcada pelo declínio do café. Colatina, então, experienciou sua fase de ambiência externa, com a entrada de imigrantes em seu território, o que, segundo Dadalto (2009), representou um período de transformação social e espacial, articulado à movimentação da economia industrial, que ressignificou o espaço.

Este fato novo provocou, segundo Dadalto, a abertura de novos limites comerciais concorrenciais e a relativização da centralidade do café, que historicamente caracterizava Colatina. O movimento de transformação desse espaço, apontava agora, para a indústria e para o investimento em políticas públicas:

Para fazer face a esta transformação, a esse novo uso urbano da cidade, a população ítalo-brasileira teria de encontrar um novo sentido na sua relação com Colatina construir outras possibilidades de realização sociopolítica e econômica. Nesta construção estaria impresso o significado para o usuário desse uso urbano, ou seja, as marcas da potência dos sonhos e da esperança dos descendentes de imigrantes italianos seriam delineadas nesta configuração. (DADALTO, 2009, p.102)

Com a decadência do cultivo de café, movimentou-se o fluxo migratório, mais precisamente as migrações internas¹⁰, que fortaleceram o processo de urbanização de Colatina. Segundo Dadalto (2009), a erradicação do café marcava uma nova fase na história do município: a cidade, que em sua área urbana erguia várias casas comerciais, recebeu vários trabalhadores rurais vindos das lavouras de café, inclusive muitas famílias de Itapina, todos em busca de novas oportunidades de um recomeço.

Como foi dito, esta nova experiência, causada pelo declínio do café, ressignificou o espaço da cidade, estimulando a evolução do polo da indústria e comércio colatinense, o que possibilitou um salto econômico, que está em andamento até a presente data.

A partir daí, Colatina passou a representar o município mais extenso e populoso do Espírito Santo, com 156.495 habitantes em 1957. Nessa época, mais de 30 linhas de ônibus já ligavam a sede municipal aos distritos mais distantes, a outros municípios e à capital do estado. O município foi classificado como o de maior progresso no Brasil, num concurso promovido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal e a revista "O Cruzeiro" e publicado pelo Findes (COLATINA, acesso em 03 abr. 2019).

Segundo dados do Findes, o parque industrial colatinense apresentava, no final da década de 1980, cerca de 337 empresas, com um total de sete mil empregados. As micro e pequenas empresas chegam a 6% do total das indústrias. As empresas de confecção totalizam o percentual de 36,8%, artefatos de madeira representam 21,6% da indústria e construção civil representa 10% da produção industrial. O ramo de confecções abocanha uma significativa parcela do mercado econômico. Segundo o Findes, o ramo têxtil representa quase 200 empresas, empregando aproximadamente 5 mil pessoas. O consumo de matéria-prima, que despende 700 mil metros de tecido, organiza uma produção de 700 mil peças mensais (8,5 milhões ao ano), gerando um faturamento médio de 100 milhões de dólares.

¹⁰ De acordo com Singer (1985), as migrações internas desempenham papel de grande relevância nestas transformações das estruturas econômicas e sociais.

Esses acontecimentos que marcaram a história de Colatina encontram-se resumidos na fala do senhor Fontes¹¹, morador da cidade:

Os que trabalhavam com café em seu momento de declínio ergueram-se na esperança de reconquistar um novo espaço (o urbano); a estrada de ferro, em movimento constante, deixava e trazia saudade e dinheiro; sem falar do rio – o rio Doce, onde tudo começou, trazia o movimento para a cidade, que iniciava novas conquistas.

Esses movimentos mostram uma cidade em constante transformação, com novas formas de estruturas sociais, econômicas e espaciais. O morador relembra as casas sendo erguidas ao longo do rio, o trem que anunciava a chegada dos migrantes e agora, com tristeza, vivencia o drama do rio Doce poluído:

Lembro-me bem, eu ainda era pequeno, quando olhava beira rio no sentido da margem sul, quase não tinha casa. Mas você sabe né, o café mandou um monte de gente embora lá de dentro e vieram bastante para o comercio, nessa época que começou a ser construídas as casas à beira rio, um movimento de gente que trazia vida a Colatina. Mas não foi só o café não, o trem ajudou a trazer gente, e esse povo todo vinha pra trabalhar, aqui tava começando as produções nas indústrias, tudo isso contava com a água do rio Doce, era nesta água que tudo funcionava, de beber até para trabalho. Bons tempos, menina, a gente tinha pouco dinheiro, mas não faltava nada e ainda tinha o rio Doce. Nossa mãe, nem posso esquecer de falar do rio, que, pra mim e para todos que aqui cresceram, fazíamos tudo, bebia a água, minha mãe lavava roupa, todo mundo aqui pescava, ninguém passava fome, se não tivesse o que comer, descia pro rio e resolvia o problema, foi assim que me criei. Agora está difícil, tô comprando água e peixe de fora, as pessoas aqui estão sofrendo, sem saber o que está acontecendo com a água e ninguém fala.

Em todo esse percurso histórico a partir de registros oficiais, vê-se que Colatina formou-se em meio a transformações econômicas, que foram configurando, organizando e ordenando a cidade. No entanto, essa trajetória de conquistas, desafios e dificuldades se interrompeu diante da poluição do rio, pois o rio Doce é um importante ator nos movimentos sociais e econômicos de Colatina.

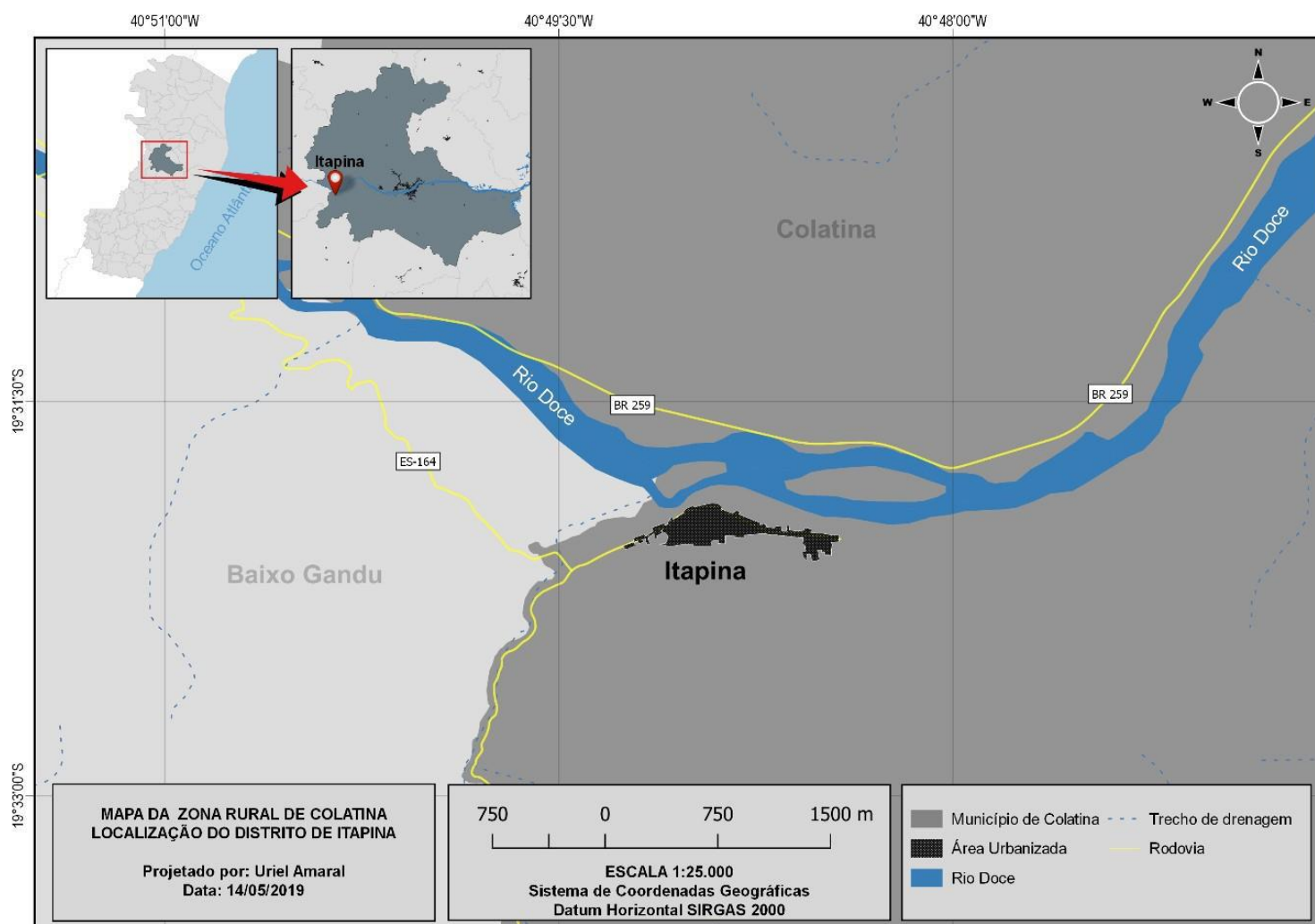
De fato, ambos estão fortemente vinculados, pois a população do município depende das águas do rio, que, no momento, estão poluídas, por conta do rompimento da barragem de rejeitos de mineração da Samarco, e sem previsão de melhorias ou recuperação. Desde então, a cidade está sem respostas diante da contaminação do rio e, segundo moradores e empresários da região, desde o ano de 2015 não se sabe ao certo quanto se terá de prejuízo material, social e ambiental em Colatina. Sabe-se apenas que, por conta dessa poluição, não só a

¹¹ Entrevista concedida à autora do trabalho. As abreviações, erros ortográficos, coloquialismos etc. foram mantidos na fala do entrevistado. O nome é fictício.

população ribeirinha, mas também o comércio local e as indústrias, estão prejudicados.

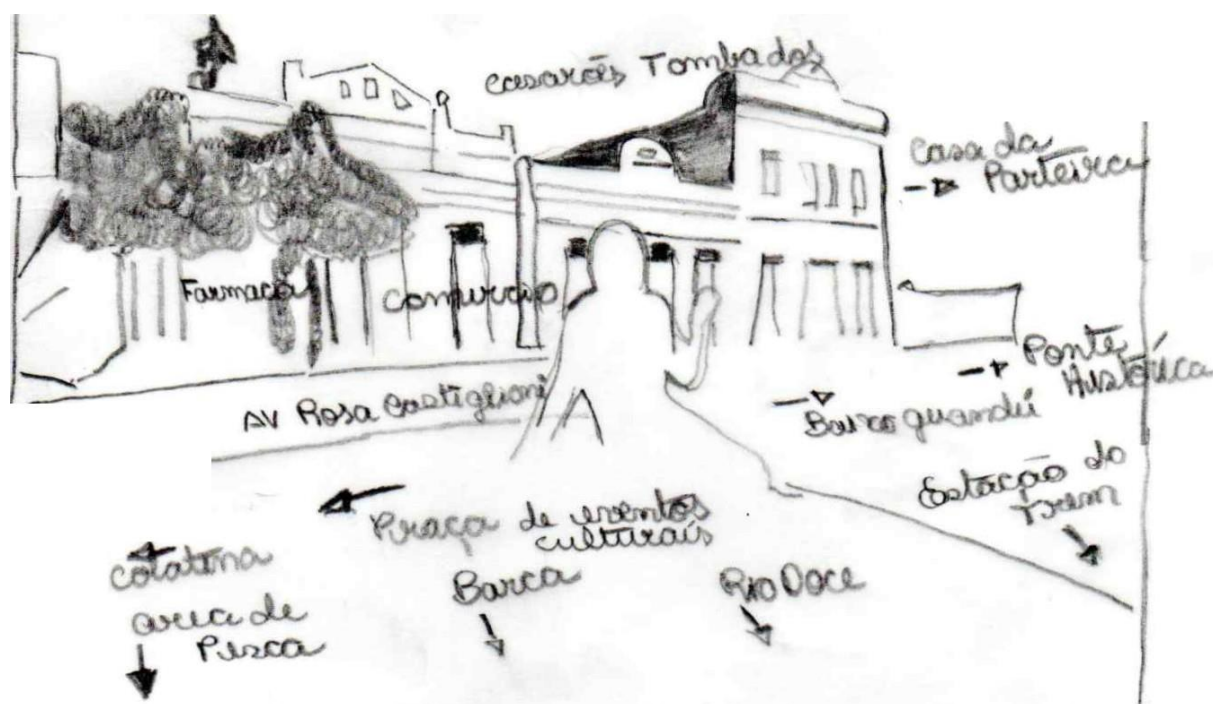
2.5 ITAPINA

Mapa 05: Localização do distrito de Itapina.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 11: Fotografia e esquema interpretativo da rua principal de Itapina.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Itapina (mapa 05) é uma pequena comunidade que se destacou como referência econômica e cultural no contexto de Colatina e do Espírito Santo. Fundada no século XIX, esteve incluída entre as regiões formadas a partir da imigração europeia¹² que, durante sua constituição, recebeu imigrantes de origem estrangeira (alemã, italiana, libanesa) e também migrantes, oriundos principalmente do estado de Minas Gerais. A atividade econômica em destaque era a produção e a comercialização do café, transportada pela linha férrea que ligava Vitória a Minas Gerais e pelo vapor Juparanã, no rio Doce.

Itapina foi um dos polos comerciais de café mais importantes do estado do Espírito Santo na primeira metade do século XX; entretanto, o lugar perdeu seu vigor econômico nos anos de 1960 e 1970, com a erradicação dos cafezais. A partir disso, a grande maioria dos moradores migrou para a cidade de Colatina ou para outras regiões do estado ou do país, permanecendo no local cerca de 2.000 pessoas, sendo 900 no perímetro urbano, de acordo com Piccoli et al. (2016). Até a data da poluição do rio, os moradores desenvolviam atividades produtivas baseadas, sobretudo, na agricultura e na pecuária, na extração de areia do rio e na pesca.

A importância social, cultural e ambiental de Itapina fez com que o município de Colatina reconhecesse o seu espaço como Sítio Histórico, o que lhe assegura proteção, preservação e recuperação do seu patrimônio histórico, cultural e paisagístico, através do Plano Diretor Municipal de Colatina (Lei 5.273, de 12 de março de 2007):

Art. 7º - VI garantia de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e do patrimônio histórico, cultural e paisagístico. [...]

Art. 9º - VII uso compatível com as condições de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, da paisagem e do patrimônio local. [...]

Art. 16 - São objetivos do Plano Diretor Municipal: VI - preservar, conservar e recuperar as áreas e edificações de valor histórico, paisagístico e cultural.

Art. 17 - Para a consecução dos objetivos referidos no artigo 16, serão observadas as seguintes diretrizes: VII - reserva de áreas necessárias à

¹² Segundo Aurélia Castiglioni (1998, p. 101), entre os anos de 1824 e 1924, 52 milhões de pessoas deixaram a Europa na esperança de encontrar oportunidade de trabalho e dinheiro. 11 milhões delas vieram para o Brasil, Argentina ou Uruguai e, dos que desembarcaram aqui, 63% escolheram o Espírito Santo como local para morar, ocupando principalmente a região serrana do estado.

preservação do patrimônio cultural, histórico, ambiental, paisagístico e a proteção de ecossistemas de importância ecológica. [...]

Art. 30 - São diretrizes da política cultural: I- garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura; II- apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais; III- elaborar uma política de preservação, conservação, recuperação e valorização do patrimônio histórico cultural material e imaterial; IV- criar e incentivar a discussão cultural envolvendo as comunidades, considerando seus usos e costumes; V- compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação do patrimônio histórico e cultural; VI- adotar medidas de fiscalização para a proteção do patrimônio histórico, cultural e paisagístico. VII- proteger os bens que integram ou venham a integrar o Patrimônio Cultural mediante a utilização dos instrumentos de intervenção tais como: direito de preempção, transferência do direito de construir, desapropriação e tombamento. VIII- criar a Coordenadoria de Patrimônio Histórico Cultural e Paisagístico do Município de Colatina vinculada à Secretaria Municipal de Cultura. IX- aperfeiçoar os instrumentos de proteção dos bens de interesse cultural, definindo os níveis de preservação e os parâmetros de abrangência da proteção, realizados em articulação com os demais órgãos e entidades de preservação; X- criar oportunidades para a produção cultural, envolvendo a população e dando o apoio necessário para a continuidade dos processos; XI- realizar o mapeamento cultural que identifique as áreas de interesse de preservação e tombamento como patrimônio histórico; XII- promover programas de educação nas comunidades relacionados à preservação do Patrimônio Histórico e Cultural; XIII- promover a instrumentalização e capacitação técnica dos agentes públicos responsáveis pela gestão do patrimônio histórico cultural; XIV- promover e manter atualizado inventário de todos os bens imóveis considerados de interesse cultural, já protegidos ou não, de acordo com a legislação estadual e federal de cultura e patrimônio histórico cultural; XV- inventariar e registrar as manifestações culturais, tradições, hábitos, práticas e referências culturais de qualquer natureza existentes no Município que se refiram a identidade de sua população e dos espaços que habitam e usufruem; XVI- incentivar a revitalização de prédios, conjuntos e sítios históricos, que estejam subutilizados ou degradados; XVII- promover a captação e geração de recursos para manutenção e valorização do patrimônio, com participação da iniciativa privada; XVIII- elaborar projetos de preservação e revitalização para sítios históricos com potencial turístico, paisagístico, patrimonial e cultural no município, para que estas áreas cumpram sua função cultural. (COLATINA, acesso em 04 abr. 2019)

Mesmo com o declínio econômico a partir de 1960, o distrito de Itapina preservou uma faixa verde ao longo de sua sede (espaço urbano) que, juntamente com os demais aspectos geográficos, garante à comunidade qualidade paisagística peculiar, dada pela integração harmoniosa entre o meio ambiente construído e o natural (ESPÍRITO SANTO, 2013), o que explica a importância da preservação ambiental da comunidade.

Em consonância com a Lei 5.273, de 12 de março de 2007, que garante a conservação do Sítio Histórico de Itapina pelo poder público municipal, houve a regulamentação da Resolução CEC nº 003/2013, que estabelece Itapina (seu Sítio Histórico Urbano e as áreas entorno), como uma APAC, isto é, uma área em que

houve a preservação da história, da arquitetura, da cultura e do meio-ambiente (ESPÍRITO SANTO, 2013). Assim, a partir do ano de 2013, Itapina foi tombada como patrimônio estadual, o que contribuiu para aumentar ainda mais o fluxo de turistas na região, interessados em conhecer os casarões históricos (alguns deles transformados em museus) ou atraídos por eventos como o Festival Nacional de Viola, que ocorre anualmente no distrito desde 2007:

O cenário bucólico de Itapina muda uma vez por ano, durante as comemorações do Festival Nacional de Viola, o popularmente conhecido como “Fenaviola”, onde músicos e violeiros da região se tornam atração centenas de turistas que ocupam as ruas da cidade e se hospedam nos casarões que guardam em sua arquitetura a história do vilarejo.

O Museu Virgínia Tamanini foi inaugurado recentemente, em homenagem a uma das moradoras mais ilustres da vila Dona Virgínia, como era conhecida na região foi uma escritora capixaba, autora do romance “Karina” (1964) que narra a trajetória de imigrantes italianos na região, e era a principal responsável pelas atividades artísticas e culturais durante o período áureo do café em Itapina (SILVA, acesso em 04 abr. 2019).

Na pequena comunidade, a rua principal (figura 11) é a mais importante via de acesso econômico, social e cultural mantida entre os antigos casarões tombados, a estação do trem, a ponte histórica inacabada e principalmente o rio Doce, com a barca de travessia, o lazer e a pesca. Havia uma prática cultural da pesca, com objetivos e usos diversos, atividades de lazer e as famosas e atraentes travessias de barca no rio Doce. No entanto, por consequência do crime ambiental, todas essas atividades ligadas às águas do rio estão interrompidas (PICCOLI et al., 2016).

O tombamento foi um passo para manter o local ativo, possibilitando a movimentação da economia por meio do turismo; porém, o momento vivenciado pela comunidade exige o que Doreen Massey aponta como “redefinição do espaço”, pois o espaço está em constante transformação e, agora, encontra-se interrompido em seu desenvolvimento:

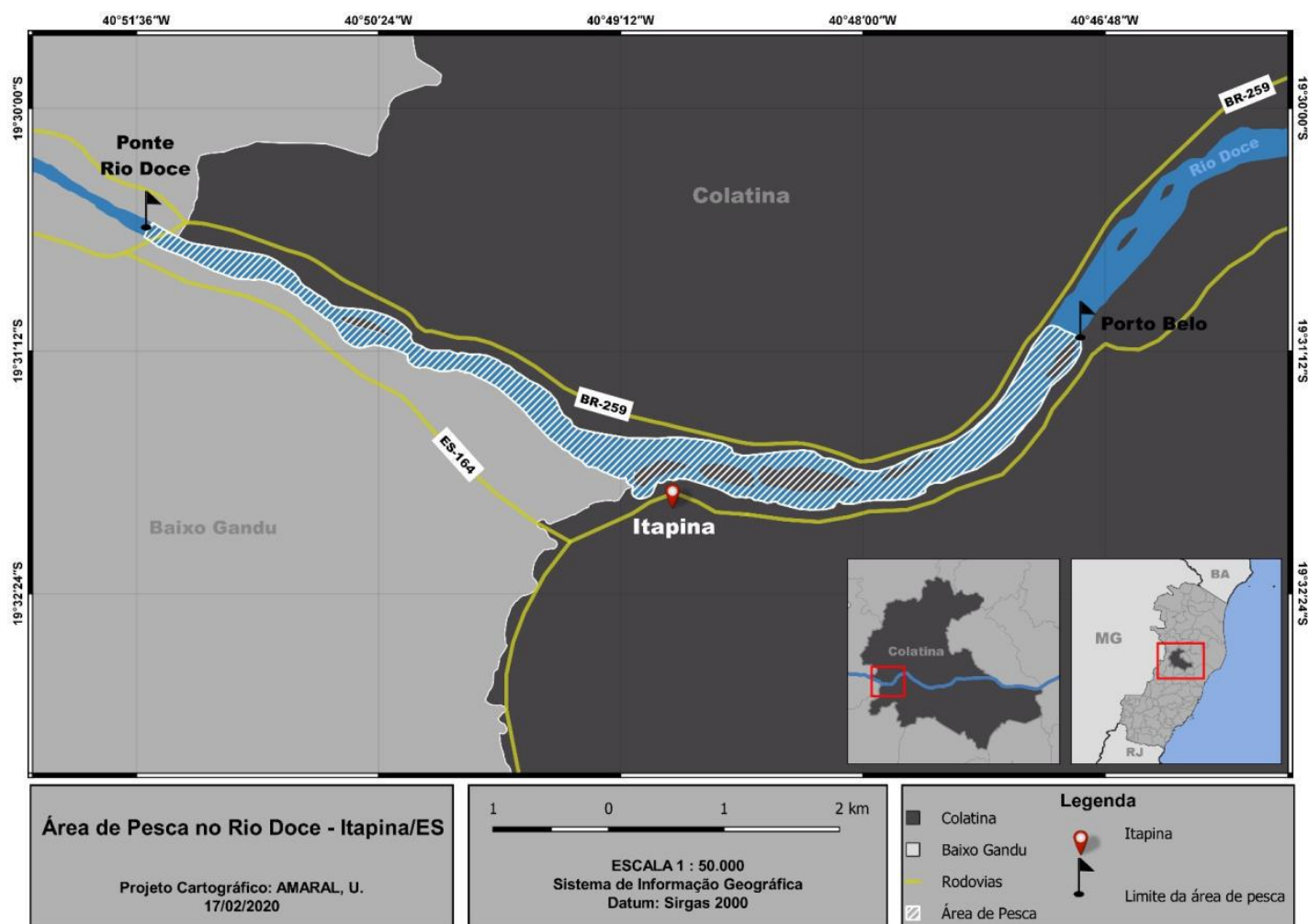
Se o tempo deve ser aberto então o espaço tem de ser aberto também. Conceituar o espaço como aberto múltiplo e relacional, não acabado e sempre em devir, em pré-requisito para que a história seja aberta (MASSEY, 2012, p.94-95).

Itapina, como outros espaços, está em constante busca para se conservar vivo, mantendo a memória passada entre gerações, ao mesmo tempo em que segue em

constante transformação. Esteve no roteiro da imigração e possibilitou aos que ocuparam seu espaço momentos áureos, os quais configuraram o lugar e o mantiveram como referência histórica para o Espírito Santo. No entanto, seguiu vivenciando momentos de esvaziamento econômico e social, porém seu significado, lugar de histórias herdadas, permitiu erguer-se como patrimônio histórico, o que contribuiu para reconfigurar sua estrutura econômica. A partir do ano de 2015, tornou-se um desafio para a vila permanecer no circuito turístico e manter as atividades relacionadas ao rio Doce, pois mesmo com todo potencial turístico, social, cultural e ambiental, Itapina está impedida de desenvolver suas atividades econômicas, pois elas estão principalmente relacionadas ao rio.

3. LUGAR DE MEMÓRIA: TRAJETÓRIA DOS PESCADORES DE ITAPINA

Mapa 06: Mapa da área de pesca de Itapina.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

O mapa 06 indica a localização da área de pesca de Itapina e foi elaborado com base nas informações coletadas no trabalho de campo e nas narrativas dos pescadores. Esses relatos definiram por meio de um mapa mental¹³ a área de pesca no rio, que se inicia na ponte do rio Doce, entre a divisa dos municípios de Baixo Gandu e Colatina, localizado a Oeste de Itapina, e termina na região de Porto Belo, a Leste.

A partir do mapa mental foi possível a elaboração do mapa 6 em escala adequada, em que o produto cartográfico final busca delimitar a zona de pesca nesse trecho do rio Doce. Foi utilizado o QGIS, um software livre com código-fonte aberto, multiplataforma de SIG, que permite a visualização, edição e análise de dados georreferenciados. No ambiente do QGIS, associado ao plugin denominado QuickMapServices, são adicionadas bases cartográficas conhecidas (a partir do OpenStreetMap e Google Maps), o que permite a identificação dos locais citados pelos entrevistados, que estão representados no mapa.

¹³ O mapa mental é uma espécie de esquema interpretativo do espaço vivenciado pelos pescadores, o que Rolnik (2011) denomina “mapa afetivo”.

Figura 12: Pescador de Itapina percorre o rio com sua canoa.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

[...] a memória é vivida coletivamente, mais ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória (NORA, 1993, p.18).

Quem trabalha com histórias de vida e depoimentos orais tem a impressão de que a experiência vivida que se desenrola no tempo dispõe de caráter infinito (BOSI, 2004). Porém a sensação de infinito é logo compreendida através da própria pesquisa, onde o desejo é estampar todo o contexto vivido pelo narrador, que, através de suas lembranças, transborda de conteúdo sua própria história (BOSI, 2004).

Foi o que ocorreu quando se iniciou a pesquisa de campo sobre o rio Doce e o rompimento da barragem de rejeitos de mineração, em 2015, a sensação era de lidar com um material infinito diante do contexto vivenciado, pois as localidades afetadas carregavam histórias transbordantes de conteúdo que pareciam não caber em nenhum relatório.

Devido às transformações socioambientais em curso, os pescadores de Itapina (figura 12) buscam novas formas de transmissão da memória, que envolvem eventos, rituais familiares, personagens, imagens e “lugares de memória” selecionados, transmitidos de geração a geração. Pensando em estampar, pelo menos parcialmente, o contexto vivido, foram utilizados recursos que deram vozes a esses sujeitos, para que eles pudessem expressar ao máximo suas trajetórias.

Neste capítulo, estas trajetórias estão descritas por meio de narrativas, fotos e pelo mapa mental dos pescadores, formado a partir dos conteúdos vivenciais que envolvem o rio Doce, com recortes temporais que destacam a imigração, a organização do rio, a chegada do trem, o tombamento do local como patrimônio ambiental e histórico do Espírito Santo e a chegada dos rejeitos.

Neste capítulo, foram selecionados os depoimentos de treze pessoas para dar um panorama da formação do espaço da pesca em Itapina: oito pescadores (Ozir, João, Zé, Marco, Zirin, Pedro, Joana e Firmino), cinco moradores de Itapina (Ferrugem, Dona Antônia, Durval, Joaquim e a neta do senhor Polaco) e duas ex-moradoras (Sebastiana, Dina). Como complemento a esses relatos, foi acrescentado o depoimento da Sra. Geni, moradora de Regência Augusta, em Linhares. Algumas falas foram preservadas e alguns trechos foram interrompidos e censurados, para

evitar a identificação dos entrevistados. Conforme já mencionado, todos os nomes são fictícios, embora as histórias sejam reais, e as narrativas foram colocadas em itálico e com fonte maior (Arial 14), para destacar do restante do texto. Foram mantidos os erros de ortografia, as gírias, coloquialismos, abreviações e reações dos entrevistados em suas falas.

3.1. IMIGRANTES ITALIANOS: PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESPAÇO DA PESCA DE ITAPINA

*As memórias inventadas se tornam missões para representações,
inventar ou representar o inventado, do que foi vivido...
Vivido no tempo vivo e recuperado no agora.
E quem viveu é real?
E o real realmente foi recuperado?
Inventado ou não foi vivido e deve ser recuperado.*

Figura 13: Dona Sebastiana, moradora de Itapina.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Meu avô¹⁴ contava muitas histórias, era pra passar o tempo, ele dizia que contar as histórias servia pra a gente não esquecer o passado e tinha que contar pros netos, pra eles saberem de onde vieram [...].

Nós viemos para o Brasil trabalhar para juntar dinheiro e comprar nossa própria terra. Minha família veio da Itália e fomos parar em Itapina, no lugar que não tinha nada, só o rio perigoso, muito mato e nossa gente. A gente trabalhava muito, aprendemos a pescar, andar na canoa, tivemos que enfrentar muita dificuldade para sobreviver nesse local sem nada, isolado. Esta história meu avô contava toda tarde pra gente, depois minha mãe contava pros meninos lá de casa e agora eu ainda conto pros meus bisnetos.

A narrativa de Dona Sebastiana (figura 13) representa muitas memórias que estiveram guardadas e preservadas entre gerações, contadas como histórias de família, cuja relevância é de manutenção dos registros sobre trajetórias de comunidades e/ou grupos.

Segundo Nora (1983) o lugar de memória reúne o conjunto do conteúdo de memórias individuais e coletivas construído entre o passado e o presente. A trajetória dos pescadores estabelecida entre as gerações fez o lugar de memória, compondo a história de Itapina, e o ponto de partida para contar essa história é a chegada dos imigrantes para trabalhar na região norte do Espírito Santo, na região onde hoje é o atual distrito, vindos a partir da navegação no rio Doce. A respeito disso, conta novamente Sebastiana:

[...] igual já te falei, as histórias são do meu avô (risos), ele contava que vieram da Itália muitas famílias juntas e desembarcavam em Vitória, ficavam numa espécie de pensão (casa de passagem), uns quatro ou cinco dias, esperando o outro navio menor, que eles chamavam de vapor. Só dava pra ir de vapor lá pro norte, iam pra trabalhar em Baixo Guandu, numa fazenda grande de café. Pegaram o vapor e foram, meu avô não deixava de falar que foi muito ruim, ele sempre lembrava que passou muito mal, viajaram de vapor por doze dias saindo de Vitória até

¹⁴ Nota de esclarecimento: A fonte e tamanho de letra utilizados para destacar as narrativas estão de forma que melhor possibilite a visualização do leitor.

chegar no porto de Mascarenhas. Foi assim que chegaram os primeiros moradores vindo de fora da região e assim eles começaram a construir as coisas em Itapina, Baixo Guandu e por ali perto, que só tinha mesmo mato e o rio. Tinha gente que já vivia ali, os índios, mas meu avô conta que não teve contato com eles, pois quando o povo italiano começou a chegar, eles se esconderam mais pra dentro da mata onde ainda não dava pra chegar.

Juntando a narrativa da ex-moradora aos registros históricos já apresentados no capítulo anterior, é possível reconhecer em sua fala o caminho feito pelos imigrantes italianos em direção à região do rio Doce após o ano de 1890, com a abertura da navegação entre os trechos de Linhares e Mascarenhas. Mesmo com tantas dificuldades, as famílias conseguiram chegar na atual Itapina, para trabalhar nas fazendas de café, e organizaram suas vidas conforme as condições locais, incluindo aí o rio Doce e sua disponibilidade de recursos naturais. Assim foi iniciada a ocupação das margens do rio Doce pelos primeiros imigrantes, formando o grupo que atualmente inclui os pescadores e os descendentes desses primeiros ocupantes. Dona Sebastiana descreve a vinda de seus familiares como o começo da trajetória de Itapina:

Primeiro veio os imigrantes italianos, chegaram e foram arrumando aqui e ali um jeito de aguentar a dificuldade de viver longe de tudo, o jeito era aproveitar o que tinha aqui, o rio, as canoas pra levar produção, o café... é claro, dele é que comprava as terrinhas da nossa gente, que dava pra plantar e ter criação. Mas as famílias que ficaram bem perto do rio, deu de pescar mais que outras coisas e pelo menos ninguém morreu de fome. As famílias dos italianos é que começou organizar Itapina, que nem era ainda Itapina (risos) [...]. Depois foi chegando mais raça, turcos, libaneses, os alemães e gente daqui mesmo, por exemplo, os mineiros, e Itapina cresceu e deu nisso aí que você tá contando a história, pescador sem querer ser pescador (risos) e gente pra comprar peixe.

A narrativa do senhor Ferrugem, neto de imigrantes italianos, confirma esta

trajetória. Ele vivenciou parte do período de construção da vila de Itapina, comunidade que abriga lembranças históricas dos imigrantes e do comércio do café às margens do rio Doce. O morador descreve seu lugar de nascimento como um local de conquistas econômicas, num momento em que seus familiares tentavam melhorar de vida, após a emigração da Itália:

Conta meu pai que quando meu avô veio da Itália, não tinha nada... e após chegar aqui pra trabalhar no café, foi a partir daí que a vida da família de meu avô melhorou. Vieram em muitos, meu avô chegou aqui jovem, com seus irmãos e as economias feitas compravam um pedacinho aqui e outro ali de terra, tudo em Itapina, e assim foi criando os filhos, entre eles meu pai. Meu pai também trabalhava com meu avô e com o tempo fez sua terrinha e casou. [...] A terra era um pouco mais pro interior, uns vinte minutos de distância aqui da rua [...] mas eu fui crescendo e só ficava por aqui perto do rio Doce e do comércio, tanto que eu vim morar aqui pertinho do rio... é que [eu] gostava do movimento da rua... o rio Doce trazia e levava gente de tudo que lugar, Minas Gerais, Linhares e, nesta época, já tinha a estrada de ferro na beira do rio Doce. Tudo isso era por causa da venda do café, nesta época Itapina era movimentada no comércio e na venda de café, junto também tinha o comércio dos fazendeiros daqui e dos lugares próximos, Baixo Guandu, Mascarenhas e Itaguaçu. Os fazendeiros traziam aqui pra estação ferroviária café, madeira, gado pra embarcar e vender [...]. E isto fazia o comercio ficar forte, as vendas (lojas e mercados) todos ficavam na rua, tudo era vendido aqui, desde remédio a tecidos vinha de fora, muita coisa de qualidade, vinha gente de longe comprar no nosso comércio, sem falar do rio né... na beira ficava cheio de gente pescando, eu vim pra perto do rio pois adorava tomar banho, pescar, nossa... não consigo nem imaginar viver sem este rio e todo mundo que nasceu aqui ama este rio, pesca, toma banho. [...]

Assim eu vi crescer Itapina, com muita gente circulando, vendendo e comprando [...].

Novamente, a narrativa dos moradores vai ao encontro dos registros históricos oficiais. Conforme a base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo (FRANCESCHETTO; LAZZARO, 2014), entre os séculos XIX e XX, muitos imigrantes, incluindo italianos, vieram diretamente para o rio Doce, no período de 1893 a 1895, e encaminhados para Baixo Guandu, onde trabalhavam como assalariados das fazendas de café da região (entre elas, a fazenda Serra), e depois compravam lotes de terras nas imediações.

Entre as terras que foram compradas, incluem-se as da região de Itapina, principalmente o espaço que corresponde à margem sul do rio Doce. Além das famílias de Dona Sebastiana e do senhor Ferrugem, estabeleceu-se também na região a família de Dona Dina. Conta a ex-moradora que, na mesma época, aproximadamente dezesseis famílias italianas deslocaram-se para a região do rio Doce. Em sua narrativa é possível perceber parte do processo de formação de Itapina por meio da imigração:

Minha família chegou aqui junto com as famílias Castiglioni, Pavan, Fregoni, Roioni e mais outras doze. Meu avô e minha avó vieram jovens, pra trabalhar com café. Quando chegaram, tanto a família de minha avó quanto a do meu avô tinham uma terrinha que ocuparam. Trabalharam pros Bindas com café e, com as economias, aumentaram as terras tudo próximo ao rio. Plantavam de tudo: cana, mandioca, café, verdura, tinham criação e pescavam muito no rio Doce. As famílias que vieram junto, também trabalhavam com as fazendas de café e foram aumentando suas faixas de terra, tudo em Itapina, tanto que mais pra frente, quando meu sogro e meu pai já mexiam com café, Itapina estava cheia de negócios, tinha a rua com o comércio, cinema, grupo¹⁵, não me lembro bem o ano, mas depois do ano de 1920 foi que isto aconteceu. Tem um fato muito importante, menino, o rio Doce: dizia meu avô e meu pai que Itapina só passou a existir por conta do

¹⁵ Na linguagem dos moradores de Itapina, “grupo” é uma escola regular.

rio, nele se fazia de tudo. Até água pra beber, tratava de criação, lavava a roupa, eu mesmo com tanque gostava de descer e lavar lá na beira. Mas não era só isso, descia e subia mercadoria, mercadoria mesmo, até gado. Tudo tinha que passar pelo rio, pois a estrada que ia pra Baixo Guandu e Mascarenhas era do outro lado, na margem sul, onde passa a BR. Cresci neste rio, valeu muita gente, ninguém passava fome, pois peixe não faltava. Mesmo nós que não éramos pescadores de viver de pescaria fomos ensinados a pescar desde pequenos, quase todo dia a gente pescava. E foi mais ou menos assim que Itapina começou, quando nossas famílias chegaram.

Dona Dina e o senhor Ferrugem, em suas narrativas, expõem a relação dos moradores de Itapina com o rio Doce, pois afirmam que a pesca está presente desde a chegada dos primeiros imigrantes e é uma atividade passada de geração a geração. É possível constatar que, nesta localidade, tudo começou às margens do rio Doce, incluindo a chegada dos moradores. Nesse mesmo sentido, a pesca tradicional passou a dar significado ao espaço de Itapina como lugar de memória.

O processo de formação do espaço da pesca a partir da chegada dos imigrantes se desenvolveu através dos instrumentos feitos pelos próprios pescadores, de acordo com o que havia de recursos naturais disponíveis na localidade. Isso é confirmado na narrativa do senhor João, pescador nascido e criado em Itapina:

Meu pai pescou a vida toda no rio Doce, conta ele que seu avô chegou aqui com os outros italianos e vieram por Linhares. Subiram da foz até chegarem no porto perto de Itapina, mas Itapina ainda não era Itapina. Naquela época (1886) as famílias, e inclusive do meu avô, veio pra trabalhar no café e não imaginavam a imensidão de água doce com tanto peixe [que] iriam encontrar... assim a pesca melhorou a vida de muitos e do meu avô. Meu avô foi conhecendo o rio, os peixes que tinham e como seria a melhor forma de pescar, fez canoa, rede, pegava peixe até no balaio que ele mesmo vazia, depois foi ensinando pra gente. Eu aprendi a pescar com meu vô, meu pai também pescava e, no caso dele, criou nós mais

com pesca do que com lavoura e, como já te falei, criei meus quatro filhos só com a pesca. Mas não era só a gente não, mais outras famílias trabalhavam na lavoura e pescavam, alguns ficaram só com a lavoura e pescando pra comer, outros com lavoura e pescando e teve gente da minha idade que também só pescava pra sustentar a família, tudo com o jeito de pescar que aprendeu, fazendo rede, contando a lua... quem não tinha canoa a gente ajudava a fazer e era e ainda é tudo do mesmo formato [...]

Os novos moradores dessa região utilizaram os recursos naturais abundantes na época para estabelecerem suas técnicas e instrumentos, como as canoas e os remos. O senhor Ozir, pescador aposentado e morador de Itapina, comenta a respeito disso:

Meu avô, logo que chegou na nossa região, deu um jeito de derrubar um jacarandá, que é uma árvore de madeira forte e boa pra canoa, no próprio tronco fez a canoa, deu pra fazer os remos. [...] Na beira do rio tinha e ainda tem bastante bambu e fez as varas, tudo feito à mão... a pescaria dele só tinha coisas que ele mesmo fabricou e nem sei como ele aprendeu, mas sei que ensinou pro meu pai e meu pai deu uma melhorada e passou pra mim. Até rede nós fazia na mão, minha vó e depois minha mãe eram boas de costurar as redes pra nós pescar.

De acordo com as narrativas, é possível perceber que, a partir da chegada dos primeiros imigrantes italianos, se deu o processo de formação do espaço da pesca, utilizando as práticas assimiladas conforme os conhecimentos que os novos moradores iam adquirindo e segundo suas necessidades de sobrevivência.

Você me perguntou como era naquele tempo que não tinha o acordo ainda feito, então vou te contar mais ou menos, tinha umas quatro famílias do lado que fica a ponta da ilha para o Porto Belo. Eles tudo ficava no Norte, só meu avô que ficava no Sul, na ponta da ilha. A ponta da ilha é a referência, mas o nosso ponto é na

margem Norte, em frente ao curral da fazenda, na época não era curral. Então vou falar desses aí, nós pescava com vara e rede, tudo na areia, aqui dava camarão e a gente pegava com uns pulsar que meu avô inventou, era feito de folha de bananeira e bambu, ele ensinou pra todo mundo fazer. Depois que meu avô colocava a rede, ele até ajudava o pessoal do lado, eles também pescava com rede e usavam muito a canoa. Já o pessoal da ilha, estes a gente não combinava muito, nunca teve confusão não, mas eles ficavam pra lá e pescavam com rede de espera, vara e, quando o rio não tava cheio, eles ficavam pra lá e pra cá de canoa.

As narrativas mostram que a memória sobre o processo de chegada dos imigrantes italianos foi mantida entre as gerações e é relembrada por meio de histórias, contadas entre os avós, os pais e os filhos, fato que contribuiu para a análise do processo de formação do espaço da pesca.

3.2 OS IMIGRANTES E A FAMÍLIA ALEMÃ: DIVISÃO DO RIO

Figura 14: Vista área e esquema interpretativo do espaço da pesca de Itapina.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Abre-se uma nova etapa para a construção do espaço da pesca, em que se incluem as relações sociais e econômicas estabelecidas entre dois momentos, a saber, a vinda de mais imigrantes (incluindo a família alemã) e o aumento do número de famílias pescando, fatores que contribuíram para a demarcação do rio.

Os primeiros pontos de pesca pertenciam à mesma família, como informa o pescador João:

[O] ponto do seu Polaco é o que meu pai negociou, eles são primos e meu pai queria pescar e viver da pesca daí eles entraram no acordo para meu pai ficar com o ponto e o ponto nosso faz divisa com a ilha.

A partir dessa negociação é que foi iniciada a divisão do rio em pontos de pesca. Segundo os pescadores de Itapina, os pontos de pesca são locais que seus antepassados escolheram, sem ter acesso ao mapa da região. Simplesmente seguiram o curso do rio e marcaram os pontos, de acordo com a facilidade de acesso, ou seja, mapearam o rio conforme suas vivências práticas, guardadas na memória. A respeito disso, comenta João:

Não vou te dizer que nunca vi o mapa, o mapa de Itapina nunca vi, mas meu avô desenhava o percurso dele entre os pontos de pesca e eu aprendi, sei cada curva do rio, conheço as pedras do fundo, onde posso passar com a canoa e é por isso que desenhei este mapa aí, nele está os pontos de pesca, o local melhor pra pôr a rede, onde não pode atravessar e onde fica os peixes de remanso, dá até pra saber neste mapa onde passa a correnteza.

O percurso feito pelos antigos moradores nesse trecho do rio Doce permitiu definir os pontos de pesca; porém, não foi localizado nenhum documento que comprova a existência de mapas desses pontos ou registros sobre esta ação de divisão. O que os pescadores afirmam é a existência daquilo que João chama de “mapa de cabeça”, guardado na memória pelos seus antepassados, e que, quando necessário, era desenhado na areia do rio. Continua ainda João:

Não tem nada escrito em papel que cada um é dono do ponto de pesca, tem só os nossos acordos que vem de família. Na época dos meus pais e avós não

existia aqui na região mapas, o que eles acreditavam era na forma que cada um se organizava em seu próprio local. Hoje a gente sabe que o mapa tá aí e é diferente um pouco do que a gente tá acostumado, no nosso mapa de cabeça tem os pontos de pesca e o mapa que a gente compra não tem.

A própria história dos pescadores retrata a sobrevivência por meio de ações desenvolvidas de acordo com as condições locais, articuladas aos saberes passados entre gerações. Por sua vez, o processo histórico de transmissão desses saberes esteve distante da captura de regras generalizadoras estabelecidas, aquilo que João, na fala acima, chama de “mapas que a gente compra”. Mas, mesmo à margem das divisões oficiais, o território dos pescadores ajudou-os a manter a integridade das condições sociais e econômicas, geradoras do legado que eles mantêm vivo em seus ensinamentos.

A divisão do rio garantiu uma vivência harmônica entre os pescadores e, em alguns momentos excepcionais (como as cheias), podia inclusive ser flexibilizada, para que todos pudessem usufruir igualmente do rio. É o que mostra o relato de Ozir:

[...] os mais isolados eram os lá do Porto Belo que quase não usavam a canoa, ali tinha uns trechos do rio que dava pra colocar uns balaies na beirada do rio e pegava muita piaba. Mas cada um no seu quadrado, não ficava ninguém tentando invadir a pescaria do outro. Mas quando dava as cheias no rio aí as vezes alguns pontos ficavam completamente inundados e daí eles se entendiam, pescavam juntos um no ponto do outro.

Sobre a divisão do rio, outros pescadores entrevistados confirmaram que cada pescador era responsável por cuidar de seu espaço, confirmando o procedimento de divisão do rio. Esse ato foi justificado por eles como uma estratégia para manter a pesca igual para todos, diante do aumento da população local. Continua ainda Ozir:

A divisão do rio existe mesmo, só que ninguém de fora de Itapina sabe e consegue entender, os pescadores mais antigos são os próprios italianos, seguidos de outros europeus, inclusive os alemães, e mineiros que vinham por causa do café e da estação.

Quando os italianos chegaram, não foram os primeiros pescadores, antes havia os indígenas que desocuparam o local. Nossas famílias pouco tiveram contato com os primeiros habitantes, porém as canoas, remos e algumas redes de pesca que ficaram serviram de base para os nossos antepassados adaptarem aos seus conhecimentos e condições locais à pesca. Nesta época, por volta do ano de 1886, o trecho que usavam para pescar iniciava em frente à atual igreja e se estendia até a ponta da ilha, se organizavam em pontos com o intuito de um não atrapalhar o outro, não se sabe ao certo quantos pontos e pescadores haviam no local, porém as famílias que se assentaram próximas ao rio todas pescavam. Quando chegaram os outros imigrantes, e entre eles uma família alemã que se instalou próximo ao Porto Belo, é que de fato iniciou os pontos fixos de pesca. A partir dessa época, por volta do ano de 1904 intensificou a pesca neste trecho do rio Doce [...] foi aí que os pontos de pescaria ficaram mais definidos.

Como se vê, as narrativas descrevem inicialmente a organização entre as primeiras famílias sem a divisão do rio. Somente após a vinda de mais imigrantes, entre eles uma família alemã, que o processo de divisão ocorreu. Ozir acrescenta ainda:

Não é que as famílias brigavam pra pescar, mas quando tinha só a nossa raça aqui (risos) a gente tem mania de falar nossa raça é gente italiana que veio junta. Então era só nós e pouca gente, depois mais pra frente veio italiano, outros famílias de imigrantes e a família alemã que foi lá pra cima, lá no Porto Belo, ficaram mais afastados da gente e no lugar deles lá tem trecho perigoso, aí as vezes eles vinham pro nosso lado pescar. [...] Vou falar dessa família de alemães do Porto Belo, não que só eles vieram, mas é porque ficaram perto do rio e pescavam igual a nossa família. Eles vieram, o pai e a mãe e quatro filhos e uma menina nova, meu avô não falava muito sobre

eles e sei só isso, todos passaram a pescar e pescava igual a gente.

[...] entre o lugar deles lá e o que começava o nosso, perto da igreja, tinha um monte de trecho do rio perigoso, então a gente, que conhecia mais que eles, resolvemos dividir o rio nos trechos que podia pescar, sem correr risco de afogar. Eles ficaram lá no Porto Belo, espaço bom e grande e a gente continuou aqui onde já estávamos. Os pontos de pesca ficaram assim combinado entre nós aqui e a família do Porto Belo também entrou no acordo.

A narrativa de Ozir aponta a presença de outros imigrantes e de mais pessoas pescando no rio Doce. Assim, com o passar dos anos, a pescaria se tornou mais frequente e o espaço da pesca, que antes era apenas das famílias assentadas às margens do rio, passou a ser frequentado também por quem tinha acesso a Itapina, principalmente após a instalação da EFVM.

Segundo os pescadores, esse fator causou insegurança, principalmente por conta do aumento da população local, atraída pelo crescimento econômico de Itapina. Para conter o processo de ocupação do espaço da pesca, frequentado agora tanto pelos visitantes sazonais quanto pelos moradores descendentes dos primeiros imigrantes, foram definidos os pontos de pesca. Continua ainda Ozir:

Já tinha gente nascida aqui, filhos e netos dos primeiros italianos e alemães, tinha outros descendentes também, tava cada família com seu lugar de pescar, era bom porque cada um fiscalizava seu trecho, não deixava ninguém abusar. Isto foi até o pessoal do Porto Belo chegar, depois com o trem aí danou-se tudo aqui, vinha gente pra pescar, o pessoal que comprava café, que vinha pra trabalhar com café, vender coisa pro povo que morava aqui.

O café atraiu pessoas para Itapina, produzindo alteração no cotidiano. O espaço da pesca se inclui nesse processo, pois, quem chegava, logo se inseria às margens do rio. Porém, segundo os pescadores, esse fato trouxe incômodo, pois atrapalhava a rotina já estabelecida dos que exerciam a pesca tradicional. De fato, os visitantes e os novos moradores sujavam o rio, não seguiam as regras estabelecidas com a

divisão e invadiam o espaço alheio.

Outro fator que contribuiu para a divisão do rio foi a insegurança de certos trechos. Algumas narrativas apontam o rio como sendo bastante perigoso, causando vários afogamentos.

Assim, o movimento em função da pesca tradicional se deu de acordo com a divisão do rio, onde seis famílias descendentes de imigrantes se organizaram em seus espaços de pescaria, reproduzindo ensinamentos passados entre gerações. Quanto aos moradores que chegaram após a estrada de ferro, estes não se inseriram na divisão do rio, mas podiam pescar. A respeito disso, comenta o morador Durval:

Já no ano de 1920, a pesca no rio Doce engrossou a renda de muitas famílias, o que motivou algumas a viver exclusivamente dessa atividade. A partir dessa época que o rio foi organizado em trechos no qual cada família realizava sua atividade de pesca. Seis pontos de pesca, começando do Porto Belo, que subia no sentido da sede, percorrendo aproximadamente 500m, com limites até o local profundo do rio, quanto à largura, se estendia de uma margem a outra; o segundo ponto, sua localização estava a aproximadamente 200m do primeiro na área de remanso com areia, também se estendia de uma margem a outra; o terceiro, considerado o segundo melhor pra pescar camarão e o menor, o qual fazia fronteira com o segundo ponto, o início do ponto era marcado pelo Monte Macochi, na margem sul, e terminava na ponta da ilha; o quarto ponto pertencia e pertence ao dono da ilha, a pescaria é ao redor da ilha, podendo se estender no sentido noroeste aproximadamente 200m; o quinto e o sexto ponto estão próximos à ponte de acesso à Itapina.

As narrativas mostram que a construção do espaço da pesca se estabeleceu a partir da herança que se manteve entre os descendentes das primeiras famílias assentadas. A divisão do rio criou um sentimento de pertencimento em relação ao espaço da pesca herdado. Segundo Ozir:

Ficou mantido o acordo que cada família tinha de passar o ponto de pesca só para seus filhos. Dizem que quando foi firmado mesmo o acordo, isto logo depois que os donos lá do ponto perto do Porto Belo, fizeram até um documento no cartório daqui, mas eu mesmo nunca vi. Na verdade, o acordo é mesmo de palavra e, para os antigos daqui, palavra é palavra. Você perguntou se espaço no rio é igual terreno, e eu te digo, muita gente nossa dizia que naquela época era, tanto que os pontos de pesca era bem marcado, tinha um que o limite era em frente a uma árvore e a árvore foi cortada, daí fizeram uma estaca de madeira amarrada numa corda e bambu para não perder o ponto. Eles achavam sim que o rio era igual terreno, não sei se eles conheciam os documentos que proibia isto. E tem outra coisa: ninguém nunca veio aqui fiscalizar e até hoje a gente continua assim, mas a gente sabe que é proibido, tanto que qualquer que chegar aqui pode pescar onde quiser. Agora ficou meio que só de saber mesmo quem tem ponto que herdou.

A narrativa mostra a importância para os pescadores do contrato verbal (“para os antigos daqui, palavra é palavra”) criado pelos seus antepassados, que serviu de referência para o espaço da pesca herdado. Práticas tradicionais como essa deram reconhecimento ao pescador, a suas famílias e a seus espaços de atuação, mesmo sem registro oficial. A respeito disso, comenta João:

Meu pai, quando assumiu o ponto do meu avô, não tinha quase terra igual os fazendeiros daqui. Mas ele tinha o ponto de pesca, todo mundo aqui sabia onde encontrar meu pai, era onde nós trabalhava, podia dizer nosso local de trabalho [...]

A narrativa da ex-moradora Dona Dina confirma a trajetória dos pescadores e afirma a importância das estratégias que eles desenvolveram para se manterem ativos. Seu relato também informa que foi a existência de pontos mais perigosos no rio que motivou o estabelecimento dos pontos de pesca, conforme já mencionado:

Os pescadores dessa região aqui, eu nunca vi não, (risos), eles têm cada qual o lugar de pecar lá no rio

Doce, dizem que desde que os italianos e a família dos alemães lá do Ponto Belo chegaram aqui que criaram essa ideia. Bom... o rio sempre foi perigoso e a divisão do rio ajudou eles pra cada qual ficar no seu pedaço e o pedaço fica no lado do rio que não tem perigo. Tem mais: eles aprenderam a fazer um jeito de canoa que não afunda, eu ando pra estes cantos tudo aí, já fui em outros rios e no mar, mas canoa igual a esta nunca vi, é um jeito que eles seguiram dos mais velhos que dá certo.

A narrativa de dona Dina permite observar que os pescadores e seu gênero de vida significaram o espaço do rio, a partir de suas interações com a natureza. Vale ressaltar que essas interações são mantidas através da herança do grupo, no qual os saberes passados entre as gerações mostram a luta do homem para tentar controlar a natureza com sua criatividade.

Por sua vez, o ponto de pesca e a divisão do rio feita a partir do acordo verbal deu ao pescador de Itapina o reconhecimento como trabalhador. A importância para os pescadores da organização do rio feita por meio da palavra de seus antigos familiares, como aponta a narrativa de Ozir citada acima, não só serviu de referência para delimitar o espaço da pesca herdado e transmitido, mas também deu o reconhecimento do pescador de Itapina como profissional, que possui um “local de trabalho”, isto é, seu ponto de pesca. O pescador e o seu vizinho, mesmo sem um documento que autorizasse a atividade da pescaria ou a posse do espaço, sabiam da importância de manter o que entre eles havia sido desenvolvido.

Isto nos leva a pensar na organização do espaço da pesca a partir das relações de demarcação e limites. Porém este espaço não pode ser definido como espaço/território demarcado oficialmente. Mas, embora fossem demarcações sem registro oficial, elas são seguidas pelas famílias assentadas, como relata novamente o pescador aposentado Ozir:

[...] eu nunca ouvi dizer que já teve rio dividido, como faz pra dividir a água do rio? A água corre e passa, só esse povo daqui de Itapina mesmo pra dividir o rio (risos), foi dividido e teve gente que comparava a terra, o território igual você falou pra nós, território

tem registro, mas o território de cada uma família pescar é verdadeiro, só não tem registro. E tem mais, outra família não podia chegar não. Igual, a família lá pra cima perto do Porto Belo, eles viviam de pescaria e depois os três filhos do homem lá cresceram e cada qual dividiu seu terreno no rio, só que um quis ir embora e vendeu seu pedaço pra um homem lá de Colatina, pode acreditar (risos), tô dizendo que é só aqui em Itapina que rio vira este negócio aí do mapa, este negócio território (risos).

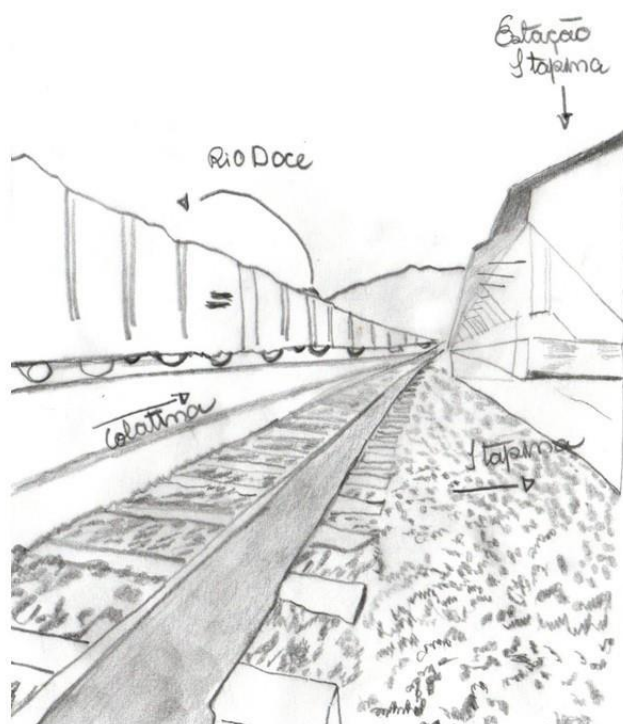
3.3. O TREM E A CHEGADA DA FAMÍLIA MINEIRA

Se entendemos que os movimentos da vida são muitas vezes, singulares e sempre históricos, portanto, impassíveis de captura em leis e regras generalizadoras estabelecidas a priori, em vez de trabalharmos segundo uma programática que embute a variabilidade de acontecimentos em modelos pré-estabelecidos que negam a temporalidade, faremos uso de estrategismos de ação para pesquisar-viver as incertezas iminentes à própria vida (REGIS; FONSECA, 2012, p. 272).

Figura 15: Foto e esquema interpretativo da estação ferroviária de Itapina.



Fonte: Acervo pessoal da autora



O trem facilitou o deslocamento e aumentou a circulação de pessoas pela região do Vale do rio Doce e foi bastante influente na formação da comunidade de Itapina. A partir das idas e vindas pela ferrovia, começaram a chegar nessa localidade os migrantes, entre eles os mineiros, a última família a ser inserida no processo de formação do espaço da pesca.

O morador Ferrugem guarda em sua memória as histórias contadas pelos pescadores, descendentes dos imigrantes, e por seu pai. É dele o relato de mais um momento que compõe o lugar de memória de Itapina:

Já tinha os pontos de pesca de quem comprou, vendeu terra e não tinha aqui na frente, neste trecho aí do Porto Belo à ponte de Guandu, mais espaço pra ninguém comprar terreno no rio. Mas o trem, minha nossa! Trazia gente demais. Vou te explicar melhor, só tinha esta parada aqui na redondeza, o outro era em Colatina e só mais pra frente depois de Guandu, por isso o povo vinha pra cá embarcar tudo (mercadorias de produção agrícola, desde café, gado e ainda madeira), vinha gente de tudo que é lado, do lado de lá no seu Polaco, que hoje passa a BR, atravessava tudo na barca, até bicho, gado, (risos). Pronto, é isso, já diz tudo né, o povo vinha pra cá, com essa imensidão de água, só dava gente pescando em tudo quanto é lugar. Mas o pessoal dos pontos de pesca já era conhecidos e o combinado é deixar todo mundo pescar. Mas não podia armar rede e tinha que respeitar a cema.

Não tinha mais espaço pra ninguém comprar terreno no rio aqui na nossa frente. Você perguntou do pessoal da ilha, os mineiros. Isto foi um pouco depois, a ilha era de uma das famílias dos primeiros italianos, mas ninguém morava nela, só usava de ponto de pesca e o antigo dono, os filhos foram crescendo e indo estudar em Vitória, daí o velho resolver vender um pedaço da propriedade. Agora a história da ilha é o seguinte, o velho não queria negociar a ilha não, mas tinha uma família de mineiros que vez em quando tava aqui vendendo coisas (carne e uns queijos, peixe salgado) e ficaram sabendo da venda da terra do

velho. Os mineiros negociaram tanto com o velho (risos) que no final da história a ilha entrou no negócio. Os mineiros vieram direto morar na ilha.

De acordo com a narrativa de Ferrugem, é possível analisar a relação entre Itapina, o trem e o rio Doce como conteúdos fundamentais para a construção do espaço da pesca. Deve-se considerar que a região em torno de Itapina era composta por várias comunidades recém-formadas (Itaguaçu, Itarana, Baixo Guandu) e, na época (1919), Itapina era a única estação da região (figura 15), o que direcionava o fluxo de pessoas para lá.

Com a movimentação de pessoas na região, as famílias assentadas às margens do rio Doce buscavam estratégias para evidenciar o espaço da pesca como pertencente a trajetória de formação local e que não era passível de alteração. Isso era conseguindo através da manutenção de suas tradições, principalmente considerando a divisão do rio somente para quem era nascido na localidade, como forma de garantir a sobrevivência e a preservação do ambiente.

Devido à proximidade e à facilidade de deslocamento através da estrada de ferro, o pescador Marco e sua família frequentavam Itapina. Mais tarde, eles acabaram se estabelecendo no local, vindos de Minas Gerais:

Nossa família veio do interior de Minas Gerais, somos também descendentes de italianos e viemos pra Itapina por meio do meu avô. Meu pai conta que foi no ano de 1938, por aí. Meu avô comprou um lote perto do rio de um italiano. A família que morava aqui antes de nós também tinha o lugar de pescar que faz divisa com a do primo do sr. Ozir. Meu avô viveu aqui de pescaria principalmente, pescava pra sobreviver e usava todos os dias o lugar de pescaria que era dele. Daí ensinou para todos os filhos, mas só meu pai ficou aqui, os outros foram mexer com outras coisas. Meu pai me ensinou a pescar e só pescar no nosso trecho, ele dizia que era só aqui mesmo, pra não dar confusão. Eu estou com minhas filhas pequenas, mas ensinei tudo que aprendi pra elas sobre pescaria. Apesar de serem meninas, gostaria que uma delas

pescasse igual a gente aprendeu, não como principal trabalho, pois de uns 10 anos até agora a pescaria não está dando pra sustento, e depois então do rejeito nunca mais pescamos [...].

Na sequência dos fatos históricos narrados, o tempo e o espaço em seu curso são relembrados. No relato de Marco, é possível notar que a chegada de sua família e seu assentamento no local de pescaria ocorreu após a chegada dos primeiros imigrantes, quando o espaço para a pesca já estava definido. A narrativa do pescador João complementa essa versão:

Desde que chegou a segunda remessa de gente aqui, depois dos italianos, os alemães, aí veio muito mineiro, tinha gente que nem chegava perto do rio, tinha medo, mas já chegavam e sabiam de quem era os pontos de pesca, quem vendia o que de peixe, camarão, já sabia que dava confusão bagunçar o rio, lá onde tem lugar de pescaria.

A pesca aqui sempre foi organizada, cada um em seu ponto, pegava seus peixes e ninguém mexia com eles, engraçado que muita gente brigava com negócio de terra, mas nunca vi briga lá no rio por causa de ponto ou alguém querendo tomar o ponto do outro, eles seguiam direitinho a forma que os antigos deixaram, eu acho até que foi bom pra quem veio depois, já chegou aqui vendo que a gente se respeita. E as pessoas aqui, todo mundo que não pescava comprava peixe, a gente comia muito peixe mesmo, tinha os mais velhos assim, as viúvas, tinha senhoras que o marido não tinha tempo de pescar e o pessoal do comércio que comprava peixe e salgava pra vender, tinha também o pessoal lá de dentro, como se diz, o pessoal da roça, todos vinham comprar o peixe dos pescadores que tinham ponto de pesca e até o rio sujar era assim.

Para Marco e seus familiares, a tradição já havia sido consolidada desde a chegada dos primeiros moradores estrangeiros, estabelecida através das relações sociais e econômicas e mantidas mesmo após a saída dos moradores. De fato, conta o

pescador que sua família comprou a terra e junto estava definido o ponto de pesca. Ainda é possível perceber através de seus relatos que a pescaria também é inserida como atividade para os que chegam. Ou seja, a pesca local e suas tradições envolvendo artefatos artesanais, como a canoa, os remos, os tipos de redes, a vara e as técnicas de pescaria são passadas não só para os descendentes dos primeiros imigrantes, mas também para as famílias que se inserem no cotidiano da pesca.

É possível perceber a importância da pesca artesanal como processo de construção do espaço herdado, pois por meio dela as relações articuladas entre o homem, o rio Doce, o saber tradicional e natureza constituíram o lugar de memória da pesca em Itapina. A respeito disso, Marco acrescenta:

Menina, eu aprendi a pescar com meu pai, usávamos a rede, às vezes a espinhela, entrava na canoa e enquanto não enchia a canoa, ele não voltava, peixe bom, fora da piracema. Daí a gente juntava o peixe, e meu pai carregava, ali pra cima e guardava o peixe na lagoa. Então o dia que ele ia viajar, final de semana, pra Valadares, aí nós tirava o peixe e já partia pra Valadares. Pegava esse trem aqui dez horas, que passa aqui e depois pegava o outro descendo.

Com o peixe dentro da bolsa, ensacolava e levava o peixe e dormia por lá e voltava no outro dia, era a vida assim. Mas o pescador da beira de rio que aprende pescar com o pai, a gente aprendeu que não é só pegar o peixe para vender, é comer também e eu não fico sem, é cuidar do rio. A gente vivia do peixe assim. [...] e aí depois que meu pai saiu, eu fiquei. Mesmo sem carteirinha, eu pesco igual ao que tem, isto não tem nada a ver, não é a carteirinha que ensina, é o pescador mais velho do grupo que ensina e vai passando pro mais novo. Aí hoje, eu continuo pescando.

A partir da chegada da família de Marco, o espaço da pesca em Itapina manteve-se com a divisão que permanece até hoje. Apesar da movimentação de pessoas a partir da inauguração da estrada de ferro, não houve novas inclusões no espaço da pesca, ou seja, o acordo estabelecido manteve-se, mas permitindo que outras

pessoas pudessem pescar nesse trecho do rio Doce.

Observa-se que as relações sociais construídas entre esses sujeitos estão inseridas no processo de representação do espaço por meio dos movimentos estabelecidos a partir dos encontros entre eles e o rio entendidos como elementos integrados e que se constituem a partir da complexidade de suas inter-relações.

Dessa forma os pescadores mantiveram suas tradições e a cada geração buscam adquirir mais conhecimento sobre o rio Doce e as condições de pescaria adequadas, pensando na preservação do ambiente local. É o que mostra a narrativa de Ozir sobre o espaço da pesca e como, daí para frente, os pescadores e seus familiares se organizaram:

Olha os pontos então ficaram certo mesmo depois que o avô do Marco comprou o ponto e até agora nada mudou, cada um pesca no seu ponto até hoje.

Dessa forma, os pescadores mantiveram suas tradições e as gerações que permaneceram com a pescaria mantiveram os acordos de divisão do rio, eventualmente flexibilizando para permitir a pescaria de outras pessoas. É o que aponta o relato do pescador Zirin:

Tem lá pra cima gente dos outros que tinha terreno no rio, mas são mais ou menos novos na pesca, são os filhos do velho falecido e o restante igual... pegando lá de Longaci pra cá, que é o Dom, são antigos, mas tão parados e de parte. Então dali pra baixo, dali pra cima, nós não andamos com os caras não, dizem que venderam a parte para uns de Mascarenhas. Agora, ali pra baixo tem o Elias pescador, que mora em Itapina, tem o Nelso, depois tem eu, depois tem o Marquinho, embaixo tem o Ebreias, tem o Val no meio, pra baixo tem o cara da escola agrícola, depois do Ebreias tem o cara do Jair, que é o Toninho, depois pra baixo tem mais gente (pra baixo eu não lembro qual o nome não).

De acordo com o contexto descrito acima, é possível perceber através da história oral o espaço da pesca produzido a partir das relações sociais estabelecidas pelos pescadores. Por meio delas, as diferenças se comunicam através do processo de divisão do rio e a subjetividade aparece como elemento integrante no processo de formação e representação do sujeito em escala local.

Uma rede de relações foi desenvolvida pelos pescadores com a própria comunidade local, não só em função da pesca, mas também mantendo o vínculo social entre os membros. Foi possível compreender que os elementos que integram o espaço da pesca não podem ser entendidos desassociados, como “sujeitos” ou “objetos”, pois eles se integram a partir da complexidade dos encontros que correm no tempo e se materializam no espaço. Os sujeitos e suas relações com a comunidade, com o rio e com os apetrechos da pescaria, construídas ao longo do tempo, escrevem a trajetória da pesca enquanto lugar de memória no rio Doce.

3.4. PEIXES DO RIO DOCE

*Se foi,
E nele, toda a esperança do saber,
Vem biólogo, vem
Vem doutor vem,
Mas quem sabe sou eu, quem ver sem ler sou eu,
O peixe que ele não pegou*

*Olha, menina, aqui todo mundo pesca, tá vendo esta foto? [figura 16]
Minha neta já entende que peixe é o nosso ganha-pão, nosso ganha-peixe
(risos). O pai já ensina desde de pequeno a canoa, o perigo do rio e que
peixe é tudo de bom. (Firmino, pescador do rio Doce)*

Figura 16: Neta do pescador Firmino com peixe.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

O rio Doce contribui para a subsistência das populações ribeirinhas, e em muitas delas habitam comunidades tradicionais de pescadores. As comunidades pesqueiras localizadas no rio Doce no Espírito Santo são pouco conhecidas. O estudo do conhecimento de tais populações sobre a fauna local necessita de maiores investigações, bem como os conceitos relacionados à conservação hídrica e da biota aquática (OLIVEIRA, 2011, p.12).

Sobre os peixes da região do baixo rio Doce, poucos foram os documentos encontrados a respeito durante a pesquisa, entre os quais constam o inventário do acervo do MBML, realizado no ano de 2005 (PICCOLI et al., 2016), e o trabalho de conclusão de curso de Oliveira (2011), envolvendo pesquisa de campo com os pescadores de Itapina. Os documentos selecionados vão ao encontro das narrativas dos pescadores e de suas lembranças, em um recorte temporal que vai dos anos de 1960 até 2018.

A partir das narrativas e dos documentos usados na construção dessa pesquisa, foi possível identificar que os pescadores do rio Doce, comparados aos demais pescadores que mantêm a pesca tradicional entre gerações, preservam o ambiente do qual são dependentes e os peixes estão incluídos neste processo. Ou seja, a preservação do rio e dos peixes se incluem na trajetória dos pescadores. Segundo Ozir, o pescador do rio Doce se preocupa em preservar os peixes, principalmente através do conhecimento tradicional referente ao período de reprodução das espécies:

Peixe no rio Doce tinha tanto que a gente é que decidia a quantidade pra pescar, eu podia levar 10 kg, 12 kg, mas pegava 7 ou 8 kg e era de bom tamanho. A maioria de nós aqui pelo rio Doce a fora (eu estou falando dos que eu conheço, que vai de Mascarenhas, Baixo Guandu e até lá em Linhares, no mar) estes eu digo que pensava em não pegar tudo e na época da cema, deixavam de pescar. Tem gente que não sabe mas a gente pensa, sim, no rio e nos peixes

A partir do conhecimento tradicional, adquirido pelos pescadores com a prática de sua atividade, é que se faz a preservação das espécies e, com isso, também das condições ambientais, econômicas e culturais que garantem o sustento econômico dos pescadores (PINHEIRO; JOYEUX, 2007).

De acordo com os relatos de pescadores, com o inventário do MBML e com o trabalho de Oliveira (2011), o rio Doce abriga aproximadamente quarenta e quatro espécies nativas e exóticas para a ictiofauna local. Dessas, trinta e três são espécies nativas (75% das quais são peixes descritos no trecho do baixo curso), como o cascudo ou bagre de couro, a corimba e a piaba. Os pescadores ainda apontaram aproximadamente onze espécies introduzidas, que também são reconhecidas pelos pesquisadores como exóticas, como a carpa-capim, que os pescadores dão o nome apenas de “carpa”, e a curimbá. Segundo Zirin, o cruzamento dessas espécies exóticas causou o desaparecimento do grumatã, que é peixe nativo.

A gente gostava muito mais do grumatã, este sim era bom, era menor e a carne mais gostosa, mais fácil de vender e agora ele ficou diferente... o tamanho do peixe tá maior por causa do cruzamento entre os peixes que colocaram no rio.

O surubim, conhecido pelos pescadores como “ponto-e-vírgula”, foi outro peixe mencionado por eles, considerado o maior do rio Doce. Há relatos de imensos exemplares desse peixe, como o surubim capturado após a enchente de 1979 no rio Doce, pelo falecido senhor Polaco. Segundo sua neta, que relatou o episódio, o peixe de 96 quilos encalhou por conta de seu peso e foi recolhido pelos pescadores:

Era umas quatro horas da tarde e o seu Polaco já estava, como sempre, sentado na varanda de sua casa, lá no alto, e de frente para o rio Doce, ficava horas ali admirando. Mas neste dia foi diferente: ele avistou no meio do rio um objeto prateado e logo informou o compadre e o vizinho. Ambos, sem entender do que se tratava, correram às margens onde o objeto aparentava estar preso. Logo o valente compadre se lançou na água com seu facão, nadou até chegar no local e constatar [que] de fato era um peixe enorme. Outros se lançaram e após muita luta entre os homens e o enorme peixe surubim, a batalha foi vencida sobre o animal em desvantagem. Resultado: o peixe era tão grande que muita gente comeu por muitos dias, dizem que ele encalhou por conta de seu tamanho (96 kg) e veio arrastado pela

enchente.

Segundo os pescadores, houve outras ocasiões em que o surubim foi pescado, porém com metade do tamanho mencionado no relato acima. Após a passagem dos rejeitos de mineração, o surubim simplesmente desapareceu. Segundo os pescadores, esta é uma das espécies que mais sofreu com a chegada da lama.

Ainda devem ser lembrados, entre os peixes do rio Doce com grande força comercial, principalmente nos períodos de junho a início de fevereiro, o peixe chamado pelo senhor Ozir, na narrativa abaixo, de “sardinhazinha”, que é diferente do peixe pescado nos oceanos:

[...] íamos de canoa levar arroz e, na beira do rio, o robalo batia na sardinhazinha e elas ficavam presa na areia. Nós ia levando as sardinhazinha na sombra da canoa [...]. A gente fazia uns buraquinhos na areia e a sardinha ficava presa nos buracos e assim a gente pegava muito, de 6 Kg a 10 kg.

A memória, segundo Joel Candau (2016), guarda o conhecimento com o propósito de reproduzir no presente o balanço do passado, para a avaliação de possíveis reflexões no futuro. É isso o que a narrativa do Sr. Ozir traz sobre o passado vivido, revelando a forma como se dava a sobrevivência no espaço da pesca, de acordo com a vivência e as condições locais. Por meio de sua narrativa foi possível entender a importância da pescaria na vida de muitos que viviam às margens do rio Doce, bem como a relevância da sardinhazinha para o comércio da região. A narrativa traz a importância desse peixe para os pescadores, bem conhecido e de fácil acesso, pescado com facilidade desde 1962, como informa o pescador Ozir.

Para os pescadores da região, este peixe é forte fonte de consumo, mas atualmente a espécie vem diminuindo e quase não se vê. Com efeito, uma vez que o rio Doce vem sofrendo com a ação humana, principalmente depois que ocorreu o derramamento de rejeitos em suas águas, não só a sardinha está se tornando rara, mas também todas as espécies que mantinham o sustento das pessoas que moram às margens do rio Doce. Sobre isso, comenta João:

Fizemos nossa parte, o rio Doce foi muito mais forte na época do meu bisavô, tinha mais volume de água,

muito mais peixe e era mais perigoso, tanto que eles sabiam onde podia pescar [...]. Foi ensinando os filhos e nós aprendemos que para pescar, a gente tem [que] respeitar o espaço do outro, usar o equipamento certo para não pegar o peixe errado, aquele peixe que está na cema não pode ser pescado, daí, de acordo com o tamanho dele, é usado outro tipo de equipamento de pesca, pra evitar pegar o da cema. E não era ser dono do ponto só, a família tinha que manter o rio lugar conservado [...]. Tudo que é para manter o rio bom para pesca os mais antigos faziam e ensinava, não cortar as arvores que estão próximas ao rio, manter o local de pesca do jeito que é [...]. Lembra que te falei que quando a gente saía pra pescar a sardinhazinha e dava 60 kg e 80 kg nós nunca pegava tudo. Cuidamos do rio como se fosse nossa casa [...].

Segundo João, a “sardinhazinha” (*Cyphocarax gilbert*), também conhecida como saguiru, peixe de médio porte, nativo da bacia do rio Doce e também encontrado nas bacias do São Francisco e Jequitinhonha, de acordo com o inventário do acervo do MBML (PICCOLI et al., 2016), é uma espécie essencial não só para a comercialização. Ela também é importante para a própria sobrevivência dos pescadores em períodos de escassez:

Coloca no seu registro aí a história da sardinhazinha do rio Doce, ela é importante pra nós aqui, quando não tinha nada pra comer e tava difícil pescar dentro do rio, a sardinhazinha salvava a gente, pegava ela na beira rio fácil. Um peixe que merece respeito, o mais forte daqui.

A partir de Candau (2016), é possível descrever o momento vivido pelos pescadores no passado e guardado na memória tendo em vista a ação que conserva, no presente, os saberes herdados sobre a atividade pesqueira e a espera por soluções, diante da degradação pela passagem dos rejeitos de mineração. Assim, o cenário de desolação atual é comparado com a fartura do passado, como podemos notar na fala do pescador Zirin:

Eu sempre pescava pra vender, eu e a mulher né. E pescava robalo, dourado, mandiaçu, tambaqui, pacu, tudo que tinha de peixe pegava. E esses aí já são os peixes que eles já botaram no rio, né? É, o tambaqui. O pacu é peixe que já colocaram no rio, agora o dourado não, o dourado já é nativo, o robalo vem da água salgada pra água doce, então muitos peixes já é nativo do rio, sempre foi nativo do rio Doce, agora alguns não, é... quase ninguém botou, é porque algumas barragens pocaram e eles vieram pro rio Doce e se produziram no rio.

A barragem que pocou é daquelas enchentes brabas que deu, aí poca uma barragem, uma represa de um fazendeiro lá em cima que vem vários tipos de peixe de criador, então vem pro rio Doce né... Aí vem pro rio Doce e no rio Doce a água é grande, ele reproduz [...]

Antes da lama tinha vez que eu mais a mulher saía daqui seis horas da manhã, até duas horas nós tava com 20kg de peixe, 25, 15, é isso aí. Mas vem reduzindo a quantidade de um tempo pra cá, né?

A fala de Zirin é complementada pela de Firmino, a qual mostra que o rio Doce é fonte de sustento para muita gente, devido à abundância de peixes; porém, a partir do ano de 2015, com o derramamento de rejeitos em suas águas, o rio vivencia o pior momento de degradação já sofrido em toda a sua trajetória. Por sua vez, a narrativa de Firmino também aponta que os pescadores, ao longo de suas trajetórias, incorporaram técnicas de manejo de acordo com as condições locais e os recursos disponíveis, mas sempre respeitando o meio ambiente, a fim de que o rio e sua fauna fossem preservados:

[...] Agora o rio aqui, começou a dar peixe de novo, passa por aqui muita sardinhazinha e curimbá, voltou o camarãozinho, mas ninguém tem coragem de pescar, estamos só observando, não sei se vamos voltar a pescar. Voltar a pescar, aqui para nós é importante, a gente quando pescava cuidava do rio, agora nem sei se iremos mais cuidar e também cuidar como? Já está todo poluído. As crianças não estão mais nem chegando perto e eu nem sei como

iremos passar o jeito de pescar pra frente. Os biólogos que vieram aqui estudar a tal da lama, disse que este conhecimento nosso de pescar é que cuidava do rio e eu estava até pensando, se a gente não ensinar para as crianças, como será que vai ficar o rio.

O conhecimento adquirido sobre os peixes fez com que os pescadores incorporassem técnicas de manejo de acordo com as condições locais e recursos disponíveis. Ou seja, eles mantêm os ensinamentos herdados, porém modificando as tradições recebidas a partir dos novos conhecimentos agregados, à medida que fazem novas descobertas sobre os recursos disponíveis. É o que aponta a fala de Zirin, quando afirma que o conhecimento tradicional dos pescadores garantia a preservação das espécies e, assim, também a permanência dos pescadores em sua atividade. Porém, a vinda dos pescadores “clandestinos” e, principalmente, a passagem dos rejeitos vindos da represa de Fundão modificou muito o cotidiano da comunidade:

Aqui nós pesca com rede, espinhela, vara fincada com uma isca. Espinhela é uma coisa que você bota... você amarra uma rede aqui ó, e atravessa o rio, bota do lado de lá, e bota uma monte de anzol dentro do rio, uns pedaços de linha desse tamanho aqui ó. E isca com a moreia, moreia é uma isca que tem tipo uma florzinha no peito. Essa isca ela é vivinha. Solta aquele... e aí você pega o robalo, pega o pacumã, pega o cassarinho, pega a cassala. Se pega tudo quanto é peixe que pintar. E pesca de rede, rede de 50m, nós temos.

Aonde tá o remanso. A rede é colocada aonde vem o remanso. Tem uma pedra ali, passa aquele remansão grandão ali, lá, aí sim, aí você estica uma rede, bota uma coisa de pedra ali no final pra segurar pra não deixar correr. Aí fica amarrado lá. Se dá vinte metro pro final dela, se tem que amarrar a coita. Se tem que amarrar uma corda lá. Tem que amarrar uma pedra lá, uma corda no final dela, e soltar um pedaço de pedra pra deixar ela assim ó, aí o bobo vem e entra. (risos)

Aí não tem jeito não. A gente costuma cortar, aí ele se dá bem, mas tem vezes que ele se estrepa.

Tem, aqui tem menino de 14 anos, 15 anos, que ganha a vida assim, pescando aí, não é profissional igual nós, mas já tem ramo no remo, um ramo que mexe igual nós mesmo, que é de tarrafa, a pesca de tarrafa. Então... nós somos filhos de pescador né, filho de pescador, você acostuma a pegar esse ramo do rio, né? Que aqui é tipo uma vila de pescador, porque aqui todo mundo que mora aqui, se quiser ir lá no rio pegar um peixinho pra comer de vara ele vai lá e pega.

[...] Aqui todo mundo de certa forma pesca. [...] é no remo, igual eu mesmo, eu sou no remo, no braço. Eu tenho o remo, aí... eu já peguei aquele costume, eu ando 2, 1km, 2km no remo, porque já acostumou... Aquele ali motor é bom, mas bota a gente preguiçoso. (risos). [...] geralmente os barcos daqui tem uns 3, 5 metros.

Na piracema a gente não mexe com peixe que sobe o rio, aí é só trocar a rede e o anzol. [...] é o seguinte, aqui o peixe tá ovado, mas passou de setembro já tá ovado, quando chega em novembro eles botam... na primeira água suja que vem, aí já entra a piracema. No dia cinco de novembro, ela entra. [...] Você pode vir aqui na época da piracema que dá uma chuvada, se vem aqui agora eu não sei como é que tá, entendeu? Porque essa água aí, porque quando chovia pra cima aí, isso ia ali ó, e arranca igual um cavalo as ondas, e aquilo ali é a fêmea e o macho, então você pode chegar assim cinco horas, meter com a mão assim e pegar, pode pegar até com a mão assim, nem de bote você consegue passar, ela não deixa o bote... Ela fica por cima d'água assim ó, e é um dia só, e daí ela vai ali, ela faz aqui hoje, amanhã tá lá em Itapina, depois de amanhã tá lá em Colatina, e vai assim. Vai desovando, entendeu? Aí solta mil filhotes, dois mil, três mil filhotes. Salvam metade, porque tem aquele outro peixe que ele come a ova. Então, entendeu? Então os ovos... O cardume do ovo, fica desse tamanho assim, dentro da barriga dele, dois. Aí a fêmea... o macho encosta nela, ela tem leite, ele tem um leite, ele encosta nela, e rela, ela solta. Essa você não pode pescar, aqui nego sai com tarrafa aqui e pega...

Daí por isto que a divisão pra pescar é bom, os que tem ponto de pesca não se mete em piracema, mas vem gente de fora e eles pegam sacos e sacos de peixe aqui, com os freezer tudo lotado, jogam tudo ali ó, maior covardia que eles fazem. Sabe? Que eles não aguentam né aí eles jogam tudo ali. Mas não é, são os clandestinos [...]

As narrativas mostram a rede de relações desenvolvidas não só entre os pescadores, mas também entre eles e a própria comunidade local, que também está em processo de desenvolvimento. Estas relações se estabelecem a partir de elementos que se integram na complexidade dos encontros que ocorrem no tempo-espço: os pescadores, seus petrechos, suas relações com a comunidade e com o rio, todos contribuem para escrever a trajetória da pesca enquanto lugar de memória no rio Doce. Por meio das narrativas dos pescadores, foi possível entender a importância dessa atividade na vida de muitos que viviam às margens do rio Doce.

3.5 PATRIMÔNIO

Figura 17: Área de preservação ambiental e cultural de Itapina e pontos turísticos do distrito.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

A figura 17 representa a área em que os pescadores atuam e que eles preservam, juntamente com os pontos turísticos da localidade atualmente tombada pelo estado do Espírito Santo como patrimônio ambiental e cultural.

Esse reconhecimento por parte do poder público estadual seguiu o processo histórico de memória, tradição e preservação local, que inclui a trajetória dos pescadores, configurando o espaço da pesca enquanto produto de ações e interações de preservação exercidas entre o homem, sua cultura e a natureza.

Estas ações e interações não são somente a favor dos pescadores, mas também contribuem para a preservação do espaço, que corresponde ao local no trecho de aproximadamente 10 km no rio Doce, entre os pontos de Porto Belo e a Ponte sobre o rio Doce, que dá acesso a Itapina. De fato, a preservação do patrimônio se integra à trajetória dos pescadores, pois com o espaço da pesca estabelecido, os eles mantiveram as condições ambientais e culturais favoráveis à manutenção do espaço entorno.

Segundo Ozir, quando as famílias chegaram a Mascarenhas, identificaram esse trecho de 10 km como o melhor do rio Doce para pescar e morar, pois a localidade era composta por praias de areia grossa, trechos do rio de remanso e áreas de floresta extensa, que não haviam sofrido degradação pelo homem:

[...] meu avô dizia que o pai dele vinha de canoa pro lado de Itapina. Contava que lá daquele lado era muito bom de viver por causa do rio ser menos perigoso, com praias de areia grossa e as curvas que o rio fazia era bom pra pegar os peixes.

De acordo com a narrativa acima, é possível constatar que o processo de ocupação da região está associado à interação dos pescadores com o meio ambiente, que garantiu a preservação do espaço até o ano de tombamento de Itapina. O morador Durval, em sua narrativa, confirma o fato de que os pescadores descendentes dos primeiros moradores se preocuparam em proteger o espaço da pesca que integra a área posteriormente tombada:

Sabe que faz sentido, quando comecei a falar da questão do patrimônio é que percebi, o lugar que estamos falando é exatamente o lugar de pesca que os mais antigos escolheram e é o de preservação e o que mais ficou preservado até agora. Pelo que contam por aqui, os imigrantes quando vieram pra esta região, desembarcaram em Mascarenhas e você sabe é um pouco distante daqui, mais difícil de chegar, era mata pura e tinha que vir de canoa, só os mais corajosos que vinham pra cá. Acho que por isto que veio poucas famílias no início. Na verdade, veio mesmo os que queriam ser dono de terra e sair de lá de Guandu.

Vieram pra cá e quando chegaram, não vou mentir não, arrancaram foi árvore, mas como era aqui na beira rio seis ou sete famílias não deu pra estragar tanto. Os primeiros que chegaram desmataram sim, mas depois os nascidos aqui já instalados e em seus pontos de pesca, mantinham um certo respeito, precisavam das árvores, a sombra, os troncos próximos da água serviam de apoio pra redes e demarcação do rio.

A narrativa comprova o fato de a preservação e ocupação estarem associadas nesse trecho do rio Doce. De fato, após a chegada dos primeiros moradores, seus descendentes permaneceram e se instalaram próximos às margens do rio e, apesar de algumas intervenções logo no início da ocupação, de modo geral havia a consciência de conservar a área que integrava o espaço da pesca.

Os moradores seguiram com suas tradições, mantiveram a preservação de seus ambientes de pescaria de acordo com os ensinamentos passados entre gerações e, em seu percurso histórico, acompanharam fatos e acontecimentos importantes, entre eles o processo de tombamento cultural e ambiental de Itapina, a partir de 2007, primeiro no âmbito municipal e, posteriormente, no âmbito estadual.

De acordo com as narrativas, é possível perceber que a demarcação do rio colaborou com a preservação ambiental e cultural no local que os pescadores exerciam suas atividades, como comprova a narrativa de João, citada mais acima¹⁶.

¹⁶ Cf. acima, p. 107

É possível observar que as tradições, associadas ao ato de preservação exercido nesse trecho do rio Doce são conteúdos que compõem o processo de formação da trajetória dos pescadores no lugar de memória de Itapina. Isso é confirmado na narrativa de Dona Dina:

Tá. Essa história da questão do sítio histórico, até eu mesmo como frequentadora daqui, percebi que as pessoas se mobilizaram, montaram o seu comercio, em torno da movimentação turística do lugar, que virou assim, uma referência, juntou o rio, os peixes, o lugar de natureza linda, né, como vocês falaram, é isso?

Demais, demais, demais. Uma hora dessa você viria pessoas tomando banho aqui na beira do rio, sempre foi um rio muito perigoso, as pessoas aqui avisam que o rio Doce não é local de se tomar banho, que é perigoso tem muitas galerias, muitos já morreram aqui, entendeu? Os mais antigos até fizeram marcas lá, o ponto de pesca até ajudava a gente saber onde tinha o perigo. Daí deu pra arrumar espaço onde famílias iam, faziam um churrasco na beira do rio, tomavam um banho, comprava peixe, pescava também, entendeu? Tinha uma área de lazer linda e bem cuidada os pescadores e donos de cada ponto lá e aí quem fizesse coisa errada de estragar. Itapina perdeu isso também, a princípio, quando a gente foi, assim, o primeiro contato que a gente teve com a Samarco, o que eu justifiquei pra eles foi o seguinte, que a Samarco estava retirando de nós o lazer e o capital de giro, a partir do momento que o rio sujou, o capital de giro e o lazer da comunidade estavam sendo retirados.

A respeito disso, acrescenta ainda Durval:

[...] a história dos pescadores muito contribui com o tombamento, pois quando os profissionais responsáveis pelo tombamento estiveram aqui para reconhecer as áreas, observaram que às margens do rio, os morros mais próximo ao rio estavam bem preservados e é bem nos locais que os pescadores

transitam e isto foi bom para os pescadores. [...] É claro que no início de formação de Itapina não se tinha este pensamento de preservação e os antigos cortavam muita madeira. [...] Mas os pescadores depois do patrimônio parece que ficaram mais ainda cuidadosos com o rio, cuidando do rio, melhora a pescaria e, com o tombamento, passou a circular mais gente, mais turistas e os pescadores se beneficiavam. Mas não é só aqui cuidando que resolveu o problema, aqui é possível ver que é um trecho bem cuidado, mas a água do rio passa por muitos lugares e só não chega mais suja aqui porque passa por trechos encachoeirados e ajuda a limpar.

Durval acrescenta que o processo de tombamento de Itapina como patrimônio ambiental e cultural do estado do Espírito Santo foi importante para os moradores e pescadores, dando ao distrito uma relevância econômica, cultural e social:

Ela virou [a vila] um lugar conhecido no estado todo, no país. A partir de quando eu comecei a entrar nesse assunto, a gente começou com a ideia de fazer museu, e tal, porque o governo veio com a ideia de fazer de Itapina um sítio histórico, legal né? Pra representar o que Itapina foi um dia pro Brasil inteiro, porque foi um dos maiores responsáveis pelo escoamento do café da região, foi Itapina, a história diz isso totalmente né? Então o sítio histórico, ia trazer de volta aquele passado né? Seria sim atrativo turístico né, as pessoas vinham, [...] isto aconteceu em 2010, mas foi no ano de 2011, depois que colocou o sítio histórico, deu um “quê” a mais, entendeu? As pessoas passaram a vir mais sim. Valorizou também o rio e os pescadores e os pescadores começaram a perceber que a movimentação das pessoas trazia mais clientes e eles davam atenção aos turistas e a parte do rio ficou bem mais bonita.

Agora a questão do rio prejudicou mais um pouco, entendeu? Os pescadores estão perdidinhos, cuidaram tanto do rio, para quê? E essas pessoas que estão agora com os seus estabelecimentos parados, como é que tá isso? E aí?

Olha, prejuízo, prejuízo, entendeu? Porque tem pessoas que investiram pra receber o sítio histórico, tem pessoas que movimentaram para poder ter uma estrutura melhor para poder receber as pessoas.

Segundo outro morador, Joaquim, o tombamento possibilitou o desenvolvimento do turismo local e favoreceu o lugar, possibilitando reformas nos casarões e preservação do espaço do rio Doce, que passou a ser utilizado para lazer, banhos de rio, pescaria e travessias. Infelizmente, esse processo foi atrapalhado pelo derramamento dos rejeitos da Samarco. Segundo ele, todos os moradores, e não apenas os pescadores, foram afetados pela poluição do rio:

Sabe que Itapina tem vários motivos para ser visitada e o tombamento deu a ela condição para que os moradores pudessem se apropriarem dessa condição e atrair turistas. Tem casarão antigo que guardam histórias dos imigrantes da época do café e do início da modernidade. Os casarões restaurados e preservados, agora estão como museu, funciona como restaurante, na verdade não é bem restaurante, recebe turistas com as comidas que aprendemos com os nossos avós, além de locais para pouso, como um pequeno hotel colonial. As pessoas que vem pra Itapina, buscam a tranquilidade de vila rural, muitos vem para manter o contato com amigos e familiares que aqui ficaram e o principal motivo é o rio Doce, os turistas, ex-moradores... no geral os visitantes chegam aqui por causa do rio. O rio Doce representa para Itapina atualmente a principal fonte de renda, pois é através dele que a comunidade se mante.

Vou te explicar porque, o rio desde a chegada de nossos familiares, os imigrantes, quando começou Itapina, inclusive chegaram navegando pelo rio, todos faziam tudo incluindo o rio, pescavam para comer e se divertir, não tinha outra opção de lazer a não ser o rio. Estas tradições se mantiveram, banhos de rio, a pescaria e as travessias de barca.

Dois pontos importantes que se destacam entre os

motivos para manter as visitas em Itapina, a pesca e a barca. Irei falar primeiro da barca, pois sem ela praticamente ficamos isolados, a chegada em Itapina é pela BR que vem de Vitória e vai para Belo Horizonte, só que estamos na margem norte do rio Doce, do outro lado da BR, daí todos que vem para Itapina atravessam de barca, um passeio que se inclui no roteiro turístico. Sobre a pesca, a pesca tem vários tipos de pessoas pescando, tem pescador daqui e de fora que vive disso, tem pescador de barranco daqui e de fora, estes são aqueles que pescam na beira do barranco lá na beira do rio com varinha, turista também pesca, acampa nas praias do rio. Todos fazem circular o dinheiro em nossa comunidade, pois utilizam os serviços que oferecemos. Porém, no momento, estamos com a barca parada e a pesca proibida e praticamente voltamos para o isolamento. Agora quem vem a Itapina tem que dar a volta lá por Baixo Guandu, na estrada de chão uns 16 km de distância, dificultou tanto que até o FENAVIOLA foi cancelado. Não foram só os pescadores que sofreram com a barragem da Samarco, nos também, pois ninguém quer visitar o lugar que está proibido de usar o rio.

De acordo com as narrativas é possível constatar que, atualmente, a sobrevivência da população local está ligada às práticas culturais e sociais em função principalmente das tradições dos pescadores à beira do rio e a partir do tombamento. Este processo contribui para manter os moradores de Itapina ativos através do que foi construído e preservado, associado às belezas naturais.

Percebe-se a importância de manter a pesca como fonte de conhecimento e sustento, pois através dela se desenvolve a consciência de proteção e preservação, não só do pescado, mas do ambiente, da cultura e principalmente do saber tradicional.

Para mostrar o quanto as relações de permanência, adaptação e movimento no espaço da pesca, contido em escala local, foram importantes no processo de formação do lugar de memória do pescador de Itapina, deve-se considerar o tempo, espaço, memória e lugar de memória como elementos contextuais que se integram.

Estes conceitos são compreendidos como a história passada entre gerações que dá sentido ao lugar mantido na memória, em que a relação tempo/espaço não são fixos, mas construídos conforme os sentidos, as formas e as coisas que estão em constante transformação.

*Esperamos sempre a verdade, procura-se a verdade.
Mas qual é a verdade, quem fala a verdade.
As memórias e os sentimentos revelam as “verdades”.
A verdade esconde os segredos dos lugares de memórias¹⁷*

Figura 18: O pescador Ozir conta a trajetória da pesca em Itapina.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Encerro essa sessão com a figura 18, que mostra uma fotografia tirada na mesa de refeições, símbolo dos encontros com os filhos e netos dos pescadores para histórias e planejamentos de pescarias. Durante a entrevista, o pescador Ozir lamentou o fim de novas histórias e o planejamento das próximas pescarias:

Sabe agora o que vou contar menina? É sobre esta garrafa aí, com esse rio laranja, tô guardando pra

¹⁷ Poema de minha autoria, escrito especialmente para esta dissertação.

mostrar pra quem quiser ouvir as histórias de como tudo aconteceu. E eu vou falar mesmo, a Samarco deixou este balde entornar de propósito. Agora só dá pra falar do passado, falar de coisas dos nossos pais, avós e de quando podia pescar. Mas eu nunca deixarei de contar aqui nesta mesa as histórias que a gente passava neste rio.

3.6 PESCADORES E MORADORES: ROMPIMENTO DA BARRAGEM

Figura 19: Pescador de Itapina observa o rio Doce.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

*Se eu pudesse te falar o que sinto,
Se eu pudesse te mostrar meu coração,
Se eu pudesse te abraçar,
Mas se eu pudesse mesmo, quebraria teu silêncio devolvendo seu rio¹⁸*

¹⁸ Poema de minha autoria, escrito especialmente para esta dissertação.

A figura 19 é um registro feito durante uma entrevista com um pescador de Itapina, que, emocionado com a perda de sua profissão, não conseguiu falar. A narrativa foi o silêncio de sua fala

A partir das memórias levantadas, é possível perceber que o espaço da pesca foi formado partir das relações sociais estabelecidas envolvendo o homem e seus gêneros de vida na comunidade em que vive. Essas relações sociais se estabeleceram ao longo do tempo, de acordo com as necessidades e possibilidades, envolvendo questões sociais, econômicas e culturais tanto para os pescadores quanto para os moradores. Através delas é possível perceber que os pescadores e seu gênero de vida desenvolveram formas para se relacionarem com o meio, mediante várias influências físicas, históricas e sociais, na luta para superar os obstáculos da natureza e na criatividade para controlá-la e transformá-la.

Dessa forma, os pescadores são reconhecidos pela comunidade como agentes importantes na formação de Itapina. É o que a ex-moradora Dona Dina comenta em sua narrativa:

[P]escador de Itapina você reconhece pelo local de sua pescaria, as famílias que vieram para este lugar muitos anos atrás, as que desceram pra perto do rio se uniram pra mais ninguém tomar conta do rio aqui, cada qual ficou tomando conta de um pedaço. Eles aprenderam tudo ali e os mais antigos eles prestavam mais atenção no rio e inventaram o jeito de pescar com rede, sem rede, com armadilhas na areia, sabiam até fazer simpatia com a pedra da corvina e os moradores daqui tudo sabia quem era quem lá do rio, o peixe que a gente comia vinha deles, comprava na porta de casa quando a gente não ia pescar.

De acordo com a narrativa, o pescador de Itapina e seu gênero de vida representam a cultura a partir da qual se moldou e evoluiu toda a comunidade. Foi a partir da pesca que a vila se desenvolveu, resistiu e se manteve ativa, o que é confirmado pela narrativa do pescador Zé:

Olha só menina, aqui nós temo tudo, a gente vive disso aqui que meu pai, o avô dele e os avós e pais

de todos que vivem aqui. Tem peixe, ou melhor dizendo, tinha né? Tem terrinha pra plantar as coisas de comer, tem galinha e ovo. Temos nossa própria festa, quintal é a brincadeira e o rio também. A gente faz tudo por aqui mesmo, não precisa sair daqui pra nada, remédio é mais na base de chá, o grupo é aqui, o peixe a gente vendia aqui na rua. Tudo mesmo, se tem uma coisa que não tem aqui é roupa e sapato, aí temos que comprar fora.

No caso da organização interna dos pescadores, percebem-se traços marcantes de resistência entre eles, pois eles permanecem no local exercendo suas atividades baseadas em ensinamentos herdados. Com efeito, as narrativas confirmam, na comunidade, esta organização baseada na pesca: a ex-moradora dona Dina por exemplo, considera que “viver sem a comunidade e viver sem o pescador é viver como peixe fora da água”. Já o pescador João descreve nesses termos a importância da relação do pescador com a comunidade de Itapina:

[...] eu não me lembro de quando fiquei um dia sem vender peixe na rua¹⁹, saía da canoa e ia direto pra rua e nem dava conta, os peixes acabavam em pouco tempo. Isso porque era só o pessoal dali mesmo, as vezes até aparecia um ou outro de fora, mais já tinha acabado, faltava peixe.

Eu gostava de vender mesmo pro pessoal dali, era freguês, às vezes pagava na hora, as vezes pagava depois, era garantido, eu nem precisava sair pra outro lugar. [...] [S]im, a venda do peixe fez eu conhecer todo mundo, muitos amigos e inimigos, ali não dá pra viver sem precisar da comunidade.

Na sequência, as narrativas confirmam a relação entre o pescador e a comunidade, que contribuíram para dar sentido ao espaço da pesca herdada, como indica Dona Dina:

¹⁹ Segundo os moradores de Itapina, “rua” é o local onde funciona o comércio da comunidade.

Aqui nunca veio ninguém de autoridade, para cadastrar pescador, para dizer como é que se pesca, muito menos onde pode ou não pescar. Mas também, você vê aí, nem precisa, os meninos lá que pescam no rio, estou falando dos pescadores mesmo, daqui de Itapina, os que aprenderam com seus familiares, estes não precisam de ser ensinados. Mas como você mesmo perguntou, eles são importantes sim aqui, onde já se viu organizar cada um em seu lugar pra pescar, daí não dava confusão nem briga. Uma das coisas que eles ensinaram aqui na comunidade é que pra pescar, você também tem [que] respeitar o peixe, ele tem o tempo certo de ser pescado, senão acaba. Tem mais, eu ouvi dizer que só neste trecho do rio (e tem gente ainda que já se mudou daqui e de vez em quando volta aqui para visitar parente), diz que nunca viu pescar igual aqui, com este tipo de canoa, com esta repartição do rio. Só sei que aprendi a pescar com um deles e se a gente for lá eles ensinam e pode pescar em qualquer lugar.

Apesar da pesca ser uma atividade fundamental para a comunidade, neste momento os pescadores de Itapina protagonizam o vazio de seu espaço de comércio por conta da pesca interrompida, após o rompimento da barragem de rejeitos. A respeito disso, comenta o pescador Zirin:

Tá sendo assim agora, a pia sempre limpa, nem estamos mais usando este lugar, porque não tem peixe. Antes dessa lama aí passar, aqui não dava conta de gente, rapidinho acabava o peixe, era bom, sempre tinha alguém pra conversar, mesmo quando acabava o peixe, as pessoas vinham aqui procurar o peixe e quando não tinha, dava conversa, tinha sempre assunto. Tudo era motivo, muito bom, não era só por causa do peixe, vinha por amizade.

Através da fala do pescador, é possível perceber a pesca como algo cuja importância vai além do ganho econômico, pois ela também proporciona vínculos sociais e afetivos com a comunidade. Em outras narrativas, como a de Dona

Antônia, confirma-se o que foi dito no relato acima, sobre a importância da relação estabelecida entre a comunidade e a pesca, ou ainda entre pescador e os outros moradores:

Aqui todo mundo pesca, nem precisa ser de família de pescador, tô falando dos pescadores lá que se organizam no rio, estes sim, são os nossos pescadores, que a gente compra peixe. Mas eu sempre estava lá quando podia, lembro quando era criança, ficava lá com uma peneirinha pegando as Piabas. Mas todo mundo se mete a querer pescar aqui, é o nosso lazer. Os pescadores são os nossos fornecedores de peixe de verdade, eu comprava peixe só daqui mesmo, nunca nem comi outro peixe. Agora você sabe né, não como um peixe bom desde a tal da lama, daí os pescadores agora estão sem destino e nós sem peixe, mas a gente continua aqui trabalhando pra comunidade, não sei até quando.

Na narrativa de Antônia, é possível perceber que mesmo os membros da comunidade que não pescam profissionalmente mantêm vínculos com os pescadores, não só através do consumo do pescado, mas também pela convivência direta, para tratar dos assuntos pessoais e da comunidade.

Então, é possível observar que entre os pescadores e a comunidade se estabeleceu um diálogo permanente entre gerações, a fim de reforçar a importância de se preservar a pescaria e o comércio de peixe em pequena escala. Esse diálogo exercido entre gerações conduz ao reconhecimento do pescador e de seus gêneros de vida pela comunidade. Porém, o ocorrido em 2015 vem preocupando a todos e comprometendo esse vínculo, o qual mantém a comunidade viva. É o que aponta a fala de Ferrugem:

[E] agora que o rio sujou as pessoas temem a vir, como é que eu vou pra um lugar que eu vou pra pescar se eu não posso pescar mais, como vou pra um lugar que tem peixe pra comprar se eu não posso comer o peixe?

A partir dessa narrativa, é possível constatar o impacto causado na comunidade

após a passagem dos rejeitos que poluíram o rio Doce. O relato do pescador Zirin, por exemplo, indica a perda econômica causada pelo rompimento da barragem de Fundão: *“Estamos vivendo com o que dá, sem pesca, sem banho de rio, sem o turismo, o peixe agora é só lembrança”*. Com seu futuro interditado, por causa da poluição do rio, a comunidade agora se volta para o passado, a fim de encontrar nas memórias uma forma de significar o presente esvaziado de sentido. É o que mostra a fala de Ferrugem:

[...] talvez se a barragem não tivesse rompido, se os pescadores tivessem pescando ainda eu mesmo não teria percebido que história é essa, com tanta coisa pra contar e como foi importante pra Itapina.

A narrativa de Ferrugem mostra que a perda com a poluição do rio Doce não foi apenas econômica, mas também cultural e afetiva, pois toda a vida da comunidade se interrompeu por conta do rompimento da barragem de Fundão. Segundo os pescadores de Itapina, o pior problema envolvendo o derramamento dos rejeitos de mineração no rio foi a perda da água para o consumo pessoal, seguido da interrupção da pesca. Tratarei inicialmente da falta de acesso dos moradores à água para consumo próprio, pois foi a primeira preocupação que todos os habitantes que moram às margens do rio Doce demonstraram. Entre eles, podem ser citados não apenas o povo de Itapina, mas também moradores de outras regiões banhadas pelo rio Doce, como dona Geni, residente em Regência, no município de Linhares, próxima à foz do rio Doce:

Sem a água eu não vivo, sem o rio Doce a minha vida parou, só restou as lembranças e histórias que não irei parar de contar, do rio que me criou e criou meus filhos, herdei de meu pai e minha mãe, tudo que sei sobre o rio e ensinei pra meus filhos.

De acordo com o relato de Dona Geni, a contaminação do rio Doce afetou a principal fonte de água potável de milhares de pessoas, um problema que é mais grave e mais urgente do que todos os outros causados pela poluição (como a interrupção da pesca, do turismo e dos banhos de rio), pois sem água potável, o ser humano é incapaz de sobreviver.

*Sem água o homem
não vive, do peixe a
água depende,
sem peixe não há água e nem pescador...*²⁰

Figura 20: Morador do rio Doce indo buscar água para consumo.



Fonte: Acervo pessoal da autora

A figura 20 representa o absurdo da situação a que chegaram os moradores às margens do rio Doce, os quais, sem poderem recorrer às águas fluviais, foram brigados a buscar outra fonte de água. Por sua vez, as águas do rio vêm descritas

²⁰ Poema de minha autoria, escrito especialmente para esta dissertação.

com muita tristeza na narrativa de senhor Pedro, que representa as “vozes do rio”²¹:

Você não sabe, menina, eu e todo mundo aqui do rio Doce estamos sem ter pra onde ir, nunca vi coisa igual. Pensa bem, não tem nenhum ser que vive sem água. A água do rio Doce tá suja e não é sujeira de gente, esgoto é coisa brava, que causa doenças, não resolveram nada sobre o que irão fazer pra gente pelo menos ter água, porque nosso rio Doce... já estou conformado com a destruição, mas temos que ter outra fonte de água. Veja bem, o que vocês não estão entendendo é que, não estamos mais nem pensando na questão do rio poluído, mas como iremos viver sem água, sendo que a nossa fonte de água é o rio?

A narrativa do pescador, em forma de desabafo, revela a falta de perspectivas diante do estrago social e ambiental provocado pelo rompimento da barragem, já que a água, considerada pelos pescadores como fonte de vida, hoje se apresenta como fonte de impotência e prejuízo. Continua Pedro:

Nós estamos sem água e sem condições pra ter água, alguém da Samarco tem que vim aqui resolver isso, como a gente vai pegar água se o rio era a nossa água?

[...] a Samarco não tá dando água pra nós, aqui não, nunca deu, nós compra água. [...] [A] prefeitura aqui que tá vindo com a água já de fora, mas ela tá fazendo por conta própria. A Samarco não tá ajudando em nada. Tem uma... que eu tô falando pra você... aí essa água que eles tão dando aí, não pode beber, porque se quiser beber tem que comprar.

As narrativas apresentam fatos que causaram transformação na vida das pessoas e que refletem, até o momento, o cotidiano atual dos pescadores e moradores de Itapina. O relato do pescador Zirin confirma todo esse processo de perda vivenciado após a passagem dos rejeitos:

²¹ Assim indico todos os moradores das margens do rio Doce que, inspirados na indignação por conta do rio poluído, produzem narrativas incomuns de reivindicação, diante da invisibilidade que vivem.

Água cheia de minério é um problema, não dá pra beber, isto não se resolveu ainda, tá com sujeira desde da passagem da lama, lá em 2015, no final do ano. Continua assim, não vem ninguém nem de estado, nem de Samarco e a gente tá sem solução. A água do rio servia pra nós em tudo, a gente usava dentro de casa, quando aconteceu nós ficamos tudo sem água e quem podia comprava água mineral, tinha gente que fervia a água e usava assim... teve gente que ia de carro lá pra dentro e buscava água de outro rio, a Samarco mandou gente dela aqui pra ver coisa de furar poço e assim o pessoal aqui foi se virando, sem água, menina, foi difícil, muita gente saiu daqui e foi pra casa de parente. Agora tem gente que já tá usando a água do rio, o seu primo mesmo, molha as plantações, os animais estão bebendo a água do rio e sem a gente saber se vai dar alguma coisa. E tem mais, quando chove parece uma poeira vermelha por cima da água, da cor de ferrugem e como a gente vai fazer pra beber esta água? Não dá né?. A sorte que nós temos o rio lá de cima e choveu esse tempo atrás aí e tá dando pra abastecer aqui. Foi difícil, não gosto de lembrar, eu e minha mulher ficamos até sem tomar banho, o pessoal aqui passou aperto, sem água pra beber, os mais humildes não tinha como viver aqui, a Samarco demorou a dar os galões de água e ficou muita gente doente sem água, um pesadelo.

Durante a pesquisa de campo, no ano de 2018, percorri trechos do rio e estive com pessoas que lamentavam o sofrimento causado pela falta de água potável e que levantaram uma questão importante, a saber, a ruptura repentina das práticas exercidas pelos pescadores e estabelecidas ao longo das gerações. A narrativa do pescador Zirin, por exemplo, revela o lamento com a possível perda da história dos pescadores, de suas tradições herdadas, pois, com a poluição do rio, a retomada da atividade da pesca em Itapina torna-se bastante incerta:

Sou pescador amador também. Antes dessa água da Samarco chegar aí, eu pescava. Antes da lama. É, da lama, depois da lama eu não pesco não porque eu

não tenho coragem de comer o peixe, se eu pegar eu não vou achar pra vender, né? Ninguém quer comprar.

[...]

Agora se for pescar tem muito peixe, mas quase ninguém tá pescando, tem alguns que tão aí teimando e tão pescando ainda, mas eu não tenho coragem de comer o peixe do rio Doce ainda não. Nunca fiquei sem pescar, pescava com meu quando bem criança, depois de grande também. Mas desde a idade dos vinte e poucos anos eu pescava no rio Doce com pescador de verdade. [...] eu ia pescar direto, hoje mesmo se não fosse essa lama [...] eu tinha ido pro rio Doce pescar.

E tem mais: tinha cliente pra tudo que [é] lugar em Itapina, vendia pra fora. Não ia pra fora, eu não, eles vinham aqui, vinha de Guandu comprar, vinha também muita gente de Vitória, feriado que tem na Grande Vitória, eu vendia pra eles. Eles levavam. As vezes no Guandu, Colatina. Eles levavam. Eu mesmo pra sair eu nunca sai, meus peixes eu vendia tudo na porta de casa aqui praticamente, quase. As vezes até ali dentro de Itapina mesmo vendia, passava ali, igual pegava um pacumã, pacumã é peixe murcho, que tem no rio Doce, tinha vez que eu pegava pacumã de 4,2kg e não chegava com ele em casa não, o cara chegava: “só limpa aí e traz pra mim, pesa aqui, limpa e traz” (risos), não chegava com ele em casa não.

Eu pesco de barco, pesco de molinete, pesco de rede. Não tem uma forma fixa não né, poque nós aqui aprendemos pescar com os antigos e a gente segue igual, só que os antigos não tinha motor no barco. Além disso, você sabe né, eu tenho um ponto de onde eu pesco, pra pescar de rede eu tenho um ponto onde eu pesco. Meu ponto é divisando com o Marquinho e o Nelso daí, dali em cima. Você viu lá quando vocês desenharam né, a divisão é na água. É. Eu com o do Marquinho e o Nelso. Meu ponto ali, de pesca lá.

Os antigos fizeram este acordo pra não dá briga e pra pescar nos lugar menos perigosos do rio. Você ouviu eles contando e a gente continua, mas não por causa do perigo... é porque a coisa não respeita o outro, de molinete você pode invadir o ponto do outro e pescar, só que aqui tem um respeito... e de rede, ninguém arma uma rede no ponto do outro né. Num é... eu sei que não é proibido, mas nego tem um respeito e ninguém põe a rede no ponto do outro, né? Cada um respeita o outro. Os antigos nem vara podia no lugar do outro. E no meu lado, posso armar, igual eu, boto o meu lá e se pode armar até vinte redes se eu quiser, vinte, vinte e cinco redes, No meu ponto só eu pesco, de rede mas a gente segue a piracema pra não prejudicar os peixes. Agora das seis famílias que tem terreno no rio só arma rede três dos nossos.

As redes que a gente usa é de fundo, pra pegar os peixes maiores e a boieira eu prefiro de longe, você vê. Eu tenho a rede de sardinha, de 80 metros, de comprimento, que tá ali, tenho outra rede... Agora a pescaria de molinete. aí eu uso meu motor. É pequeno, eu uso no barquinho é a canoa antiga com motor. Mas o barco estragou, na lama, talvez já tava meio estragado mesmo, né? Aí eu nem reformei não e foi de água abaixo embora, junto com a lama.

Foi meu barco e foi outras canoas rio abaixo e tem mais: eu vejo comentário, igual fala mesmo que em um prazo de dez anos não recupera o rio Doce, né? Eu acho que o seguinte: no fundo do rio tá a lama agarrada, porque se tem uma enchentezinha vai mexer com a lama e vai avermelhar a água tudo de novo. Porque a água do rio Doce sujava com enchente, mas com poucos dias ela limpava, [se] parasse em Minas. Ela não, demorou uns 6 meses pra limpar essa água. Limpar não. [...]. Ela não limpou ainda, se vê que não tá chovendo e ela tá com aquela cor esquisita ainda, né? Então, se não fosse aquela lama amarela, essa água tava clarinha, você enxergava o fundo, e não tá enxergando.

Estou sentindo falta do rio, essa lama do rio, não tem

como pescar, né? Não tem como se divertir. Hoje, por exemplo, é feriado eu e minha mulher ia pra beira do rio mesmo, acampava, ficava 3, 4 dias. Se tivesse liberado a pesca pra gente comer o peixe, eu tinha ido acampar e comia moqueca nossa. Só vinha aqui de noite, na festa, um pouquinho e voltava. Eu ia em frente ao Nelson lá e ficava acampado 3, 4 dias e aproveitava o movimento da pesca pra vender o peixe.

E vou te contar, não é só pra sobreviver não, eu e a minha mulher gostava de pescar. Nossa, ela gosta demais de pescar (risos). Os molinetes estão ali enferrujando (risos). Eu pescava com força. À beira do rio, você evita o povo de ficar em boteco, a minha mulher gostava mais de pescar do que eu, quase. Ela também, doidinha pra pescar e não tem como. Ela mesmo gosta de peixe e não tem coragem de comer o peixe do rio.

A gente sempre comeu peixe: peixe é... não direto né, que enjoa, mas peixe se come uma vez por semana, de oito em oito dias, duas vezes por semana, todo dia não. Foi ontem mesmo que eu comprei um peroá, comprei lá em Marilândia.

Antes não imaginava comprando peixe. Não... Nunca não, é ruim de eu comprar peixe hein, eu pegava um monte, pegava e vendia.

Meus meninos? Pegavam, que hoje ele mais que pesca, ele ali de camisa. Criei eles tudo com pesca e o de camisa branca pesca, o outro quando tava em casa pescava também, o outro que é policial, só que agora ele trabalha fora, mora em Aracruz e trabalha em Colatina, então não tem como ir pescar né, mas quando ele, antes de empregar, ele saía pra estudar e pescava pra caramba, era o melhor costinha pra remar. Tudo que a gente queria é saber o que está acontecendo com o rio e agora só tem história pra contar e deixa escrito aí, menina, pra o povo saber que os antigos ensinou a gente a pescar neste rio perigoso e agora a gente não vai poder

ensinar. E o rio Doce a lama acabou com ele, porque a gente ia pescar, pegávamos peixe, hoje não, tô comprando peixe da água salgada

É possível perceber nessa narrativa a importância da pesca artesanal não só como fonte de sustento econômico, mas também como parte do processo de construção do espaço: por meio dela, a trajetória traçada entre o homem, o rio Doce, o saber tradicional, a interação com a natureza e as memórias afetivas se combinam para produzir o lugar de memória da pesca em Itapina, que agora vivencia a incerteza quanto à continuidade de transmissão da herança recebida, como indica a fala do pescador Marco, citada mais acima²².

São histórias que se repetem e que expressam o sofrimento de quem esteve inserido num processo histórico, construído durante décadas e que nunca poderia imaginar ficar sem ter autonomia de seu próprio espaço. É o que afirma também o pescador Zé, quando compara a fartura da pesca no passado à escassez atual:

Eu não pesco igual eu pescava né? Mas eu já tive casa em Vitória, já comprei casa em Colatina aqui. Tudo com o dinheiro de peixe, nunca foi dinheiro de outra coisa. Tudo dinheiro de peixe. Eu tirava uma média por semana R\$ 900, R\$ 800 real, R\$ 1.000. De primeira, eu saía daqui e ia até Linhares, Regência, Povoação. Tudo pra poder pescar.

Eu pesco com rede, eu pesco de anzol, só não pesco de tarrafa. Pesco de espinhel... Agora passa a rede e nada. Nada onde você pega um peixe, um peixinho que você pega pelo acaso aí esse peixe quando você abre ele assim, com uma meia hora que você deixa ele no seco, ele fica tudo mole. Eu tenho quatro mês, cinco mês, que eu como peixe todo dia, e eu não comi um peixe ainda. Não comi porque eu tenho medo. Ele estraga logo. Porque de antigamente, quando eu pesquei, não, quando eu pesquei não tinha essa aí, que eu pescava. Nós saía daqui até a divisa de Linhares por ali pescando que eu tinha um bote pros meus material que eu tenho aí tudo. Aí nós botava um peixe de manhã e ficava até de tarde pra

²² Cf. p. 101

trazer e botar no freezer, na geladeira, não estragava não. Mas agora, quando você pega ainda... Que não tem. Você tá pensando que tem peixe? Quando você vê um cardume que sobe do mar, que ele sobe né? Quando ele chega por ali assim, não dá tempo mais [para] subir, aí eles morrem logo.... Eles morrem. Não aguenta a água... A água, você vê a água por cima assim, a água não tá suja, ela não tá suja. Ela tá com a cor laranja... Vermelha, de laranja, cê entendeu? Ela não limpa mais do que aquilo, não sei porque. E você bate no fundo do rio assim ó, você vê o rejeito do minério que sobe pra cima, aquele... rejeito do minério né. Aquele pó vermelho.

Prejudicou a piracema da curimba por exemplo, quem comer a curimba tá morto. Quem comer esse peixe do rio aí, ó. A curimba tá toda contaminada [...]. Eu sou pescador antigo, conheço o que é peixe, tem sargento do IBAMA aí, tenente do IBAMA, coronel do IBAMA, ele não conhecem nada o que é de peixe, quando o peixe sai da lagoa que o rio tá abaixando né, aí eles descem do rio a baixo da lagoa vem pro rio Doce. Os da lagoa desova no rio Doce, e os do rio Doce desova na lagoa, aí eles vem pro rio Doce, topa esse rejeito de lama, o peixe que come o barro, que é a tainha, a curimbatá, tem um outro peixe que come a lama também, o cascudo... não tem mais, morreu tudo. Aí eles comem aquela lama e morre, aí os que vem boiar aqui vai boiar lá pra baixo.

Os que vem de Regência eles sobem do mar. Sobe o robalo, sobe a tainha, sobe corvina, sobe o bagre, que eles chamam aqui de rabo seco, é o bagre. Sobe. Nem isso não tá subindo mais. Eles sobem mais não guenta.

Antes da lama aqui eu pescava lagosta, robalo, pacumã, que dava muito, não deu mais nenhum, ah... morreu tudo, que aqui peixe morre e não boia. Aqui... Pacumã, lagosta, a sardinha que pegava demais. Que agora era hora de nós vender aí, vendia

ai por semana 500 quilos, 300 quilos, toda semana. Ninguém, olha ninguém veio comprar um peixe mais aqui. Ninguém. Tem esses quatro, cinco meses que começou aquilo lá, ninguém veio procurar um peixe mais. Ninguém tá pescando também. Eu de vez em quando experimento pra ver, que eu gosto de experimentar pra ver, mas nada.

E antes da lama. Ah... representava muita coisa o rio aqui, nós tinha o peixe, nós tinha área pra nós tomar banho, nós tinha a moreia toda ai, vinha muita gente pescar, aquela moreinha que dá no rio Doce assim ó... cadê? não tem mais uma. Nada. Não tem mais nada.

E agora o que eu penso? É indenizar o povo, que é pescador daí, que eles não tão caçando esse problema não. Já falei pra eles uma porção de vezes, eu não sou ribeirinha não, eu sou pescador [...]. Mas eu tenho meu material de pesca aí, tá tudo empatado aí, olha: motor parado, rede parada. É de quinze... É de dez a quinze anos que vai ficar isso aí ó, falou no jornal.

E tem os filhos que pesca também, o Domingos, a menina que é pescadora, tem o Flávio também, três filhos que vivem da pesca, ensinei tudo pra estes meninos aí, eles pescam igual meu avô, a gente só botou um motor no bote, bote é canoa.

Nunca eu vi. Na minha vida não. Um desastre desse nunca. O desastre foi que acabou com o peixe aí, você tá pensando que tem peixe aí mais? Acabou o peixe. Acabou. Eu sou pescador há 65 anos pesco, eu nunca trabalhei um dia pra ninguém, pode procurar aonde for que eu nunca trabalhei um dia pra ninguém, só pescando. Agora.... Matou o rio Doce né, morreu. O peixe acabou. Matou o peixe todinho essa água.

As narrativas mostram a trajetória da pesca inserida no processo de formação do lugar, com contribuições relevantes para a preservação de Itapina. Como lugar de

memória, o distrito manteve as histórias dos imigrantes que aprenderam a pescar, de seus descendentes, que seguiram com seus ensinamentos e ainda buscam condições favoráveis para sua permanência no local. Portanto, os danos para a comunidade são irreparáveis, pois comprometem não apenas toda a trajetória dos pescadores, significada por meio de suas relações com o rio (intermediadas pelos pontos de pesca, pelos petrechos adequados, pelas fases da piracema, pelas espécies de peixe que estão no rio e, principalmente, pela preservação do rio Doce), mas também afetam todos os moradores de Itapina. Com efeito, como aponta a fala de Durval, a pesca movimentava toda a comunidade, direta ou indiretamente:

Eu costumo dizer o seguinte, que os rejeitos da Samarco deram um prejuízo de capital de giro pra nossa comunidade, eu vou falar, assim, de Itapina né, o que aconteceu em Itapina. A partir do momento que esses rejeitos foram chegados na nossa comunidade as pessoas foram proibidas de pescar, e fazer os trabalhos que faziam normalmente no rio. A comunidade perdeu aquele capital que girava na comunidade do rio, da pesca, da gente. A gente tinha pescadores daqui que vendia o peixe na comunidade e ainda para os de fora... vinham pra cá todos os dias, todos os fins de semana e acampavam aqui dentro de Itapina, dormiam aqui em pousadas, almoçavam aqui, não em restaurantes, porque aqui nós não temos restaurantes, mas tem pessoas que fazem marmitex, fazem uma comida ou outra e comprava os peixes dos nossos pescadores. Essas pessoas vinham para cá comer, vinham para cá tomar uma bebida, alguma coisa, o porto da balsa ficava cheio e esse povo vinha pra cá e consumia, então esse pequeno... essa pequena movimentação que ocorria aqui trazia um capital de giro para a comunidade. E esse capital de giro ele sumiu com a degradação do rio. Essas pessoas pararam de vir, eu não tenho coragem de comer um peixe, eu não tenho coragem de comer um camarão, uma lagosta que saia desse rio, por quê? Porque tá sujo. Então a partir desse momento, as pessoas, assim, os próprios moradores que tomavam uma cachacinha, buscavam o peixe no rio pra ter um dinheirinho na mão pra tomar uma cachaça, não tem mais. E isso pouco a

pouco vai prejudicando a todos, desde o pequeno ao grande aqui dentro, né? A pessoa que tem um bar, uma pensão, ela não tá mais recebendo esse benefício das pessoas e dos pescadores, porque as pessoas não vem mais visitar Itapina porque temem ao rio, temem ao peixe, eles tem medo dessa situação, entendeu?

O episódio reconhecido como crime ambiental reviveu na comunidade as memórias guardadas, pois a sensação de perda ativou as reminiscências e revelou os conteúdos mantidos como lembrança pelos moradores. Porém, como já foi mencionado os pescadores de Itapina ainda não tiveram voz ou, melhor dizendo, suas histórias ainda não haviam sido contadas. As narrativas a seguir compõem esse quadro e reforçam o que é mais importante para os pescadores, a saber, suas vidas construídas em meio às tradições herdadas. Por isso é dado tanto valor ao espaço da pesca construído. Assim, mesmo com toda dificuldade vivenciada, os pescadores buscam alternativas para compensar a interrupção da pesca. É o que Zé afirma em seu relato, quando fala que seus filhos estão buscando outras atividades para ajudar na renda da família:

Pois é, tem pescadores aí que choram ao ver o que que houve aí, entendeu? São pessoas que viviam, que viveram né, cresceu, construiu suas casas, suas famílias tudo na base do rio, e agora não tem mais isso daí, eu sinceramente não sei, a gente aguarda o que que pode ser feito, mas uma previsão... infelizmente a única previsão que eu tenho ela é ruim, a previsão que eu tenho é que esse rio vai demorar de cinco a dez anos pra ficar limpo, e aí sim as pessoas vão poder voltar ao que era antes, mas agora a gente já não sabe nem se vai ter água daqui até lá, então é complicado, infelizmente perspectiva a gente não tem nenhuma.

[...] [O] menino ali embaixo, que ele disse que ele gosta de pescar e tudo, mas agora ele não tá conseguindo, ele consegue tirar uma coisa ou outra, mas que não tem mais aquela quantidade dos peixes, também ele tava com medo dessa coisa da água, o ponto de pesca não serve de nada por enquanto, só

é mesmo pra dizer que existiu da família que ganhou e cuidou ali. E enquanto a gente não pesca, teremos que ver aí como vai ficar, meus filhos tão fazendo bico em Colatina, a menina inventou coisa aí de comer pra vender na escola.

Apesar de tudo, o pescador ainda acredita no retorno de sua atividade; porém, o prejuízo causado pela pesca interrompida, que afetou todas as atividades econômicas locais (pois a pesca é uma das principais fontes de renda da comunidade, direta ou indiretamente), gera bastante incerteza, principalmente entre os turistas. Nesse sentido, Ferrugem faz um comentário parecido ao de Durval sobre o impacto que o fim da pesca teve para a comunidade:

O povo tem medo, é o que eu te falei, quem vem de fora não come, não adianta, não adianta você ir lá, pegar um peixe bonito que for, a pessoa sente um receio de comer aquele peixe, e a gente não pode falar nada, porque a gente não sabe o que tem lá, uns dizem uma coisa, outros dizem outra, a gente sabe que tem rejeitos, e rejeitos de minério são metais pesados, a gente sabe que podem fazer mal pra saúde. Ontem mesmo que recebi uma proposta, o rapaz falou assim: olha tem uma lagosta aí e tal, nós pegamos três quilos de lagosta, quem vai pegar? Eu não vou pegar, porque eu sei que não vai ter saída entendeu? Aí você vê como é o comercio da região? Esses três quilos de lagosta que o rapaz pegava aí eu pegaria por R\$ 300,00 e eu faria dez pratos de moqueca à R\$ 70,00, R\$ 80,00 cada um, aí que vem o capital de giro da região, eu já botaria um lugar pra servir, uma pessoa pra limpar, outra pra servir, e aí eu teria aquele capital da região, isso daí eu não tenho mais, e perspectiva pra isso infelizmente eu não tenho, só tenho medo agora, só receio... o que a gente procura fazer agora é beneficiar essas pessoas que estão sem nada, que dependiam do rio, entendeu? Não é só isso, não é somente os pescadores, entendeu? O cara ali que é comerciante, ele tem bar, sou eu que pegava o peixe desses pescadores e saía pro interior pra vender, são essas pessoas do interior que recebiam o peixe por um

preço barato e não recebem mais, precisam ir nas grandes cidades, pegar peixes de postos, entendeu? Então é uma grande teia né, o problema maior tá aqui, mas toda a comunidade em si, todo o cerco está sendo prejudicado por isso e é triste de ver, Itapina tudo se perder, e agora o único que resta, também se perde, é difícil de se ver, um desastre lamentável, a comunidade sofre com isso, não só a comunidade como todo o entorno acaba perdendo com isso aí, entendeu?

Assim, o crime ambiental estancou a principal fonte de sustento de toda a comunidade e gerou grande incerteza quanto à continuidade do turismo na região. A pesca artesanal está provisoriamente interrompida, mas, ainda assim, o pescador tenta abrir caminhos, acreditando no retorno à normalidade, conforme declara João: *“por enquanto não posso pescar, mas meu ponto fica ali, aguardando o rio voltar”*. Entretanto, é importante destacar que as comunidades que viviam à beira do rio Doce já eram afetadas pela poluição do rio muito antes do crime de 2015, como indica Durval:

[E]u tenho em casa guardado, talvez vocês até queiram, um litro de água de antes e um litro de água depois que a Samarco sujou o rio, a água já era sujo, a Samarco passa aqui todos os dias depositando minério nesse rio, esse pó de minério, você chegava na beira do rio, você pegava na areia e você via que não era areia pura, era areia e minério, então sujo o rio sempre esteve, acontece que a Samarco, assim, digamos, coloriu o rio, e esse excesso de lama, acabou matando alguns peixes, e deu esse receio das pessoas a consumir o peixe, mas isso já era previsto, que essa situação ia acontecer, que o rio ia totalmente, digamos assim, sujar totalmente, e ter prejuízos, entendeu? A Samarco só adiantou o que estava por vir, então aquela pessoa que depende pra comer, depende pra sobreviver, ela vai lá e vai pescar, ela não tem nada a perder, infelizmente se a saúde dela for afetada, ela vai fazer o que? Ela vai morrer de fome de qualquer jeito, se não for pescar [...]. Não só aqui, mas em toda região também existem pessoas que dependiam totalmente do rio. Existem

peessoas ribeirinhas que bebiam essa água do rio também, então são essas pequenas pessoas que são realmente prejudicadas né, e sem falar da festa da comunidade, o festival da viola, que acontece faz dez anos e não irá acontecer, porque não tem um peixe pra vender, não tem uma moqueca pra servir, como eu disse eu tenho lagosta, tal, tudo pra poder servir, mas quem come? Então isso daí acabou.

Os relatos mostram a perda econômica sofrida a partir da poluição do rio, já que ele ocupa uma posição central na vida da comunidade ribeirinha, ajudando a sustentar praticamente todos os moradores de Itapina. Segundo Durval, aproximadamente duzentas famílias sobreviviam diretamente da pesca ou de atividades relacionada a ela:

Olha, o meu papel na comunidade é pra dar um apoio. Eu tive oportunidade de ter um estudo um pouco a mais, minha família já é de nome na cidade, entendeu? Então a gente tem, assim, uma obrigação de ajudar, [...] a gente teve com a Samarco em uma reunião, pra poder beneficiar as pessoas que foram afetadas primeiramente, só que não é o bastante, como eu disse, a Samarco por enquanto só beneficiou os pescadores, quem tem carteirinha, quem tá legalizado, quem tá tudo certo, mas aquelas pessoas que... os pescadores de barranco, digamos assim, que ia no rio pegar um peixinho pra poder vir na rua vender e ter vinte reais no bolso pra comprar o seu arroz de cada dia, os pescadores lá da divisa do rio eles também não tem documento que diz ser pescador. Tem bastante gente assim. Olha hoje, eu tenho aqui dentro 600 moradias, mais ou menos 400 pessoas morando aqui perto do rio diariamente. E não digo em fins de semana, em festa, porque tem muita gente que tem casa aqui e mora fora, então só tá aqui em finais de semana, ou em feriado, mas digamos assim que Itapina tem uma população de 600 pessoas hoje, eu diria que 200 dependiam do rio.

Mas os prejuízos vão além da perda econômica. A destruição do rio é também a destruição da própria identidade cultural da comunidade, como indica a fala de Zirin:

[...] [E] as vezes me pergunto, quem sou eu? [...] [Q]uando vieram aqui saber quem pescava, contaram a dedo. Mas não perguntaram se a gente só sabia fazer isto, pescar, nem quem ensinou a gente e [há] quanto tempo fazemos isto. É que pescar não é só ir lá no rio e pegar o peixe. Pescar é trabalho duro, tem que ter material, força, conhecer, saber a hora de ir, saber a hora de parar, senão acaba.

Meu pai até já dizia, se a gente montasse um grupo ia faltar cadeira, porque o que tem de gente querendo aprender a pescar igual nós. A pesca pra nós é mais que vender o peixe, é viver ali na beira do rio com o que a natureza trás de bom.

Mais quer saber o que aconteceu? Eles vieram aqui, ouviram nossas histórias e não fizeram nada. Agora, você acha que este pagamento aí que eles estão dando é igual tudo isso que perdemos? Parece até que, eles ouviram a gente falar e não escutaram nada, parece que não estão enxergando a gente.

A figura 21 representa a perda econômica e principalmente afetiva que o pescador Zirin fez questão de mostrar durante suas entrevistas:

Olha pra você vê, moça, quem é que vai pagar outra rede igual a esta? Não tem nem preço, sabe por quê? Foi feita por mim e minha mulher, deu muito trabalho e agora toda suja.

Outra questão levantada pelos moradores foi a falta de qualquer tipo de identificação referente à prática exercida, o que dificultou o recebimento do auxílio emergencial proposto pela Samarco. O trecho da narrativa do senhor Ozir, mostra como a “carteira de pesca” era irrelevante para o reconhecimento deles como pescadores. De fato, os pescadores mais antigos não tinham qualquer documentação que comprovasse legalmente a autorização para o exercício da pesca:

Mas que eu me lembre, nenhum tinha registro de pescador, eu que tirei porque na época lá, depois da enchente de 1978, fui para Vitória ficar um tempo trabalhando no comércio com um parente e

consegui tirar minha carteira de pesca. [...] se dependesse de alguém vim aqui pra registrar pescador, nunca eu ia ter minha carteira de pesca e os pescadores também nunca deram importância... eu até dei informações sobre onde tirar, mas era muito difícil, tinha que ir lá em Vitória, tinha que ter documentos e muitos não tinham dinheiro nem pra pagar passagem e muito menos documentos. [...] por isto que quando fala que tem pescador em Itapina ninguém acredita, tanto que isto deu problema com a Samarco, pra receber a ajuda tem de ter carteira de pescador e os pescador aqui são pescadores de longas datas todo mundo daqui mas nenhum tem documento.

Figura 21: O pescador Zirin mostra sua rede tingida de laranja pelos rejeitos de mineração.

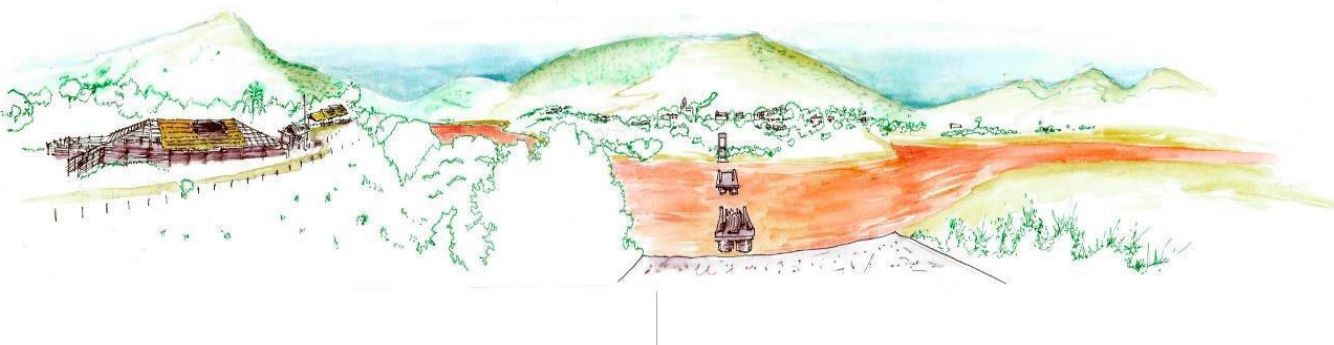


Fonte: Acervo pessoal da autora

De acordo com as narrativas acima, após o rejeito de mineração passar por Itapina, a comunidade sofreu perdas econômicas e afetivas, mas principalmente vivencia a incerteza de sua continuidade.

*O rastro da destruição
está na memória do sustento entre gerações,
se dele vem
os ruídos do explorado, os ruídos do responsável e do irresponsável...
por meio dos ruídos responsáveis na lógica do irresponsável a memória se apaga.*²³

Figura 22: Representação gráfica da passagem dos rejeitos de mineração.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

O trabalho interrompido por conta das incertezas causadas pela poluição do rio (figura 22) faz com que as vozes se desdobrem em apelos reivindicando respostas. Neste caso, é inevitável destacar aqui a fala de Zirin, que faz eco a milhares de trabalhadores do rio Doce:

Você lembra menina, quando seus tios desciam com a tarrafa à noite, voltava bem tarde numa farra que só, era muito peixe. Passavam a madrugada toda limpando, separando e ainda as piabinhas virava tira-gosto. Nós aqui até gostava deles com a gente, alegrava o nosso trabalho duro, nós é que ficava o dia

²³ Poema de minha autoria, escrito especialmente para esta dissertação.

todo na canoa e quando dava a tardinha o nosso tava garantido, e era muito peixe, sobrava até para os seus tios. Agora? Ainda tem peixe, o duro é saber que tem peixe e o que acontece é que ninguém informa qual é o problema causado pela sujeira. Estamos sem trabalhar, muitos de nós, principalmente os mais velhos só sabe é pescar e sem trabalho o homem não vive.

Divisor de águas na vida social e ecológica, descrito acima com pesar, o derramamento de rejeitos no rio Doce indica a irresponsabilidade do Estado e das empresas privadas, que até o momento das pesquisas de campo realizadas no ano de 2018, fazem com que os moradores de Itapina ainda hoje busquem respostas. É o que mostra a fala da pescadora Joana:

Eu estou aguardando até hoje alguém do meio ambiente, quando é pra vim aqui cobrar a carteirinha de pesca da gente eles vem, quando é pra proibir coisa de pescaria eles vem, mas agora que a Samarco protegida deles aí eles não vem ver a gente não que estamos tudo prejudicado aqui, quem vai pagar o prejuízo do rio sujo, dos peixes mortos e da gente sem trabalhar, o Então não tem pessoas aqui que podem fazer grandes estruturas e fazer rapidamente, mas as pessoas foram se adaptando, montando uns espacinhos, como eu te falei... “Ah, eu não posso fazer um restaurante”, mas eu posso colocar na minha varanda duas cadeirinhas que vai atender duas pessoas pra almoçar ou jantar, amanhã ou depois essas duas cadeirinhas podem virar três, quatro. Então as pessoas foram adquirindo essa ideia e foram tentando modificar, só que a partir do momento que houve os dejetos da Samarco no rio Doce, as pessoas parecem que ficaram com medo de chegar na nossa região, entendeu? E isso acabou prejudicando o nosso foco local, as pessoas que investiram, as pessoas que esperavam esse retorno não tiveram, não estão tendo né?

A narrativa mostra o reflexo do ganho econômico e o descaso ambiental e social, principalmente relacionado a perdas que são maiores nas pequenas comunidades.

Foi o que ocorreu no rio Doce, pois sua poluição provocou perdas irreparáveis em muitas vidas, afetando os pescadores e moradores. Porém, apesar de tudo, a história dos pescadores tenta continuar por meio de ações desenvolvidas de acordo com as condições locais, articuladas aos saberes passados entre gerações. Durante o processo de temporalidade histórica, eles estiveram distantes da captura de leis e regras estabelecidas *a priori*. Mas nem por isso deixaram de manter sua integridade, a fim de manterem vivos seus ensinamentos herdados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A formação do espaço da pesca, constituído pela trajetória dos pescadores de Itapina, inclui acontecimentos e fatos vivenciados ao longo do tempo. Entre eles estão, primeiramente, a chegada dos primeiros imigrantes, que deu início à formação do espaço da pesca no rio Doce. Depois, com a chegada de pessoas atraídas pelo café, vieram mais imigrantes, incluindo a família alemã, o que ocasionou a divisão do rio, baseada em critérios igualitários, a fim de que todos pudessem usufruir do espaço da pesca. Com a abertura da ferrovia e a inauguração da estação de Itapina, a movimentação local aumentou e fez com que os pescadores descendentes dos primeiros moradores identificassem os pontos de pesca como forma de preservar seus espaços de sobrevivência. Posteriormente, houve o tombamento de Itapina como patrimônio natural e cultural do estado do Espírito Santo, o que garantiu a preservação do espaço da pesca por parte do poder público, e por fim, o momento atual, em que a comunidade tenta ressignificar o espaço da pesca após o crime ambiental. Todos esses elementos foram identificados a partir dos relatos recolhidos na pesquisa de campo.

Para compreensão do processo de formação desse espaço, foi necessário levantar durante a pesquisa elementos contextuais sobre a concepção de espaço, construído por meio de relações locais e demarcação do território. A pesquisa mostrou os acordos e o respeito entre os pescadores, validado por meio da palavra, já que o espaço dos pescadores não é oficialmente reconhecido, embora seja produto de ações e interações e represente um lugar de memória na história do distrito de Itapina. De fato, o espaço da pesca demarcado no rio Doce foi construído pelas famílias ocupantes das margens do rio ao longo do tempo, adaptadas ao espaço em função da necessidade de sobrevivência. O conhecimento passado entre gerações fez desenvolver na localidade a pesca artesanal, que visa a preservar e identificar as espécies existentes no rio Doce e os pontos de pescaria adequados.

Observa-se ainda que a pesca de Itapina desenvolveu-se por meio de técnicas herdadas, o que trouxe também condições favoráveis à preservação do meio-ambiente ocupado pelos pescadores. Os locais onde ocorre a pesca artesanal

são considerados um indicador de qualidade ambiental, sendo ainda uma importante estratégia para a conservação dos recursos pesqueiros (CATELLA et al., acesso em 16 fev. 2020).

Todo este conteúdo vem associado ao processo de construção do espaço da pesca e seu lugar de memória em Itapina, vinculado à transmissão de um conhecimento passado entre as gerações: o pai pescava, designou sua função para seu filho, que continuará eventualmente exercendo o ofício no mesmo espaço e sucessivamente. Esse conhecimento transmitido, no entanto, não se restringe apenas às técnicas de pesca, mas inclui a delimitação do espaço/território para pesca e, principalmente, ao saber necessário para a preservação do espaço. Segundo os pescadores, o rio Doce está dividido em partes iguais, porém eles afirmam não serem donos dos espaços delimitados de pescaria, pois alegam que a divisão foi instituída para manter a relação de respeito entre eles e o trabalho com oportunidades iguais para todos. Levando em consideração os significados das relações internas mantidas, é possível observar que a divisão do rio em limites de espaço estabeleceu entre as famílias o respeito ao próximo, permitindo, ao mesmo tempo, o aproveitamento e o uso sensato do espaço.

As falas mostram que os pescadores e a comunidade de Itapina incorporaram a pesca em sua dinâmica cotidiana desde a chegada das primeiras gerações de imigrantes europeus e mantiveram a tradição até a passagem do rejeito. As narrativas também evidenciam os diversos usos da técnica de pescaria, às vezes, utilizada como lazer, mas principalmente como meio de sustento. Conclui-se, assim, que o espaço do pescador de Itapina representa um lugar com suas próprias particularidades, práticas comuns, em constante persistência para se manter ativo e ser reconhecido.

Na sequência de fatos sobre o espaço herdado, outra questão que ficou constantemente presente nas narrativas é a manifestação do sofrimento causado pela perda do rio, cujo significado está para além dele ser fonte de sustento. Outro ponto marcante, associado ao sofrimento do pescador, é o fato de ser interrompida a história da pesca passada de geração em geração. Isso, para os pescadores e moradores de Itapina, compromete todo contexto social, cultural e

econômico da comunidade que se estabeleceu às margens do rio Doce e depende dele para sobreviver econômica e culturalmente.

A perda que os pescadores e moradores de Itapina mencionaram diz respeito à poluição causada pelo derramamento de rejeitos de mineração no rio Doce, que, durante a realização da pesquisa, também vivenciava extrema seca e assoreamento. Todos esses problemas atrapalhavam o deslocamento dos pescadores no rio, interrompiam a pesca e impediam o uso da água. Dentre todos os registros, conversas, depoimentos, eram recorrentes na fala dos pescadores e moradores a incerteza sobre o que aconteceria dali para frente, como a comunidade iria sobreviver e também a falta de informações referentes aos rejeitos. Segundo os entrevistados, entre os anos de 2016 e início de 2018, não houve a divulgação oficial de condições de uso da água do rio, do consumo de peixes e, principalmente, do conteúdo do rejeito derramado que passou por Itapina a partir de 17 de novembro de 2015. Dado o exposto, é possível observar a ameaça quanto à permanência dos moradores às margens do rio Doce, o que compromete a continuidade da trajetória dos pescadores de Itapina, que corre o risco de se tornar apenas recordação do passado.

Vale ressaltar que o período em que ocorreu o recolhimento das narrativas vai de 2016 a 2018, época em que ocorreu o rompimento da barragem de rejeitos de mineração. Neste período foi possível constatar que os rejeitos, ao atingirem o rio Doce, causaram muitos danos, entre eles a interrupção da pesca. Entre os anos de 2018 a 2020, não foram feitas novas pesquisas de campo, porém foi possível verificar, através dos jornais e noticiários, que, atualmente, com as intensas chuvas ocorridas em Minas Gerais, outro ponto se rompeu e o rejeito presente ainda nas encostas, às margens e na represa de Mascarenhas está novamente sendo arrastado e provocando aumento da poluição. Além dos noticiários, é o próprio testemunho dos pescadores que confirma a continuidade da poluição após o crime ambiental de 2015. Assim, a narrativa do pescador Zé demonstra o quanto o conhecimento tradicional é importante para os pescadores de Itapina, pois com ele é possível diagnosticar o estado atual do rio e prever os desdobramentos futuros da destruição:

Eles tão achando que esta lama aí vai passar [...]. Ficou grudado no fundo do rio [o pó de minério] e lá na represa de Mascarenhas tá cheio de sujeira de minério, só que ficou agarrado no fundo e se der chuva lá pra cima, vai descer tudo e vai juntar com o daqui... eles não tão pensando nisso não.

Quanto às recomendações para pesquisas futuras, caberia debater em discussão mais ampla a pesca artesanal desenvolvida às margens do rio Doce. Espera-se que esse trabalho sobre a trajetória dos pescadores de Itapina tenha despertado no leitor esse desejo de conhecer mais sobre o saber tradicional dos pescadores do rio Doce ou, pelo menos, de visitar a região e conhecer *in loco* as práticas da pesca e seus significados no espaço de Itapina.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **Ouvir Contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALMEIDA, M. W. B de. Caipora e outros conflitos ontológicos. **Revista de Antropologia da UFSCar**, São Carlos, v.5, n.1, p. 07-28, jan.-jun. 2013.
- ALVES, C. B. M. et al. Impacts of non-native fish species in Minas Gerais, Brazil: present situation and Prospects. In BERT T. M. (ed.), **Ecological and genetic implications of aquaculture activities**. Florida: Springer, 2007, p. 291–314.
- ARAÚJO, I. X. de; LIMA, E. R. V. de; SASSI, R. Economia da pesca artesanal: o caso do bairro da Penha em João Pessoa/PB. **Formação**, [s.l.], v.1, n. 22, p. 193-220, 2015.
- ARENDT, H. ARENDT, Hannah. **A Vida do Espírito: o pensar, o querer, o julgar**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- BAVIERA, T. da. **Viagem ao Espírito Santo 1888: viagem pelos trópicos brasileiros**. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2013
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.
- BENTO, I. P. Ensinar e aprender geografia: pautas contemporâneas. **Revista Brasileira de Educação Geográfica**, Campinas, v. 4, n. 7, p. 143-157, jan./jun. 2014.
- BOSI, E. **Tempos vivos e tempos mortos: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê editorial, 2018.
- BRASIL (Ministério Público Federal) **Pesca artesanal legal: pescador da região Sul/Sudeste: conheça seus direitos e deveres**. Brasília: MPF, 2017.
- CAMPOS JÚNIOR, C. T. de. **A formação da centralidade de Colatina**. [s. l.]: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2004.
- CANDAU, J.. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.
- CASTIGLIONI, A. H. A imigração Italiana no Espírito Santo: análise das características dos imigrantes. In: CASTIGLIONI, A. H. **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: UFES, 1998, p. 101-128.
- CATELLA, A.C. et al. **Pesca: uma atividade estratégica para a conservação do Pantanal**. Disponível em: <
https://www.cpap.embrapa.br/pesca/online/PESCA2012_CPAP1.pdf >. Acesso em: 16 fev. 2020.
- CERTEAU, M. de. **As artes de fazer: a invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes,

1998.

COELHO, A. L. N. Bacia hidrográfica do rio Doce (MG/ES): uma análise socioambiental integrada. **Geografares**, Vitória, n. 7, p. 131-146, 2009.

COLATINA (Município). **Lei nº 5273, de 12 de março de 2007**. Disponível em: < <https://c-mara-municipal-da-colatina.jusbrasil.com.br/legislacao/235013/lei-5273-07> >. Acesso em: 04 abr. 2019.

COLATINA. Disponível em: < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Colatina> >. Acesso em: 03 abr. 2019)

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE. **Atos convocatórios do ano de 2014**. Disponível em: < <http://www.cbhdoce.org.br/category/atos-convocatorios> >. Acesso em: 03 abr. 2019.

CORRÊA, R. L. Análise crítica de textos geográficos: breves notas. **GeoUerj**, Rio de Janeiro, n.14, p. 7-14, jun. 2003.

CREADO, E. S. J., et al. Práticas de ser, conhecer, pensar e escrever: incertezas e disputas sobre as condições das águas na foz do rio Doce no pós-rompimento da barragem de rejeitos de mineração da Samarco. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 6., 2017, **Anais...** São Paulo: REACT, 2017, v. 3, p.247-275.

CYRINO, C. de O.; S. TRIGUEIRO, A. **A política pesqueira e as estratégias de desenvolvimento nacional**. Vitória: PROEX-UFES, 2018.

DADALTO, M. C. **Polo industrial de Colatina**: a imigração tece a cidade. Vitória: GSA, 2009.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DEBRAY, R. **Vie et mort de l'image**. Paris: Gallimard, 1992.

ESPINDOLA, H. S. A navegação do Rio Doce: 1800-1850. **Navigator**: subsídios para a história marítima do Brasil, Rio de Janeiro, v 3, n. 5, p. 50-72, 2007.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Resolução CEC nº. 003/2013. **Diário oficial dos poderes do Estado**: Executivo, Vitória, 28 jun. 2013, p. 10-29.

EWALD, P. A.; GONÇALVES, R. R.; BRAVO, C. G. O espaço enquanto lugar da Subjetividade. **Revista mal-estar e subjetividade**, Fortaleza, v. 8, n. 3, p. 755-777, set. 2008.

FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FRANCESCHETTO, C.; LAZZARO, A. (org.) **Imigrantes Espírito Santo**: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HALBAWCHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

KURZ, Robert. **A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política**. Disponível em: < <http://www.obeco-online.org/rkurz66.htm> >. Acesso em: 06 mar. 2019.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

NORA P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**, São Paulo: EDPUC, 1993.

OLIVEIRA, D. N. **Etnoecologia em comunidades de pescadores do vale do rio Doce, Colatina Espírito Santo, Brasil**. 2011. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Biológicas) – Curso de Ciências Biológicas (Bacharelado), Escola Superior São Francisco de Assis, Santa Teresa, 2011.

PEREIRA, J. da R. **Sobrepondo valores: a construção do território de Igarassu – PE**. 2012. 183 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

PICCOLI, B. P. et al. **Ribeirinhos do Baixo Rio Doce**. 2016. (Relatório de pesquisa).

PINHEIRO, H.T.; JOYEUX, J. C. Pescarias multi-específicas na região da foz do rio Doce, ES, Brasil: Características, problemas e opções para um futuro sustentável. **Brazilian journal of aquatic science and technology**, Itajaí, v. 11, n. 2, p. 15-23, 2007.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, A. Sempre existe uma barreira. In: **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

REGIS, V. M.; FONSECA, T. M. G. Cartografia: estratégias de produção do conhecimento. **Fractal: revista de psicologia**, v. 24, n. 2, p. 271-286, Maio-Ago. 2012.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, EDUSP, 1978.

SCALZER, S. Z. **O Núcleo Timbuy/Santa Tereza (ES): entre a memória e a**

história. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.

SILVA, D. G. Sítio histórico de Itapina/ES: o patrimônio enquanto monumento a ser preservado e a sua problemática atual de preservação. In: FÓRUM MESTRES E CONSELHEIROS, 9., 2007, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Disponível em: < <https://even3.azureedge.net/anais/52408.pdf> >. Acesso em: 04 abr. 2019.

SINGER, P. O caráter histórico das migrações internas. In: _____. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

STRAUCH, N. **A bacia do rio Doce**. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

LÉVI-STRAUSS, C. **L' homme nu**. Paris: Plon, 1971.

SORRE, M.; MEGALE, J. F. (org.) **Geografia**. São Paulo: Ática, 1984

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TARDE, G.; VARGAS, E. V.. **Monadologia e sociologia e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

TEIXEIRA, F. **Colatina ontem e hoje**. Colatina: Imprensa Oficial Municipal, 1974.

TESCH (2018)

VIEIRA, F. **Ictiofauna do rio Santo Antônio, bacia do rio Doce**: proposta de conservação. 2006. 101 f. Tese (Doutorado em Ecologia, Conservação e Manejo de Vida Silvestre) – Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ANEXO A – COMENTÁRIO E CONTRIBUIÇÕES DO PROFESSOR ERNANDES DE OLIVEIRA PEREIRA, MEMBRO DA BANCA

E agradeço a Bianca pela oportunidade de estar aqui, participando desse momento muito importante para a sua vida acadêmica que é a sua defesa de mestrado.

Quero destacar aqui que o seu trabalho me afetou de modo muito opositivo e ao mesmo tempo esperançoso.

Na conjuntura atual marcada por:

Uma atmosfera sinistra que envolve o planeta. Saturado de partículas tóxicas do regime colonial-capitalístico, o ar ambiente nos sufoca” (Suely Rolnik, *Esferas da insurreição*, 2019, p. 29)

Em que a ciência é atacada pela descrença e pela desvalorização, seus resultados mostraram que sim devemos ter esperanças e continuar a produzir ciência. É a nossa forma de protestar e de dar voz aqueles esquecidos pelo poder público.

As narrativas me afetaram de tal forma que me proporcionaram momentos de variados sentimentos: fiquei emocionado, outrora dei gargalhadas e no final cultivei um grande respeito pelas palavras daqueles que entrevistou.

As imagens que permearam os capítulos, como cada fotografia faltam por si. Diziam muito mais do que aquilo que não conseguimos expressar pelas palavras: um olhar para o horizonte do pescador, o por-do-sol, a sinuosidade do rio, aquela senhora que segurava no colo um bebê (talvez a esperança de uma geração que quase desapareceu na lama do rio Doce), e olhar triste, talvez perdido pela raiva ou tristeza, do pescador que segurava a sua rede amarelada pela lama do rio.